Diário Oficial
Estado de Sergipe

www.segrase.se.gov.br Nº 27.526 Aracaju/Sergipe segunda-feira 29 de agosto de 2016

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR DO ESTADO
JACKSON BARRETO DE LIMA
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
BELIVALDO CHAGAS SILVA

SECRETÁRIOS DE ESTADO

Secretário de Estado de Governo
BENEDITO DE FIGUEIREDO

Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil
BELIVALDO CHAGAS SILVA

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA

Secretário de Estado da Fazenda
JEFERSON DANTAS PASSOS

Secretário de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
VALMOR BARBOSA BEZERRA

Secretário de Estado da Segurança Pública
JOÃO BATISTA SANTOS JUNIOR

Secretário de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor
ANTONIO HORA FILHO

Secretário de Estado da Educação
JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

Secretário de Estado da Cultura
IRINEU SILVA FONTES JUNIOR
(Em exercício)
Secretário de Estado da Saúde
MARIA DA CONCEIÇÃO MENDONÇA COSTA

Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca
ESMERALDO LEAL DOS SANTOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
FRANCISCO DE ASSIS DANTAS

Secretária de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos
MARTA MARIA DE SOUZA LEÃO

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS

Secretário de Estado do Turismo e do Esporte
SAULO MENEZES CALASANS ELOY DOS SANTOS FILHO

Secretário de Estado da Comunicação Social
JOSÉ SALES NETO

Procuradora-Geral do Estado
MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA

Defensor Público-Geral do Estado
JESUS JAIRO ALMEIDA DE LACERDA

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado
ELIZIARIO SILVEIRA SOBRAL

Chefe do Gabinete Militar do Governo do Estado
TEN.CEL.QOPM EDUARDO HENRIQUE SANTOS

Diário Oficial

MARCIO FARIAS BARRETO
DIRETOR-PRESIDENTE

RENATA SANTIAGO V. RORIZ SILVA
DIRETOR ADM. E FINANÇAS

MÍLTON ALVES
DIRETOR INDUSTRIAL

SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE Segrase

Rua Propriá, 227- Aracaju/SE
(79) 3205-7400/7440 • CNPJ 13.085.519/0001-61
publicacao@segrase.se.gov.br

PODER EXECUTIVO

GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Processos nºs 018.000.14564/2016-6 e 015.000.04067/2016-6
Origem: Secretaria de Estado da Educação – SEED

AUTORIZAÇÃO

Considerando os dispositivos constitucionais que disciplinam os casos de contratação temporária por razões de excepcional interesse público, estampados nos arts. 37, IX, da *Lex Legum* e 25, XVI, da Carta Republicana Estadual;

Considerando as normas estabelecidas pela Lei Estadual n° 6.691/2009, que dispõe sobre a contratação de servidores, por tempo determinado, para atender necessidade temporária do serviço, em casos de excepcional interesse público;

Considerando a justificativa da Secretaria de Estado da Educação – SEED, testificada nos autos dos processos epigrafados, requerendo autorização governamental para contratar 112 (cento e doze) Instrutores e Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para o atendimento à Rede Pública Estadual de Ensino;

Considerando que o art. 205 da Constituição Federal eleva à categoria de direito fundamental o acesso à educação, estabelecendo que, tratando-se de direito de todos e dever do Estado e da família, a educação "será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho";

Considerando que a Carta Magna Federal assegura às pessoas com deficiência o direito à educação e elege como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência (art. 206, I), sendo dever do Estado oferecer garantias de acesso "aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um" (art. 208, V);

Considerando que o inciso III, do artigo 208, da Lei Maior, dispõe que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Considerando que o art. 28, inciso I da recente Lei Federal nº 13.146/15, denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, prescreve *o dever estatal de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida*, além de instituir outras incumbências aos entes públicos estatais, consagrando, assim, a diretriz constitucional do direito fundamental à educação;

Considerando que a administração pública deve implementar novas ações que fortaleçam sobremaneira a política de inclusão na Rede Estadual de Ensino, possibilitando aos alunos com deficiência um melhor desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, área em que o Estado necessita intervir de forma satisfatória e prioritária;

Considerando, sobretudo, a carência de profissionais habilitados para atuar como Instrutores e Tradutores/Intérpretes de Libras, nos quadros de profissionais da SEED, a fim de atender a legislação aplicada à matéria, por meio do Decreto Federal n° 5.626/2005, que regulamenta a Lei Federal n° 10.436/2002, e o art. 18 da Lei Federal n° 10.098/2000, a qual assegura aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, matriculados na Rede Estadual de Ensino, o acesso à comunicação, à informação e à educação;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n° 201011800955, interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado de Sergipe, que impõe a obrigação de contratar profissionais Instrutores e Intérpretes de Libras para o atendimento à Rede Pública Estadual de Ensino;

Considerando o Parecer da Procuradoria-Geral do Estado que opina pela POSSIBILIDADE de usar a contratação temporária para suprir a necessidade de servidores especializados nas funções supramencionadas, a fim de evitar situação que possa comprometer a realização de eventos;

Considerando que constam dos autos Declaração sobre Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro, Declaração sobre Aumento de Despesa e Previsão de Recursos Orçamentários (fl. 26), exaradas pelo gestor da SEED, para contratação dos profissionais supramencionados, por meio de Processo Seletivo Simplificado;

Considerando, ainda, as Consultas de Execuções Orçamentárias, por meio do i-GESP (fls. 27/28), que demonstram a disponibilidade frente à expectativa de custo da contratação em testilha;

Considerando, também, que o Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Sergipe - CRAFI/SE, constante do Ofício n° 456/2016, (fl. 31), manifestou-se favorável à possibilidade de realização da contratação em questão;

Considerando que a contratação ora pleiteada está de acordo com o Decreto Estadual n° 29.590/2013, cuja disposição acerca do tema não foi revogada pelo Decreto Estadual n° 29.925/2014; e,

Considerando, por fim, que o fundamento jurídico utilizado pela Administração Estadual para a celebração do contrato temporário pleiteado se enquadra na hipótese prevista no art. 2°, inciso V, da Lei Estadual n° 6.691/2009,

RESOLVO:

Autorizar, nos termos do Parecer nº 3171/2016, oriundo da Procuradoria-Geral do Estado (fls. 24/28), **o pedido de contratação temporária de 112 (cento e doze) Instrutores e Tradutores/Intérpretes de LIBRAS**, em caráter temporário e excepcional, para atuarem na prestação de serviços no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, à luz da Lei Estadual n° 6.691/2009, pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser renovado por igual interstício, na forma do que prevê o art. 4º, *caput* e § 1°, da Lei nº 6.691/2009, tendo em vista a necessidade premente de assegurar condições de aprendizagem às pessoas portadoras de deficiência, bem como respaldado pelo interesse público na eficiente prestação do serviço de atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para as providências de estilo e, ato contínuo, à Secretaria de Estado de Governo para a devida publicação no Diário Oficial do Estado, conforme comando do art. 1º, § 2°, da Lei Estadual n° 6.691/2009.

Por conseguinte, comunique-se ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE, na forma do art. 16 da Lei n° 6.691/2009.

Aracaju, 20 de julho de 2016.

BELIVALDO CHAGAS SILVA
Governador do Estado de Sergipe,
em Exercício

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

SECRETARIAS
Fazenda

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA SEFAZ Nº 320
DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Cria a Comissão de Apuração do Sorteio de Prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal e Tributária do Estado de Sergipe para o décimo nono sorteio de prêmios e dá providências correlatas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 90, inciso I e II, da Constituição Estadual; do art. 55, incisos I, IV e VIII, da Lei nº 4.483, de 18 de dezembro de 2001, e do art. 8º do Decreto nº 28.022, de 30 de agosto de 2011;

Considerando o disposto no art. 4º, inciso III, da Lei nº 7.000, de 12 de novembro de 2010, e no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 28.022, de 30 de agosto de 2011, que autoriza a instituição de sorteio de prêmios, observada a legislação federal, para os consumidores finais identificados em documento fiscal eletrônico de aquisição de bens e mercadorias e de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, tributados pelo ICMS;

Considerando a necessidade de estimular os adquirentes de bens e mercadorias a exigirem dos respectivos fornecedores a entrega do documento fiscal hábil correspondente e de garantir a transparência nos processos de sorteios a serem realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Apuração do Sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal e Tributária do Estado de Sergipe, com o objetivo de acompanhar, aferir e certificar o processo de apuração do décimo nono sorteio de prêmios do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal e Tributária do Estado de Sergipe.

§ 1º A Comissão a que se refere o “caput” deste artigo é composta pelos seguintes servidores públicos estaduais:
I – Tarcisio Valois Galvão, inscrito no CPF/MF nº 503.519.905-34 e lotado na SEFAZ;
II – Andrea Cristina Andrade Macedo, inscrita no CPF/MF nº 719.433.155-15 e lotada na SEFAZ;
III – Silvana Maria Lisboa Lima, inscrita no CPF/MF nº 276.324.315-00 e lotada na SEFAZ;
IV – Sandra Santos Alves Silva, inscrita no CPF/MF nº 366.191.755-20 e lotada na SEFAZ;
V – Helber Andrade Sousa, inscrito no CPF/MF nº 590.941.845-91 e lotado na SEFAZ;
VI – Maria Cláudia Santana Simões Santos, inscrita no CPF/MF nº 038017505-31 e lotada no PROCON Estadual;

§ 2º A referida Comissão de apuração, composta nos termos deste artigo, tem como Presidente o Sr. Tarcisio Valois Galvão.

§ 3º Os membros da Comissão a que se refere o § 1º do art. 1º não fazem jus a adicional de participação em comissão de trabalho ou a qualquer outra vantagem pecuniária em razão dessas atividades funcionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Aracaju, 25 de agosto de 2016.

JEFERSON DANTAS PASSOS
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Os técnicos Andréa Cristina Andrade Macedo (CPF 719.433.155-15) e Tarcísio Valois Galvão (CPF 503.519.905-34), da área de tecnologia da informação, ligada à Superintendência de Administração e Finanças da Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe, declaram que o algorítimo utilizado para o décimo nono sorteio (HASH 7117ad4bc2c5abbe4b80dfa64c1821ae), a ser realizado no dia 29 de agosto de 2016, é considerado confiável e atende aos requisitos de aleatoriedade exigidos para apuração dos prêmios do Programa Nota Fiscal da Gente. O algorítimo utilizado usa um método público, recomendado internacionalmente pelo NIST, o National Institute of Standards and Technology, dos Estados Unidos, considerado um dos melhores no mundo para distribuições numéricas aleatórias.

ANDRÉA CRISTINA ANDRADE MACEDO
GERÊNCIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TARCÍSIO VALOIS GALVÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Planejamento, Orçamento e Gestão

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PORTARIA SEPLAG Nº 3.438 DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

Altera a modalidade de aplicação e/ou fonte de recursos em grupo de despesa no Orçamento de 2016.

O Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferida pelo Art. 32, inciso XVI da Lei Nº 7.950, de 29 de dezembro de 2014 e em consonância com o Art. 7º, § 2º da Lei Nº 8.088, de 06 de janeiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a modalidade de aplicação e/ou fonte de recursos no grupo de despesa, tendo em vista a necessidade de promover ajuste no Orçamento do Exercício de 2016, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme especificação dos Anexos I e II da presente Portaria.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Aracaju, 26 de agosto de 2016.

JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I (MODIFICADO POR ESTA PORTARIA)				
PROGRAMA DE TRABALHO		**FONTE**	**MODALIDADE**	**VALOR**
10000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO				
10101 - Procuradoria Geral do Estado				**1.000.000,00**
Atividade:	03.122.0030.0768 - Pagamento de Pessoal Ativo	0101	3.1.91	1.000.000,00
TOTAL				**1.000.000,00**

ANEXO II (APROVADO NA LOA/CRÉDITOS ADICIONAIS)				
PROGRAMA DE TRABALHO		**FONTE**	**MODALIDADE**	**VALOR**
10000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO				
10101 - Procuradoria Geral do Estado				**1.000.000,00**
Atividade:	03.122.0030.0768 - Pagamento de Pessoal Ativo	0101	3.1.90	1.000.000,00
TOTAL				**1.000.000,00**

Governo de Sergipe
Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão

O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão baixou as seguintes portarias, conforme o disposto nos Decretos n.º 15.172/95 e nº 17.851/98 e legislação correlata.

PORTARIA DE CESSÃO					
PORTARIA	C.P.F.	NOME	CARGO	ORIGEM	DESTINO
2856/2016	347.831.565-49	ERIVALDINA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	SEAGRI	COHIDRO
2859/2016	148.889.045-53	ROSANGELA MARIA GONCALVES FEITOSA	CIRURGIÃO DENTISTA	FES	ALESE
2860/2016	021.027.245-73	LAIS MATOS SANTOS RABELO	MERENDEIRO ESCOLAR	SEED	SSP
2862/2016	267.254.285-68	ROBERTO SOARES PRADO	MÉDICO DO TRABALHO/ QPE	FES	TJ
PORTARIA DE REVOGAÇÃO					
PORTARIA	C.P.F.	NOME	CARGO	ORIGEM	DESTINO
2854/2016	895.014.545-68	ELISVALDO PEREIRA SANTOS	ENFERMEIRO	FES	IPESAUDE
2857/2016	028.663.795-27	IGOR DAVID LIMA DE SÁ	OFICIAL ADMINISTRATIVO	SEPLAG	IPESAUDE
2861/2016	111.582.475-91	JORGE DE MENEZES GOMES	AGENTE ADMINISTRATIVO	SEIDH	SEJUC
PORTARIA DE DESLOCAMENTO DE EXERCÍCIO FUNCIONAL					
PORTARIA	C.P.F.	NOME	CARGO	ORIGEM	DESTINO
2855/2016	662.271.945-49	ANA PAULA ALVES DE ANDRADE	AUXILIAR EM ENFERMAGEM/QPE	FHS	FES

JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA
SECRETARIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

EDITAL Nº 010-2016
DE 22 DE AGOSTO DE 2016

A COORDENADORA-GERAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 4º, inciso I do Decreto Governamental nº 29.976, de 01 de abril de 2015 (D.O.E. Nº 27.187, de 06/04/2015), tendo em vista o disposto no art. 263 da Lei nº 2.148, de 28 de dezembro de 1977 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe), considerando o inteiro teor do Processo Administrativo nº 015.000.08190/2016-5, procedente da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, relativo à solicitação de bloqueio de pagamento do servidor **JOSÉ GILSON SILVA NETO**, (**CPF nº 311.983.415-72**), decorrente de ausência contínua ao serviço por período superior a 30 (trinta) dias contínuos, e considerando, finalmente, restarem frustradas as tentativas de notificação por intermédio de Aviso de recebimento ou de forma pessoal, encontrando-se o mesmo em lugar incerto e não sabido, **NOTIFICA o Sr. JOSÉ GILSON SILVA NETO,** por meio do presente Edital, do resultado do inquérito administrativo disciplinar pela aplicação da **PENALIDADE DE DEMISSÃO**, nos termos do art. 263, inciso I, da Lei nº 2.148/1977 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe).

ANA QUEIROZ CARVALHO
Procuradora do Estado
Coordenador -Geral da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo Disciplinar

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº 3352/2016
DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga Inquérito Administrativo Disciplinar, com fundamento no art. 287, § 2º da Lei nº 2.148, de 28 de dezembro de 1977, e dá providências correlatas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLAG E A COORDENADORA-GERAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no uso das atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o que dispõe o art. 287, § 2º da Lei nº 2.148, de 28 de dezembro de 1977 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe), e ainda o art. 4º do Decreto Governamental nº 29.976, de 1º de abril de 2015 (D.O.E. Nº 27.187, de 06/04/2015),

Resolvem,

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos relativos ao Inquérito Administrativo Disciplinar protocolado sob o nº 015.000.05273/2011-8, instaurado pela Portaria nº 033, de 31 de maio de 2011, com efeitos a partir de 20/10/2011, (DOE nº 26.343), para fins de apuração de abandono de cargo público, em face do servidor **Armando Bezerra de Brito**, (**CPF nº 138.640.255-91**).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Aracaju, 22 de agosto de 2016.

João Augusto Gama da Silva
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ana Queiroz Carvalho
Procuradora do Estado
Coordenadora-Geral da Comissão Permanente
de Sindicância e Inquérito Administrativo Disciplinar

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº 3.270-2016
15 DE AGOSTO DE 2016

Instaura inquérito administrativo disciplinar por abandono de cargo, com fundamento no art. 263, § 1º, c/c art. 283 e ss. da Lei nº 2.148, de 28 de dezembro de 1977, e dá providências correlatas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLAG E A COORDENADORA-GERAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no uso das atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o que dispõe os arts. 263, inciso I, §1º e 283 e ss da Lei nº 2.148, de 28 de dezembro de 1977 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe), e ainda o art. 4º do Decreto Governamental nº 29.976, de 1º de abril de 2015 (D.O.E. Nº 27.187, de 06/04/2015), considerando o inteiro teor do Processo Administrativo nº 018.000.04886/2015-1, procedente da Secretaria de Estado da Educação – SEED, relativo à solicitação de bloqueio de vencimentos do (a) servidor (a), José Almeida**,** decorrente da ausência ao serviço por período superior a 30 (trinta) dias,

Resolvem,

Art. 1º Instaurar Inquérito Administrativo em face do (a) servidor (a) **José Almeida, (CPF nº 414.352.575-53),** ocupante do cargo de provimento efetivo de Executor de Serviços Básicos, na Secretaria de Estado da Educação – SEED, para fins de apuração de abandono de cargo público, nos termos do art. 263, inciso I, § 1º, c/c art. 283 e seguintes da Lei nº 2.148/77.

Art. 2º Incumbirá à Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, prevista no art. 2º do Decreto nº 29.976/2015 e Portaria Conjunta PGE/SEPLAG nº 5.005/2015, art. 1º, inciso III, a condução dos trabalhos relativos ao presente procedimento até a sua efetiva conclusão.

Art. 3º O presente inquérito administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme prescrição contida no art. 285 da Lei nº 2.148/77.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Aracaju, 15 de agosto de 2016.

João Augusto Gama da Silva
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ana Queiroz Carvalho
Procuradora do Estado
Coordenadora – Geral da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo Disciplinar

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

PORTARIA Nº 2863
DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga duração da Comissão Especial de Atos Preparatórios de Concurso Público para provimento de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor – SEJUC, constituída pela Portaria nº 1940, de 22 de junho de 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com as competências que lhe foram conferidas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos da Lei nº 7.950, de 29 de dezembro de 2014, considerando o disposto na Lei Complementar nº 72, de 03 de julho de 2002; e em cumprimento ao que dispõe o Decreto nº 29.753, de 07 de março de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias o prazo de duração da referida Comissão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 23 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº 3.271-2016
17 DE AGOSTO DE 2016

Instaura inquérito administrativo disciplinar por acúmulo de cargos públicos, com fundamento no art. 283 da Lei nº 2.148, de 28 de dezembro de 1977, e dá providências correlatas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLAG E A COORDENADORA-GERAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no uso das atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o que dispõe o art. 283 e ss c/c o art. 251, inciso I da Lei nº 2.148, de 28 de dezembro de 1977 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe), e ainda o art. 4º do Decreto Governamental nº 29.976, de 1º de abril de 2015 (D.O.E. Nº 27.187, de 06/04/2015), e considerando o inteiro teor do Processo Administrativo nº 015.000.03997/2012-7, procedente da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, relativo à possível acumulação ilegal de cargos públicos pelo (a) servidor (a) Solange Soares dos Santos,

Resolvem,

Art. 1º Instaurar Inquérito Administrativo em face do (a) servidor (a) **Solange Soares dos Santos, (CPF nº 458.073.885-34),** ocupante dos cargos de provimento efetivo de Oficial Administrativo na Secretaria de Estado da Educação - SEED e Professor II na Prefeitura Municipal de Poço Redondo/Sergipe, para fins de apuração de acúmulo de cargos públicos, nos termos dos art. 283 e seguintes da Lei nº 2.148/77.

Art. 2º Incumbirá à Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, prevista no art. 2º do Decreto nº 29.976/2015 e Portaria Conjunta PGE/SEPLAG nº 5.005/2015, art. 1º, inciso III, a condução dos trabalhos relativos ao presente procedimento até a sua efetiva conclusão.

Art. 3º O presente inquérito administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme prescrição contida no art. 285 da Lei nº 2.148/77.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Aracaju, 17 de agosto de 2016.

João Augusto Gama da Silva
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ana Queiroz Carvalho
Procuradora do Estado
Coordenadora – Geral da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo Disciplinar

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO:
352/2016

OBJETO: Aquisição de material de consumo com recurso do FINEP (224), para atender as necessidades da FAPITEC. **DATA DE ABERTURA**: 06/09/2016 às 08:00 horas. **SESSÃO DE DISPUTA**: 06/09/2016 às 10:30 horas. **LOCAL**: NO SÍTIO: www.licitacoes-e.com.br. **BASE LEGAL:** Leis Fed. 10.520/2002 e 8.666/93. Leis Est. nº 6.206/2007, 5.280/2004 e 5.848/2006, Decretos Est. 26.531/2009 e 26.533/2009. **PARECER JURÍDICO**: 45/2016-PROJUR. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**: 19.203. **CLASSIFAÇÃO FUNCIONAL**: 190021. **PROJETO OU ATIVIDADE**: 0519. **ELEMENTO DE DESPESA**: 33903000. **FONTE DE RECURSO**: 0224. **Formalização de Consultas e Edital**: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. **Órgão Solicitante**: FAPITEC: (79) 3259-3007/0363 e SEPLAG: 3226-2246 à Rua Duque de Caxias, 346 – São José – Aracaju/SE, de 07 às 13:00 horas.

Aracaju, 26 de agosto de 2016.

Carlos Eduardo Carvalho Moura
Pregoeiro – SGCC/Seplag

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

1º EXTRATO PARCIAL PE109/2016

O Pregoeiro da SGCC/SEPLAG, designado pela Portaria nº 1418 de 10 de março de 2016, juntamente com o Secretário de Estado Do Planejamento, Orçamento e Gestão, tornam público para conhecimento de todos os interessados que o respectivo processo licitatório tombado sob nº. 015.000.14496/2015-6, que deu origem ao **Pregão Eletrônico nº. 109/2016,** tendo como objeto o

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos SOB AÇÃO JUDICIAL/CTIT SES 2015, em atendimento às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde – SES, foram declarados **DESERTOS** os lotes 01, 02,05, 07, 08,10, 11, 18, 20, 30, 31, 32, 33, 38, 43, 45, 46, 47, 48, 53, 59, 60, 64, 65, 66, 71, 77, 88, 94, 95, 98, 99 e 101, considerando que não houve recebimento de propostas pelo sistema eletrônico.

Aracaju, 13 de maio de 2016.

WELLINGTON MELO
Pregoeiro-SES-SGCC/SEPLAG

JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 212/2016

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social**,** do Trabalho e dos Direitos Humanos – SEIDH.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG.
PRAZO DE ENTREGA: Até 01 (um) dia, nas condições estipuladas neste edital e em seus anexos, nos locais de entrega definidos no Anexo IV do Edital.
FONTE DE RECURSOS: A cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no respectivo Contrato (Anexo III do Edital).
BASE LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 Lei nº 8.666/93. Lei Estadual nº 6.206/2007, Lei Estadual nº 5.280, Lei Estadual nº 5.848, Decretos Estaduais nºs. 26.531 e nº 26.533 de 2009.

LOTE 02
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Chá – Erva Doce **MARCA:**Maratá.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.120.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos).

LOTE 04
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Chá - Cítrico. **MARCA :**Maratá.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 820.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,14 (dois reais e quatorze centavos).

LOTE 10
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Leite Achocolatado - do Tipo Bebida Láctea.
MARCA: Boa Vida.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.906.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,15 (três reais e quinze centavos).

LOTE 11
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Biscoito Doce sem Recheio. **MARCA:**Fabise.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 3.284.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,59 (dois reais e cinqüenta e nove centavos).

LOTE 12
CONTRATADA DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Canela em Pó Fina. **MARCA:** Sublime**.**
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 380.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos).

LOTE 13
CONTRATADA DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Lingüiça – Primeira qualidade tipo Calabresa.. **MARCA:** Saudali.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 2.210.
VALOR UNITÁRIO: R$ 9,29 (nove reais e vinte e nove centavos).

LOTE 14
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Carne Bovina Salgada. **MARCA:**Real Sabor.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 2.210.
VALOR UNITÁRIO: R$ 17,87 (dezessete reais e oitenta e sete centavos).

LOTE 15
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Carne Bovina – Tipo Carne do Sol. **MARCA:** Bonbife.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 4.370.
VALOR UNITÁRIO: R$ 23,33 (vinte e três reais e trinta e três centavos).

LOTE 16
CONTRATADA DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Carne Bovina – Tipo Lagarto. **MARCA:** Friboi
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 4.370.
VALOR UNITÁRIO: R$ 18,49 (dezoito reais e quarenta e nove centavos).

LOTE 17
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Carne Bovina – Tipo Alcatra. **MARCA:**Friboi
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 4.470.
VALOR UNITÁRIO: R$ 21,48 (vinte e um reais e quarenta e oito centavos).

LOTE 18
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Carne Bovina – Tipo Acém. **MARCA:** Friboi.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 4.850.
VALOR UNITÁRIO: R$ 14,09 (quatorze reais e nove centavos).

LOTE 19
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83..
ESPECIFICAÇÃO: Fígado - Bovino. **MARCA:** Friboi.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.890.
VALOR UNITÁRIO: R$ 6,84 (seis reais e oitenta e quatro centavos).

LOTE 22
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Frango Semi-Processado em peças, resfriado, Peito. **MARCA:** Jaguá.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.250.
VALOR UNITÁRIO: R$ 5,38 (cinco reais e trinta e oito centavos).

LOTE 23
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Frango Semi-Processado – Tipo Cortes de Frango Coxa e Sobre-Coxa. **MARCA:**Avivar.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 7.330.
VALOR UNITÁRIO: R$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

LOTE 28
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Extrato de Tomate - Concentrado. **MARCA:**Bonare.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 2.180.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,59 (um real e cinqüenta e nove centavos).

LOTE 29
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.

ESPECIFICAÇÃO: Farinha de Mandioca **MARCA:** Isabeli.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 2.575.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos).

LOTE 31
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Feijão - Carioquinha Tipo 1 **MARCA:** Nota 10.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 8.420.
VALOR UNITÁRIO: R$ 4,24 (quatro reais e vinte e quatro centavos).

LOTE 32
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Mistura para Preparo de Mingau. **MARCA:** Yoki.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.520.
VALOR UNITÁRIO: R$ 14,40 (quatorze reais e quarenta centavos).

LOTE 33
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Farinha de Milho. **MARCA:** Vita Brasil.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 10.950.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,08 (hum real e oito centavos).

LOTE 35
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Leite Longa Vida. **MARCA:**Betânia.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 9.124.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,04 (três reais e quatro centavos).

LOTE 38
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Massa Alimentícia – tipo seca para Macarrão.. **MARCA:**Massas Bahia.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 7.270.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,84 (um real e oitenta e quatro centavos).

LOTE 40
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Margarina Vegeta. **MARCA:** Qualy.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 4.000.
VALOR UNITÁRIO: R$ 4,64 (quatro reais e sessenta e quatro centavos).

LOTE 42
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Óleo Comestível **MARCA:**ABC.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 2.010.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,59 (três reais e cinqüenta e nove centavos).

LOTE 44
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Pão – tipo francês **MARCA:**Da Casa.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 2.424.
VALOR UNITÁRIO: R$ 8,31 (oito reais e trinta e um centavos).

LOTE 47
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Peixe - Merluza. **MARCA:**Bacalanor.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 5.180.
VALOR UNITÁRIO: R$ 13,40 (treze reais e quarenta centavos).

LOTE 48
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Proteína Texturizada de Soja **MARCA:**Sora.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 550.
VALOR UNITÁRIO: R 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos).

LOTE 49
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Presunto – Magro Pré-Cozido de Suíno. **MARCA:**Saudali.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 750.
VALOR UNITÁRIO: R$ 15,48 (quinze reais e quarenta e oito centavos).

LOTE 50
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Queijo – Tipo Mussarela **MARCA :**Fontini.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 760.
VALOR UNITÁRIO: R$ 20,90 (vinte reais e noventa centavos).

LOTE 51
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Requeijão – tipo cremoso embalado em copo. **MARCA:**Sul Minas.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 3,39.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos).

LOTE 52
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Sal – Tipo Iodado Refinado. **MARCA:** Dunorte.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 421.
VALOR UNITÁRIO: R$ 0,99 (noventa e nove centavos).

LOTE 53
CONTRATADA: O MERCADÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. **CNPJ:** 03.823.107/0001-28.
ESPECIFICAÇÃO: Salsicha – De Frango Tipo Hot Dog
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 2.190.
VALOR UNITÁRIO: R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos).

LOTE 55
CONTRATADA: DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA EIRELI - EPP. **CNPJ:** 07.226.206/0001-83.
ESPECIFICAÇÃO: Vinagre de Alcool. **MARCA:**Flamita.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 965.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos).

LOTE 56
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME . **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Abóbora **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 682.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,70 (três reais e setenta centavos).

LOTE 57
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME . **CNPJ:** 17.140.964/0001-38
ESPECIFICAÇÃO: Alface. **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.510.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,75 (um real setenta e cinco centavos).

LOTE 60
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME . **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Batata Doce. **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 3.884.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos).

LOTE 61
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Batata – Tipo Inglesa **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.760.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,50 (três reais e cinqüenta centavos).

LOTE 62
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Beterraba **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 876.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,50 (três reais e cinqüenta centavos).

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

LOTE 63
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Cebola – Tipo Branca. **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.184.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,30 (três reais e trinta centavos).

LOTE 64
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Cebolinha **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 448.
VALOR UNITÁRIO: R$ 15,00 (quinze reais).

LOTE 65
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Cenoura **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 896.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE 66
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Chuchu **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 648.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos).

LOTE 70
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Inhame **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 5.180.
VALOR UNITÁRIO: R$ 4,11 (quatro reais e onze centavos).

LOTE 73
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Maxixe. **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 740.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,80 (três reais e oitenta centavos).

LOTE 76
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Maracujá. **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 740.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos).

LOTE 77
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Maça **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 170.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

LOTE 78
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Ovo – de Galinha **MARCA:** Sonovo.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 3.752.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,14 (três reais e quatorze centavos).

LOTE 80
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Pimentão **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.040.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos).

LOTE 81
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Quiabo. **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 452.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3,30 (três reais e trinta centavos).

LOTE 82
CONTRATADA: : DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Repolho **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 752.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos).

LOTE 83
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FERREIRA E SILVA LTDA - ME. **CNPJ:** 17.140.964/0001-38.
ESPECIFICAÇÃO: Tomate **MARCA:** In Natura.
QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES): 1.760.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1,84(um real e oitenta e quatro centavos).

Os Lotes 01, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 20, 21, 24, 25, 27, 30, 34, 36, 37, 39, 41, 43, 45, 46, 54, 58, 59, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75 e 79 restarão REVOGADOS.

O Lote 26 DESERTO.

Adjudico em 25 de agosto de 2016.

HILMA MARIA LIMA SANTOS
Pregoeira– SGCC/SEPLAG

Homologo em 26 de agosto2016.

JOAO AUGUSTO GAMA DA SILVA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Republicado por incorreção.

Segurança Pública

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA SSP - ASPLAN

EXTRATO DA D.V. Nº 1369/2016

CONTRATADA: COMEX COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E MEDICAMENTOS LTDA..
OBJETO : Aquisição de 300 Aventais cirúrgicos
BASE LEGAL: Lei 8.666/1993, Art. 24, Inciso II
CONVÊNIO: 355/2013 - SICONV 792983/2013
VALOR : O valor total da D.V. é de R$ 3.699,00 (três mil, seiscentos e noventa e nove reais).

Aracaju, 26 de agosto de 2016

JOÃO BATISTA SANTOS JUNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Educação

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº302/2016

OBJETO: Aquisição de kits de lanches destinados a alunos da rede pública estadual e integrantes de órgãos públicos durante as comemorações alusivas à Semana da Pátria, para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Educação.
CONTRATANTE: SEED/SE
PRAZO DE ENTREGA: De acordo com projeto básico, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos**.**
FONTE DE RECURSOS: 0101 **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 18.101 **CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.362.0038 **PROJETO OU ATIVIDADE:** 0183 **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.
BASE LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 Lei nº 8.666/93. Lei Estadual nº 6.206/2007, Lei Estadual nº 5.280, Lei Estadual nº 5.848, Decretos Estaduais nºs. 26.531 e nº 26.533 de 2009.
LOTE 01
CONTRATADA: DOCE SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME**. CNPJ: 17.315.273/0001-28.**
ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS: **Item01** Kit de lanches para os alunos da Rede Publica estadual: Embalados separadamente com papel filme, contendo um pão redondo, carne de hambúrguer, uma fatia de queijo, acompanhados de um suco de caixinha de 200 ml (gelado) de vários sabores e um pacote pequeno de biscoito recheado doce de 30gr.- **QTDE: 3.650 unidades**;
Item02 Kit de lanches para os Órgãos Públicos: Embalados separadamente com papel filme, contendo um pão redondo, uma fatia de queijo, carne de hambúrguer, acompanhados de uma lata de refrigerante sabor Guaraná de 350ml (gelado) e uma maçã. **QTDE: 350 unidades**;

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ **18.908,50** (dezoito mil novecentos e oito reais e cinquenta centavos).
Republicado por incorreção.

Adjudico em 22 de agosto de 2016.

SIMONE SOARES PRADO
Pregoeira – SGCC/SEPLAG

Homologo: em 23/08/2016.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

GOVÊRNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EXTRATO DO CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO : 47/2016

TIPO DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 74/2016.

OBJETO: Aquisição de equipamentos para laboratório móvel, para as unidades de Educação profissionalizante.

CONTRATADA: Amigão da Eletrônica & Eletricidade Ltda.

VALOR TOTAL. R$ 237.722,00 (duzentos e trinta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até a conclusão dos serviços, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2016.

FONTE DE RECURSO: 0104; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 18.101; **PROJETO / ATIVIDADE**: 2184**; ELEMENTO DE DESPESA**: 33.90.30 / 44.90.52; **NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO:** 004003 ; 004004 ; 004005; **DATA**: 08/ 08/2016.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

EXTRATO DO CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO :48/2016
TIPO DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 74/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos para laboratório móvel, para as unidades de Educação profissionalizante.
CONTRATADA: Distrequi do Brasil Distribuidora de Equipamentos Ltda-ME.
VALOR TOTAL. R$13.999,00 (três mil, novecentos e noventa e nove reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até a conclusão dos serviços, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2016.

FONTE DE RECURSO: 0104; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 18.101; **PROJETO / ATIVIDADE**: 2184**; ELEMENTO DE DESPESA**: 33.90.30 / 44.90.52; **NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO:** 004016; **DATA**: 08/ 08/2016.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

NUMERO DO CONTRATO : 49/2016

TIPO DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 74/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos para laboratório móvel, para as unidades de Educação profissionalizante.

CONTRATADA: Infantaria Comercial Eireli-ME.
VALOR TOTAL. R$ 3.443,96 (três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até a conclusão dos serviços, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2016.

FONTE DE RECURSO: 0104; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 18.101; **PROJETO / ATIVIDADE**: 2184**; ELEMENTO DE DESPESA**: 33.90.30 / 44.90.52; **NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO:** 003999 ; 004000; **DATA:** 08/ 08/2016.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

EXTRATO DO CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO : 50/2016
TIPO DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 74/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos para laboratório móvel, para as unidades de Educação profissionalizante.

CONTRATADA: Brasidas Eireli-ME.
VALOR TOTAL. R$ 910,00 (novecentos e dez reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até a conclusão dos serviços, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2016.
FONTE DE RECURSO: 0104; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 18.101; **PROJETO / ATIVIDADE**: 2184**; ELEMENTO DE DESPESA**: 33.90.30 / 44.90.52; **NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO:** 004001 ; 004002; **DATA**: 08/08/2016.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

GOVÊRNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO
EXTRATO DO CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO : 59/2016

TIPO DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 307/2016.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo de hospedagem e alimentação.
CONTRATADA: D. A. de Moraes -ME.
VALOR TOTAL. R$ 103.699,98 (cento e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até a conclusão dos serviços, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2016.

FONTE DE RECURSO: 0104; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 18.101; **PROJETO / ATIVIDADE**:0184**; ELEMENTO DE DESPESA**: 33.90.39; **NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO:** 004302; DATA: 22/08/2016.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

EXTRATO DO CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO : 49/2016

TIPO DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 74/2016.

OBJETO: Aquisição de equipamentos para laboratório móvel, para as unidades de Educação profissionalizante.
CONTRATADA: Infantaria Comercial Eireli-ME.

VALOR TOTAL. R$ 3.443,96 (três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até a conclusão dos serviços, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2016.

FONTE DE RECURSO: 0104; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 18.101; **PROJETO / ATIVIDADE**: 2184**; ELEMENTO DE DESPESA**: 33.90.30 / 44.90.52; **NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO: _____**; **DATA: _____/_____**/2016.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Secretário de Estado da Educação

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Cultura

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECULT
OBJETIVO: Desenvolver atividade que estejam relacionadas com a sua formação profissional – pedagógica, sem vínculo empregatício.
CARGA HÓRARIA: 30 (trinta) horas semanais
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 27101.13.126.0045.0873
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 – Outros Serv. Terc. Pessoa Física - FR: 0101
REMUNERAÇÃO: Bolsa de Complementação Educacional/SEFAZ

TERMO DE COMPROMISSO Nº 023/2016
ESTAGIÁRIO: VICTOR DE VASCONCELOS BARRETO CARTAXO
NIVEL: SUPERIOR
VIGENCIA: 22/08/2016 a 22/08/2017
INSTITUIÇÃO: FASE

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
EXTRATOS DE CONTRATOS DE CESSÃO DE PAUTA
Cedente: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Unidade Cultural: TEATRO ATHENEU
Cessionário: Turbilhão de Ideias Culturais e Entretenimento LTDA-ME
Contrato: 017/2016
Espetáculos: “Cassia Eller – O Musical”, de 11/08 a 14/08/2016
Cessionário: Bruno Dezen Vieira
Contrato: 043/2016
Espetáculos: “XXVII Jornada Odontológica Universitária de Sergipe” em 08/10/2016

Cessionário: Alencar e Leite LTDA
Contrato: 055/2016
Espetáculos: “Zé Lezin – O Presidente do Riso” em 10 e 11/09/2016
Cessionário: Genilson dos Santos
Contrato: 057/2016
Espetáculos: “O Circo de só Ler” em 27/09/2016

Cessionário: Luiz Alberto Tavares Borges
Contrato: 058/2016
Espetáculos: “Sarau do Pitanga” em 19/08/2016

Cessionário: Fábio Jose Leite Gois
Contrato: 067/2016
Espetáculos: “As Músicas que Eu Cantei com Você” em 20/08/2016

IRINEU SILVA FONTES JUNIOR
Secretário de Estado da Cultura

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

EXTRATOS DE CONTRATOS DE CESSÃO DE PAUTA
Cedente: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Unidade Cultural: TEATRO TOBIAS BARRETO

Cessionário: Aventura Entretenimento
Contrato: 040/2016
Espetáculos: “Chacrinha, O Musical” em 29 e 30/08/2016

Cessionário: Gideao Oliveira Alves
Contrato: 049/2016
Espetáculos: “Musical Cristão em Foco” em 24/09/2016

Cessionário: Jardim Escola Babylândia LTDA-EPP
Contrato: 051/2016
Espetáculos: “Espetáculos de Colégios ou similares” em 09/11/2016
Cessionário: Colégio Professor Jose Olino de Lima Neto
Contrato: 052/2016
Espetáculos: “Espetáculos de Colégios ou similares” em 27/10/2016

Cessionário: LG7 Estúdio LTDA
Contrato: 053/2016
Espetáculos: “Leonardo Gonçalves” em 25/10/2016

Cessionário: Instituto Canarinhos de Sergipe
Contrato: 058/2016
Espetáculos: “Instituto Canarinhos de Sergipe” em 01/09/2016

IRINEU SILVA FONTES JUNIOR
Secretário de Estado da Cultura

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
EXTRATOS DE CONTRATOS DE CESSÃO DE PAUTA

Cedente: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Unidade Cultural: GONZAGÃO
Cessionário: Jonatas Souza Santos
Contrato: 013/2016
Espetáculo: “IV Forró da Família GMA” em 23/07/2016

Cessionário: André Luis de Oliveira Santa Bárbara
Contrato: 014/2016
Espetáculo: “Geek The Fênix” em 30 e 31/07/2016

Cessionário: Márcio Gois e Faustino
Contrato: 018/2016
Espetáculo: “Holy Festival” em 06/08/2016

Cessionário: Marcelo Carvalho Andrade
Contrato: 019/2016
Espetáculo: “Show de Lançamento do CD Pablo”, em 07/10/2016
Cessionário: Ezequiel Santos de Andrade
Contrato: 020/2016
Espetáculo: “Veltro Máfia (Música Eletrônica)”, em 20/08/2016

Cessionário: Bruno Sotero Paixão
Contrato: 021/2016
Espetáculo: “Exposição de Veículos”, em 23/08/2016

IRINEU SILVA FONTES JUNIOR
Secretário de Estado da Cultura

Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Governo de Sergipe
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA
Espécie: ACORDO SUBSIDIÁRIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/2016
Participe: Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca – SEAGRI, e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe-EMDAGRO.
Objeto: a execução de ações e atividades previstas para o Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Projeto Dom Távora, com vista a garantir sua implementação conforme estabelecido no Acordo de Financiamento celebrado em 30 de agosto de 2013, o Manual de Operações do Projeto, incluindo no planejamento e execução da EMDAGRO, as ações e atividades previstas no âmbito do Projeto Dom Távora, de acordo com Plano de Trabalho em anexo, que fazem parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.
Vigência: assinatura, **1º.08.2016** até **1º.08.2019**
Parecer PGE: 5184/2016

ESMERALDO LEAL DOS SANTOS
Secretário de Estado

Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 08/2016
A Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano – SEINFRA, torna público que a **Concorrência de nº 08/2016** que tem como **OBJETO: Execução de serviços/obras de construção da Central de Abastecimento – CEASA, de Itabaiana/SE**, terá sua sessão agendada para o dia 30/08/2016, **SUSPENSA “SINE DIE”,** para adequações técnicas.
Aracaju, 25/08/2016.
MANOEL ALFREDO SANTOS LIMA
Presidente da Comissão Especial Mista de Licitação

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO
RESULTADO DO CONVITE Nº 06/2016
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PAISAGISMO, PASSEIOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SERGIPE, EM ARACAJU/SE.
EMPRESA VENCEDORA: DELTA CONSULTORIA LTDA.
VALOR: R$ 138.950,00 (cento e trinta e oito mil novecentos e cinquenta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias.
HOMOLOGADA: 19/08/2016.

Manoel Alfredo Santos Lima
Presidente da Comissão Especial Mista de Licitação

EXTRATO
NATUREZA JURÍDICA: 2º Aditivo ao Contrato nº 11/2016.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano – SEINFRA.
CONTRATADAS: RGM Construções Ltda**.**
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução em mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia subsequente aos vencidos, conforme Cláusula Terceira – Do Prazo e da Prorrogação, do respectivo Contrato.
PRAZO INICIAL: Vigência - 12 (doze) meses; Execução - 180 (cento e oitenta) dias.
PRAZO FINAL: Vigência - 12 (doze) meses; Execução - 240 (cento e oitenta) dias.
PARECER JURÍDICO Nº: 4957/2016.
Aracaju, 25 de agosto de 2016.

MANOEL ALFREDO SANTOS LIMA
Assessor Especial de Assuntos Institucionais

Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO TRABALHO E DOS DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2016

A SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO TRABALHO E DOS DIREITOS HUMANOS – SEIDH torna público e comunica aos interessados que está procedendo o CHAMAMENTO PÚBLICO, para seleção de artesãos, com suas respectivas produções, para ocupação de um espaço coletivo de 100m², para a divulgação e comercialização de produtos artesanais do Estado de Sergipe na **1ª Feira Brasil Original, de 20 a 23 de outubro de 2016, Pavilhão de Exposição do Anhembi, São Paulo/SP.**
As inscrições serão realizadas no período de 29/08/2016 a 09/09/2016, das seguintes formas: Presencialmente, pelos Correios ou através de email, conforme os itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 do edital.
Os interessados poderão ainda retirar o Edital de Chamamento Público na íntegra, junto à Coordenação de Artesanato do Estado de Sergipe, situada no prédio da SEIDH, na Rua Santa Luzia, n.º 680 – Bairro São José, de segunda a sexta, das 7h30min às 12h30min.
Eventuais dúvidas poderão ser sanadas através do telefone nº (79) 3198-0530 ou e-mail: artesanato@inclusao.se.gov.br.

Aracaju, 26 de agosto de 2016

MARTA MARIA DE SOUSA LEÃO VASCONCELOS
Secretária de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social,do Trabalho e dos Direitos Humanos - SEIDH

Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 62/2016**, de 05/08/2016. Renova a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos concedida à **José Augusto Machado**. Processo nº. 32.000-01668/2016-3. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **José Augusto Machado**; CPF nº 033.745.725-53. Manancial Subterrâneo: aquífero cristalino do Complexo Itabaiana-Simão Dias. Bacia Hidrográfica do Rio Vaza Barris; Unidade de Planejamento 13 – Alto Vaza Barris. Município: Campo do Brito. Localização: 8.810.385m N e 661.980m E; MC = 39º W Gr. Vazão máxima diária 7,0m³/h, por 22h/dia, durante 30 dias/mês, correspondendo um volume mensal de 4.620m³/mês. Destinação: **Usos Industrial, irrigação e dessedentação animal**. Prazo: 5 (cinco) anos. Deveres e Obrigações do Outorgado: manter em funcionamento equipamento de medição da vazão captada (sistema contínuo de medição), mantendo registro dos volumes diários de água aduzidos. Os registros deverão constar em formulário apropriado e encaminhados mensalmente à SEMARH/SRH, além de ficarem disponíveis no local para eventual fiscalização, observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 63/2016**, de 09/08/2014. Renova a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos nº 60/2014, datada de 06 de agosto de 2014, concedida a empresa **VLI Operação Portuárias S.A**.
Processo nº. 32.000-00210/2016-6. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **VLI Operação Portuárias S.A**; CNPJ nº 12.963.928/0003-12. Manancial Subterrâneo: aquífero granular Grupo Barreiras/Formação Lagarto, através de poço tubular, denominado **Poço de Captação 2**. Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe; Unidade de Planejamento 11 – Baixo Sergipe. Município: Santo Amaro das Brotas. Localização: UTM: 8.806.638m N e 723.701m E; MC = 39º. Vazão máxima diária 70,00 m³/h, por 15 h/dias, durante 30 dias/mês, correspondendo um volume mensal de 31.500,00 m³/mês. Destinação: Uso para Abastecimento Industrial. Prazo: 2 (dois) anos. Deveres e Obrigações da Outorgada: a outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamento contínuo de vazão, implantar e manter equipamento para medição de níveis de água no poço tubular, com medição mensal do nível estático e do nível dinâmico e as demais condicionantes da Portaria, assim como observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº. 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 64/2016**, de 09/08/2016. Renova a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos nº 61/2014, datada de 07 de agosto de 2014, concedida a **SRA. MARIA JOSÉ DE SOUZA LISBOA.**.
Processo nº. 32.000-01026/2016-3. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **Sra. MARIA JOSÉ DE SOUZA LISBOA**; CPF nº 969.908.485-53. Manancial Subterrâneo: aquífero fissural/cárstico da Formação Frei Paulo. Bacia Hidrográfica do Rio Piauí; Unidade de Planejamento 17 – Alto Piauí. Município: Simão Dias. Localização: 8.806.775 N e 637.858m E; MC = 39º W Gr. Vazão máxima diária 8,0m³/h, por 16h/dia, durante 30 dias/mês, correspondendo um volume mensal de 3.840,00m³/mês. Destinação: **Irrigação.** Prazo: 2 (dois) anos. Deveres e Obrigações do Outorgado: manter em funcionamento equipamentos de medição da vazão diária captada (sistema contínuo de medição), realizar análise físico-química da água captada, observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº 66/2016**, de 10/08/2016. Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos. Processo no 032.000-02026/2015-7. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - Semarh / SRH. Outorgada: COSTRUTORA CELI LTDA., CNPJ nº 13.031.257/0001-52. Manancial Subterrâneo: Aqüífero misto (granular-fissural) do Grupo Barreiras/Formação Lagarto. Bacia Hidrográfica do rio Piauí; Unidade de Balanço 22 – Baixo Piauí. Município: Estância. Localização: 8.757.244m N e 673.921m E; MC = 39º W Gr. Vazão outorgada: 4,2m³/hora; 24 horas por dia; 30 dias por mês. Volume mensal outorgado = 3.024m³/mês. Destinação: Consumo Humano. Prazo: 2 (dois) anos. Deveres e Obrigações da Outorgada: num prazo de 90 (noventa) dias, deverá implantar e manter em funcionamento equipamento contínuo de medição de vazão (hidrômetro), com medição mensal dos níveis estático e dinâmico, monitorando os níveis dos demais poços outorgados à Construtora Celi Ltda. na área; observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da Semarh: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº 67/2016**, de 10/08/2016. Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos. Processo no 032.000-02027/2015-1. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - Semarh / SRH. Outorgada: COSTRUTORA CELI LTDA., CNPJ nº 13.031.257/0001-52. Manancial Subterrâneo: Aqüífero misto (granular-fissural) do Grupo Barreiras/Formação Lagarto. Bacia Hidrográfica do rio Piauí; Unidade de Balanço 22 – Baixo Piauí. Município: Estância. Localização: 8.751.626m N e 666.182m E; MC = 39º W Gr. Vazão outorgada: 5,72m³/hora; 24 horas por dia; 30 dias por mês. Volume mensal outorgado = 4.118m³/mês. Destinação: Consumo Humano. Prazo: 2 (dois) anos. Deveres e Obrigações da Outorgada: num prazo de 90 (noventa) dias, deverá implantar e manter em funcionamento equipamento contínuo de medição de vazão (hidrômetro), com medição mensal dos níveis estático e dinâmico, monitorando os níveis dos demais poços outorgados à Construtora Celi Ltda. na área; observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da Semarh: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 70/2016**, de 11/08/2016. Altera a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos nº 83/2014, datada de 11 de novembro de 2014, concedida a **ARUMÃ PRODUTORA DE EMBALAGENS DO SERGIPE LTDA.**.
Processo nº. 32.000-01656/2016-0. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZONIA S/A**; CNPJ nº 33.174.335/0011-57. Manancial Subterrâneo: aquífero granular do Grupo Barreiras. Bacia Hidrográfica do Rio Piauí; Unidade de Planejamento 19 – Piauitinga. Município: Estância. Localização: 8.770.086m N e 676.568m E; MC = 39º W Gr. Vazão máxima diária 12,00m³/h, por 12h/dia, durante 30 dias/mês, correspondendo um volume mensal de 4.320,00m³/mês. Destinação: **Abastecimento Industrial**. Prazo: 5 (cinco) anos. Deveres e Obrigações do Outorgado: manter em funcionamento equipamentos de medição da vazão diária captada (sistema contínuo de medição), realizar análise físico-química da água captada, observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 71/2016, de 11/08/2016**. Altera a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos nº. 107/2015, datada de 30 de novembro de 2015, concedida a empresa **ARUMÃ PRODUTORA DE EMBALAGENS DO SERGIPE LTDA.**
Processo nº. 032.000-01658/2016-1. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZONIA S/A**, C. N. P. J: 33.174.335/0011-57. Manancial Subterrâneo: aquífero misto Grupo Barreiras/Formação Estância, captados através poço tubular profundo, denominado **Sede IV**; Unidade de Planejamento 19 – Piauitinga. Município: Estância. Localização: 8.769.775m N e 676.508m E; MC = 39º W GR. Vazão outorgada: 15,0 m³/hora; 24 h/dia; 30 dias por mês. Volume mensal outorgado 10.800,0 m3/mês. Destinação: **Abastecimento Industrial**. Prazo: 5 (cinco) anos. Deveres e Obrigações do Outorgado: manter em funcionamento equipamentos de medição da vazão diária captada (sistema contínuo de medição), realizar análise físico-química da água captada, observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 72/2016, de 11/08/2016**. Altera a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos nº. 108/2015, datada de 30 de novembro de 2015, concedida a empresa **ARUMÃ PRODUTORA DE EMBALAGENS DO SERGIPE LTDA.**
Processo nº. 032.000-01659/2016-4. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZONIA S/A**, C. N. P. J: 33.174.335/0011-57. Manancial Subterrâneo: aquífero misto Grupo Barreiras/Formação Estância, captados através poço tubular profundo, denominado **Sede III**; Unidade de Planejamento 19 – Piauitinga. Município: Estância. Localização: 8.769.855m N e 676.469m E; MC = 39º W GR. Vazão outorgada: 15,0 m³/hora; 24 h/dia; 30 dias por mês. Volume mensal outorgado 10.800,0 m3/mês. Destinação: **Abastecimento Industrial**. Prazo: 5 (cinco) anos. Deveres e Obrigações do Outorgado: manter em funcionamento equipamentos de medição da vazão diária captada (sistema contínuo de medição), realizar análise físico – química da água captada, observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 73/2016**, de 11/08/2016. Altera a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos nº. 07/2015, datada de 19 de fevereiro de 2015, concedida a empresa **ARUMÃ PRODUTORA DE EMBALAGENS DO SERGIPE LTDA.**
Processo nº. 032.000-01660/2016-7. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZONIA S/A**, C. N. P. J: 33.174.335/0011-57. Manancial Subterrâneo: Aquífero do Grupo Barreiras/Formação Estância. Bacia Hidrográfica do rio Piauí; Unidade de Planejamento 19 – Piauitinga. Município: Estância. Localização: 8.769.776m N e 676.612m E; MC = 39º W Gr. Vazão outorgada: 9,0 m3/hora; 12 horas por dia; 30 dias por mês. Volume mensal outorgado = 3.240,00 m3/mês. Destinação: **Abastecimento Industrial**. Prazo: 5 (cinco) anos. Deveres e Obrigações do Outorgado: manter em funcionamento equipamentos de medição da vazão diária captada (sistema contínuo de medição) e de medição dos níveis de água no poço tubular, com determinação mensal dos níveis estático e dinâmico; realizar análise físico-química da água captada, observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº. 74/2016**, de 11/08/2016. Renova a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos nº 62/2014, datada de 11 de agosto de 2014, concedida ao **SR. LINDINALVO BATISTA DOS SANTOS.**
Processo nº. 32.000-01027/2016-8. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - SEMARH / SRH. Outorgado: **SR. LINDINALVO BATISTA DOS SANTOS.**; CPF nº 006.129.385-73. Manancial Subterrâneo: aquífero fissural/cárstico da Formação Frei Paulo. Bacia Hidrográfica do Rio Piauí; Unidade de Planejamento 17 – Alto Piauí. Município: Simão Dias. Localização: 8.806.498 N e 637.707m E; MC = 39º W Gr. Vazão máxima diária 8m³/h, por 9h/dia, durante 30 dias/mês, correspondendo um volume mensal de 2.160,00m³/mês. Destinação: **Irrigação.** Prazo: 2 (dois) anos. Deveres e Obrigações do Outorgado: manter em funcionamento equipamentos de medição da vazão diária captada (sistema contínuo de medição), realizar análise físico-química da água captada, observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da SEMARH: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº 68/2016**, de 10/08/2016. Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos. Processo no 032.000-02028/2015-6. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - Semarh / SRH. Outorgada: COSTRUTORA CELI LTDA., CNPJ nº 13.031.257/0001-52. Manancial Subterrâneo: Aqüífero misto (granular-fissural) do Grupo Barreiras/Formação Lagarto. Bacia Hidrográfica do rio Piauí; Unidade de Balanço 22 – Baixo Piauí. Município: Estância. Localização: 8.757.680m N e 673.607m E; MC = 39º W Gr. Vazão outorgada: 10,0m³/hora; 24 horas por dia; 30 dias por mês. Volume mensal outorgado = 7.200m³/mês. Destinação: Consumo Humano. Prazo: 2 (dois) anos. Deveres e Obrigações da Outorgada: num prazo de 90 (noventa) dias, deverá implantar e manter em funcionamento equipamento contínuo de medição de vazão (hidrômetro), com medição mensal dos níveis estático e dinâmico, monitorando os níveis dos demais poços outorgados à Construtora Celi Ltda. na área; observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da Semarh: Olivier Ferreira das Chagas.

Extrato: **Portaria de Outorga nº 69/2016**, de 10/08/2016. Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos. Processo no 032.000-02029/2015-0. Outorgante: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos / Superintendência de Recursos Hídricos - Semarh / SRH. Outorgada: COSTRUTORA CELI LTDA., CNPJ nº 13.031.257/0001-52. Manancial Subterrâneo: Aqüífero misto (granular-fissural) do Grupo Barreiras/Formação Lagarto. Bacia Hidrográfica do rio Piauí; Unidade de Balanço 22 – Baixo Piauí. Município: Estância. Localização: 8.756.947m N e 673.523m E; MC = 39º W Gr. Vazão outorgada: 5,72m³/hora; 24 horas por dia; 30 dias por mês. Volume mensal outorgado = 4.118m³/mês. Destinação: Consumo 36Humano. Prazo: 2 (dois) anos. Deveres e Obrigações da Outorgada: num prazo de 90 (noventa) dias, deverá implantar e manter em funcionamento equipamento contínuo de medição de vazão (hidrômetro), com medição mensal dos níveis estático e dinâmico, monitorando os níveis dos demais poços outorgados à Construtora Celi Ltda. na área; observar e respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, em especial, a Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, a legislação complementar e demais exigências contidas na Portaria. Secretário da Semarh: Olivier Ferreira das Chagas.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Detran

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 252/2016

OBJETO: Aquisição parcelada de talonários para utilização no serviço de fiscalização desenvolvido pelas unidades da PMSE.
CONTRATANTE: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22201
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 06.122.0042
PROJETO OU ATIVIDADE: 2230
ELEMENTO DE DESPESA: 339039
FONTE DE RECURSOS: 0270
CONTRATADA: CONTIPLAN IND. GRÁFICA LTDA
CNPJ nº.: 02.290.545/0001-05.
LOTE 01:
ITEM 01: Talões Auto de Constatação de Embriaguez. **QDE.:** 4.000 (quatro mil) unidades. **ITEM 02:** Talões Auto de Infração de Trânsito. **QDE.:** 13.000 (treze mil) unidades. **ITEM 03:** Talões Comprovante de Entrega de Veículos no galpão. **QDE.: 6**.000 (seis mil) unidades. **ITEM 04:** Talões de Recolhimento/Remoção. **QDE.:** 10.000 (dez mil) unidades.
VALOR GLOBAL: R$ 104.780,00 (cento e quatro mil setecentos e oitenta reais).
BASE LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 Lei nº 8.666/93. Lei Estadual nº 6.206/2007, Lei Estadual nº 5.280, Lei Estadual nº 5.848, Decretos Estaduais nºs. 26.531 e nº 26.533 de 2009.

Adjudico em 03 de agosto de 2016.

ARIOSVALDO MENEZES LEITE
Pregoeiro - SEPLAG

Homologo em, 16 de agosto de 2016.

MARCOS SAMPAIO KÜRL
Diretor Presidente do DETRAN
Em exercício

Emgetis

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016; **INTERESSADA: EMGETIS – EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**; **PROPONENTE**: **DATAEASY CONSULTORIA E INFORMÁTICA; OBJETO**: Prestação de serviços de suporte técnico, atualização e manutenção da versão do DocFlow e respectivos Módulos, cumulado com o desenvolvimento de novas funcionalidades sob demanda, para o e-Doc – Sistema de Gestão Eletrônica de Processos e Documentos do Governo de Sergipe. **PRAZO**: 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos; **VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 520.488,88 (quinhentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**; **BASE LEGAL**: Art. 25, inciso I, Lei nº 8.666/93; **Nº DO PARECER JURÍDICO**: 032/2016 de 23/08/2016; **DATA DA ASSINATURA E HOMOLOGAÇÃO**: 23/08/2016.

Fundação Hospitalar de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **Material Médico Hospitalar - CATETER CENTRAL MONOLÚMEN e DUPLOLÚMEN DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC)**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 29/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 12/09/2016, às 08h30 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12/09/2016, às 09h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 507/2016, de 24 de Agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licita-

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

coes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de Agosto de 2016.
Geise Laís Carozo Batista da Silva
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **Material Médico Hospitalar – COMPRESSAS CIRÚRGICAS, GAZES e CAMPO OPERATÓRIO**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 29/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 12/09/2016, às 14h00 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12/09/2016, às 14h30m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 505/2016, de 24 de Agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de Agosto de 2016.
Geise Laís Carozo Batista da Silva
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **Medicamentos Controlados III (FRACASSADOS/DESERTOS)**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 29/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 12/09/2016, às 14h30 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12/09/2016, às 15h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 513/2016, de 24 de Agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de Agosto de 2016.
Geise Laís Carozo Batista da Silva
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:

OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **Material Médico Hospitalar – EXTENSOR 2 VIAS (MULTIVIAS)**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 29/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 12/09/2016, às 10h00 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12/09/2016, às 10h30m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.

PARECER JURÍDICO: Nº 511/2016, de 24 de Agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de Agosto de 2016.
Geise Laís Carozo Batista da Silva
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **Material Médico Hospitalar - Insumos para o monitoramento químico, físico e biológico dos processos de esterilização, com comodato (com cessão de uso gratuito de 16 incubadoras do teste biológico),** conforme as especificações e quantitativos contidos no termo de referência, constante deste edital e seus anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 29/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 12/09/2016, às 14h30 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12/09/2016, às 15h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 508/2016, de 24 de agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de agosto de 2016.
Josiane de Oliveira Costa
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual **aquisição de Material Médico Hospitalar (Hemostáticos)**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 29/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 12/09/2016, às 14h30 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 12/09/2016, às 15h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 509/2016, de 24 de agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de agosto de 2016.
Josiane de Oliveira Costa
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **MMH-TERMOMETRO DIGITAL, DISPOSITIVO HIGIENO ORAL, CAPA ESTERIL PARA VIDEO, CAPA ESTERIL PARA MICROSCOPIO, PRESERVATIVO MASCULINO, COLETOR UNIVERSAL ESTERIL (DESERTOS/FRACASSADOS),** de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 30/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 13/09/2016, às 14h30 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 13/09/2016, às 15h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 506/2016, de 24 de agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de agosto de 2016.
Josiane de Oliveira Costa
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **Materiais e Acessórios para os Equipamentos, de acordo com as especificações, quantitativo** e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIODE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 30/08/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 13/09/2016, às 14h30 min
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 13/09/2016, às 15h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 510/2016, de 24 de agosto de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 26 de agosto de 2016.

Josiane de Oliveira Costa
Pregoeira/FHS

FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 01/2016

A COMISSÃO ESECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, nomeada através da Portaria nº 70/2016, torna público, em atendimento às disposições legais e de publicidade.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E CORRELATOS (ORÇAMENTO E SEUS DEVIDOS RELATÓRIOS TÉCNICOS APROVADOS NOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS COMPETENTES) PARA O CELOG - CENTRAL DE LOGÍSTICA.
RESULTADO: FRACASSADO

Aracaju 26 de agosto de 2016.

DALVA MEDEIROS DE MELO CUNHA
Presidente da Comissão Especial de Licitação - SES

Ipesaúde

EXTRATO DO TERMO CREDENCIAMENTO N.º 007/2016

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE;
CONTRATADO: ORTOFISIO CLÍNICA DE FIFIOTERAPIA LTDA.;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 015.204.01932/2016-6;
OBJETO: Prestação de serviços na área de Fisioterapia, conforme especificações discriminadas no projeto básico e com as especificações contidas n anexo único do termo (Tabela Ipesaúde);
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei n.º 8.666/93;
PARECER JURÍDICO: 403/2016 – PROJUR IPESAÚDE
DATA DE ASSINATURA: 22/08/2016
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor Presidente

Sergipe Previdência

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe **– Sergipeprevidência**, através de seu Diretor-Presidente baixou a seguinte Portaria, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na lei 5.852 de 20 de março de 2006 e tendo em vista a deliberação da Diretoria Executiva.
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 011/2016
Origem: Processo nº 015.203.02704/2016-0
Partes**:** Sergipeprevidência e o Estagiário **RIVELINO SANTOS COUTO,** com a Interveniência da Faculdade Estácio de Sergipe – **FASE.**
Objetivo**:** Estágio sem Vinculo Empregatício
Bolsa de Estágio: Bolsa de Complementação Educacional e a concessão do Auxílio-Transporte, nas formas e valores definidos pela legislação em vigor.
Fundamentação: Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.
Vigência: duração de 12 (doze) meses, a partir de 22/08/2016 a 22/08/2017.
Aracaju, 23 de agosto de 2016.
Augusto Fábio Oliveira dos Santos
Diretor-Presidente.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

DIVERSOS



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O 1º semestre de 2016 foi marcado por um período de incertezas no âmbito da economia, apesar da expectativa de melhora no cenário político-econômico brasileiro, os números demonstram ainda fragilidades, inflação acima da meta, dívida bruta batendo recorde na série histórica e a taxa de desemprego alcançando índices cada vez mais elevados.

Diante desse cenário, o Banco do Estado de Sergipe S/A fundado em 1961 continua mantendo de forma sólida seu papel como agente financeiro de desenvolvimento socioeconômico de Sergipe, buscando com afinco, através de investimento tecnológicos, inovações em produtos e serviços e na relação com sua clientela, proporcionar a melhor experiência a seus *stakeholders*.

Durante o período, o Banco segue fortalecendo sua estratégia de negócios, orientando suas diretrizes ao varejo, reforçando a oferta de produtos e serviços, e promovendo alterações na estrutura dos canais de atendimento, com contínuos investimentos na plataforma de canais digitais e reformulação daqueles que são presenciais, o que proporciona maior valor e comodidade aos clientes e eficiência no modelo de operação. O Conglomerado Banese, que engloba o banco comercial e a empresa de cartões de crédito, promove a integração do modelo de negócios, com o compromisso de gerar valor no relacionamento com seus clientes e acionistas.

O resultado apresentado nesse relatório do 1º semestre de 2016 foi satisfatório, fruto da reformulação do modelo de negócios e do andamento do novo ciclo do Planejamento Estratégico 2015-2020. Nossa evolução ratifica o acerto das estratégias aplicadas, bem como o empenho dos colaboradores e empresas relacionadas, aos quais dirigimos nosso reconhecimento.

Para o próximo semestre de 2016 esperamos cenários desafiadores, porém acreditamos que a dedicação e o esforço dos nossos colaboradores em cumprir a estratégia desenhada para nossos próximos passos será nossa força motriz para alcançarmos resultados ainda melhores e é imbuído dessa certeza que agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança que nos foi depositada.

Fernando Soares da Mota
Presidente

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia mundial, no 1º semestre de 2016, continuou com avanços moderados, e mesmo assim se manteve à tona. Especialistas acreditam que os ajustes pós-crise continuarão por mais três ou cinco anos. Em junho desse ano, o Reino Unido decidiu sair da União Europeia após pressões de populistas insatisfeitos com o padrão de vida estagnado. E a Europa seguiu assoberbada de empréstimos de liquidação duvidosa em bancos e alto desemprego, que continuaram restringindo seu crescimento. Nos Estados Unidos houve uma desaceleração do crescimento econômico maior do que o do ano de 2015, e o FED afirmou que os juros serão elevados gradativamente. A China enfrentou vulnerabilidades, nesse semestre, que geraram dúvidas quanto a sua estabilidade. E o Japão continuou com seu programa de estímulos de política monetária e adotou juros nominais negativos.

No Brasil, diante das mudanças que ocorreram no cenário político e do otimismo do mercado no final desse 1º semestre, houve um aumento da expectativa de melhora do produto interno bruto para 2016 (previsão de -3,44% em junho ante os -3,81% em maio, segundo o FOCUS). A inflação permaneceu acima da meta, fechando o semestre com 4,42%, todavia a previsão para terminar o ano é otimista (7,19%, segundo o FOCUS). A dívida bruta do país apresentou um recorde na série histórica, e o Comitê de Política Monetária continuou mantendo a taxa Selic estável (14,25%). O número de vagas formais fechadas no semestre acumulou um saldo de 531.765, e o dólar segue em queda nesses últimos meses, fechando o semestre em R$ 3,213.

A poupança acumulou em junho uma fuga de recursos líquidos de R$ 42,6 bilhões, um ritmo mais acelerado que o do mesmo período do ano passado, que chegou a R$ 38,5 bilhões. O crédito continua caro e escasso, corroborando para a queda na demanda do consumidor por crédito de 8,9% nesse semestre, sobre o mesmo período de 2015; a demanda das empresas por crédito também sofreu queda quando comprado a junho no ano passado. A inadimplência do consumidor e das empresas aumentou 2,8% e 6,8%, respectivamente, no 1º semestre de 2016.

O estado de Sergipe acumulou em junho deste ano um saldo negativo de 11.709 no número de empregos formais, um aumento de 79,6% em relação ao mesmo período de 2015. A balança comercial do Estado apresentou no mês de junho um superávit de US$ 593,6 mil, o primeiro desde setembro de 2015, mas ainda é deficitária em cerca de US$ 33,6 milhões no semestre. O pagamento de royalties do petróleo e gás natural para Sergipe foi de R$ 5,6 milhões em junho de 2016, um recuo de 2,3%, em relação a maio, e de 35,2% quando comparado ao mês de junho do ano passado. O saldo das operações de crédito total do estado de Sergipe em junho cresceu 0,5% em relação ao mês anterior e 3,7% quando comparado a junho de 2015, já em relação a dezembro de 2015 houve uma queda de 0,4%. E a cesta básica em Aracaju aumentou para R$ 376,73 em junho de 2016, quando relacionado a maio, uma diferença de R$ 32.

COMPORTAMENTO DOS NEGÓCIOS

Destaques

O Banese apresenta abaixo o desempenho registrado no 1° semestre 2016 versus o acumulado no 1° semestre 2015.

Tabela 1 - Demonstrativo dos principais itens de resultado

Resultado - R$ Milhões	1°S2016	1°S2015	1°S2016 / 1°S2015
Margem Financeira Líquida	180.746	153.627	17,7%
Provisões Líquidas de Operações de Crédito	36.582	8.503	330,2%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	144.164	145.124	-0,7%
Receitas de Serviços e Tarifas Bancárias	47.844	36.563	30,9%
Despesas Administrativas	130.941	118.900	10,1%
Resultado Operacional	44.617	43.829	1,8%
Lucro Líquido Consolidado	22.451	24.499	-8,4%

i. Ao final do 1° semestre 2016, o **lucro líquido** alcançou o montante de R$ 22,4 milhões, menor R$ 2 milhões (-8,4%) do registrado no 1° semestre 2015.

ii. Conforme demonstrado acima, o **desempenho** do Banese nesse semestre foi reflexo do aumento das despesas de provisão para operações de crédito; do crescimento da margem financeira, pela reprecificação das operações de crédito em linha com o ciclo de taxa SELIC mais elevada e maior volume das operações ativas; crescimento das receitas de serviços e tarifas por força dos novos serviços disponibilizados ao mercado; e do avanço das despesas administrativas, motivadas por outras despesas e as tributárias.

iii. A **margem financeira** registrada no 1° semestre 2016 foi de R$ 181 milhões, superior R$ 27 milhões (17,7%), quando comparada ao mesmo período de 2015. O acréscimo proveio principalmente da reprecificação dos ativos com base na elevação da taxa básica de juros e do incremento das operações, além das receitas geradas pela disponibilização de novos serviços.

iv. O saldo líquido das **despesas de provisão** para operações de crédito acumulou R$ 37 milhões, com acréscimo de R$ 28 milhões (330%) na comparação com o 1° semestre 2015. O crescimento da concentração em piores níveis de risco gerou um maior volume de aprovisionamentos sobre as operações de crédito. O total de créditos classificados como risco normal registrou uma variação de 1,9 p.p. abaixo do apurado no 1° semestre 2015, devido ao aumento do saldo da carteira.

v. As **receitas de prestação de serviços e de tarifas** registraram R$ 48 milhões no 1° semestre 2016, com variação positiva de R$ 11,3 milhões, 30,9% superior quando comparado ao 1° semestre 2015, motivadas principalmente pelos novos serviços disponibilizados ao mercado.

vi. As **despesas administrativas** totalizaram R$ 131 milhões no 1° semestre 2016 e cresceram 10,1% ou R$ 12 milhões, quando comparadas ao 1° semestre 2015. As outras despesas administrativas, com a participação de 40,3% desse grupo, cresceram 23,3% em comparação com o 1° semestre 2015, motivadas principalmente pela contratação de serviços de terceiros, serviços técnicos especializados e despesas com processamento de dados.

vii. Quanto às **despesas de pessoal**, que representavam 59,7% das despesas administrativas, registraram o acumulado de R$ 78 milhões no 1° semestre 2016, com ampliação de 2,7% ou R$ 2 milhões quando comparado ao 1° semestre 2015, e redução de 1,4% ou R$ 1 milhão em relação ao 2° semestre 2015, com destaque para as despesas de benefícios: programa alimentar do trabalhador, medicina do trabalho e ajuda de custos; e despesas de proventos: processos trabalhistas. As receitas com serviços e tarifas foram determinantes para melhorar o índice de cobertura de despesa de pessoal, passando de 48,0% (1° semestre 2015) para 61,1% (1° semestre 2016).

viii. **O índice de eficiência** – indica a relação entre as despesas administrativas e de pessoal com o resultado operacional – cresceu 11,7 p.p., quando comparados o 1° semestre 2016 (68,2%) e 1° semestre 2015 (56,5%). Em relação ao 2° semestre 2015, o índice manteve-se estável.

ix. Os **ativos totais** caíram 0,4% ou R$ 15 milhões quando relacionado o 1° semestre 2016 com o mesmo perío ro de 2015, registrando saldo de R$ 3,96 bilhões em junho de 2016, impactado pela redução no semestre anterior, de mais de R$ 147 milhões de depósitos judiciais tendo, como consequência, contraído o volume das aplicações financeiras ao final deste exercício.

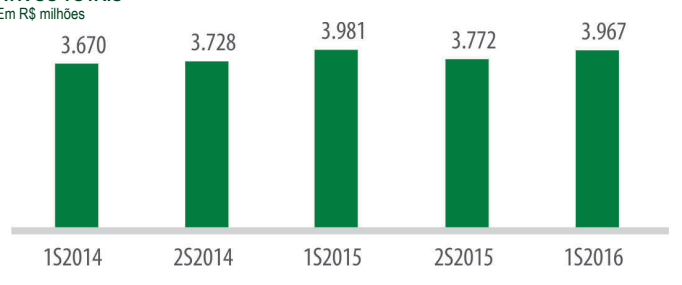
x. O **patrimônio líquido** registrou R$ 299 milhões ao final de junho de 2016, com incremento de 1,4% ou R$ 4 milhões, em relação ao mesmo período de 2015. A elevação tem como origem a incorporação dos resultados gerados no período, deduzido o provisionamento de juros sobre o capital próprio e o reconhecimento contábil do desequilíbrio atuarial existente no plano de previdência complementar dos empregados do Banco junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, conforme CPC 33-R1 (aprovado pela Deliberação CVM 695). O efeito da aplicação dessa norma no Banese impactou negativamente o patrimônio líquido no valor de R$ 6 milhões.

Ativo

Alinhado com as premissas de sua gestão estratégica, o Consolidado Banese vem apresentando crescimento dos seus ativos. No 1° semestre 2016 os ativos totais do consolidado registraram um saldo de R$ 3,96 bilhões, representando decréscimo de 0,4% em relação ao 1° semestre 2015 e incremento de 5,2% em relação ao 2° semestre 2015.

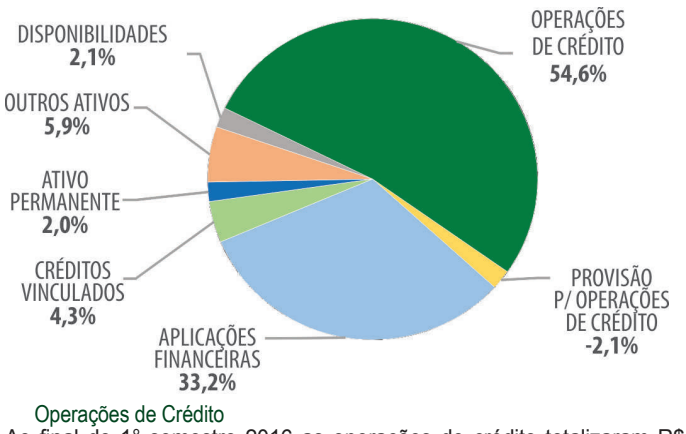
ATIVOS TOTAIS

Em R$ milhões



A composição dos ativos totais está representada da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

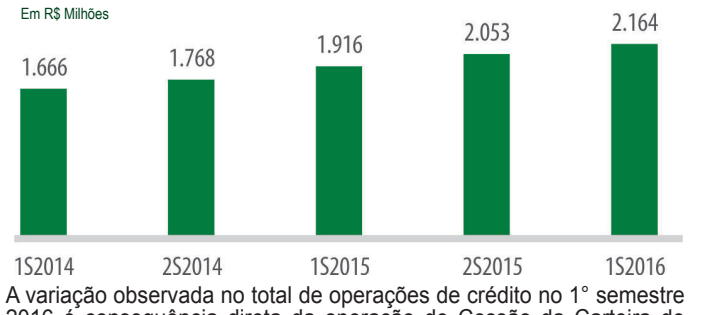


Operações de Crédito

Ao final do 1° semestre 2016 as operações de crédito totalizaram R$ 2.164 milhões, representando crescimento de 12,9% comparado ao 1° semestre 2015 e 5,4% em relação ao 2° semestre 2015.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em R$ Milhões



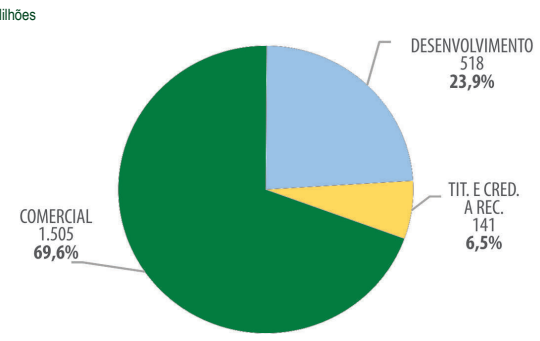
A variação observada no total de operações de crédito no 1° semestre 2016 é consequência direta da operação de Cessão da Carteira de Recebíveis de Crédito BaneseCard, com o registro de R$ 141 milhões de Títulos e Créditos a Receber com características de concessão de crédito.

Composição do Crédito por Carteira

Encerrando o 1° semestre 2016, a composição das **operações de crédito** ficou assim distribuída: a carteira comercial representou 69,6%, a carteira de desenvolvimento 23,9% e a carteira de Títulos e Créditos a Receber com características de concessão de crédito com 6,5%. A carteira comercial[1] é a mais representativa, de acordo com o perfil corporativo do Banese, pela forte atuação no segmento de varejo comercial voltado especialmente às pessoas físicas.

COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em R$ Milhões

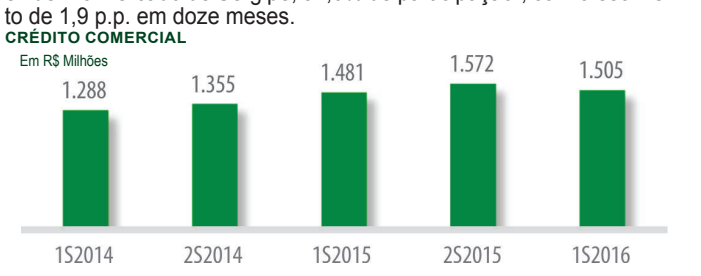


Crédito Comercial

O volume de operações de **crédito comercial** registrou R$ 1.505 milhões ao final do 1° semestre 2016, registrando um crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior e um decremento de 4,3% se comparado ao 2° semestre 2015. Nessa carteira o Banese é líder no mercado de Sergipe, 34,6% de participação[2], com crescimento de 1,9 p.p. em doze meses.

CRÉDITO COMERCIAL

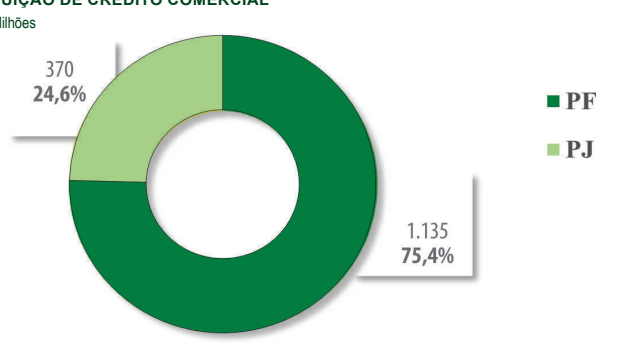
Em R$ Milhões



Na composição da **carteira comercial**, os créditos para pessoas físicas somaram R$ 1.135 milhões (75,4%), representados principalmente pelas operações direcionadas aos servidores públicos com consignação em folha de pagamento, além das operações vinculadas ao cartão de crédito BaneseCard. As linhas de crédito para pessoas jurídicas totalizaram R$ 370 milhões (24,6%), destacando o Progiro, que é direcionado a suprir a necessidade de capital de giro das empresas.

DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO COMERCIAL

Em R$ Milhões

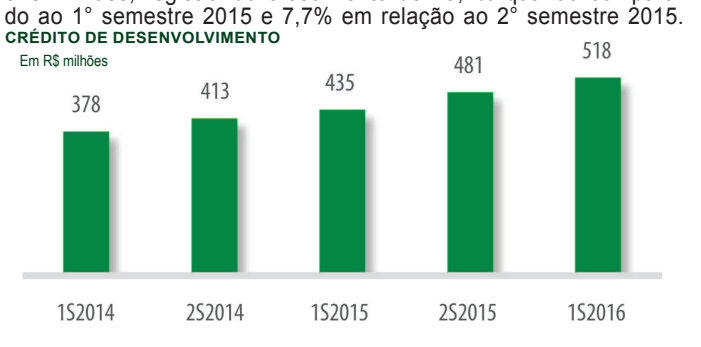


Crédito Desenvolvimento

Ao final do 1° semestre 2016 a carteira de **crédito de desenvolvimento**[3] apresentou o saldo das operações no montante de R$ 518 milhões, registrando crescimento de 19,1% quando comparado ao 1° semestre 2015 e 7,7% em relação ao 2° semestre 2015.

CRÉDITO DE DESENVOLVIMENTO

Em R$ milhões



1 O crédito comercial é representado pelas linhas de crédito com recursos livres, ou seja, sem destinação específica.
2 Dados da Estatística Bancária do Banco Central do Brasil da data base Maio de 2016.
3 A carteira de crédito de desenvolvimento é representada pelos créditos com destinação específica como crédito rural, financiamento à habitação e recursos de repasse.

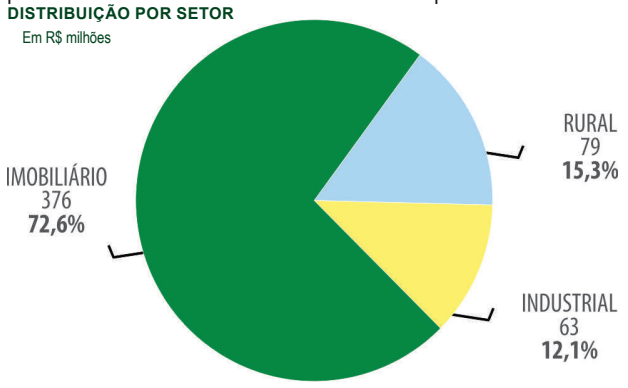
Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



A ampliação do saldo aplicado nessa carteira de crédito foi proporcionada pelos direcionamentos legais de captação de depósito de poupança e à vista, destinados para os financiamentos adiante mencionados e pelas oportunidades de negócios. O Banese manteve parcerias com construtoras que possuíam uma carteira de imóveis prontos e fortaleceu os financiamentos às pessoas físicas.

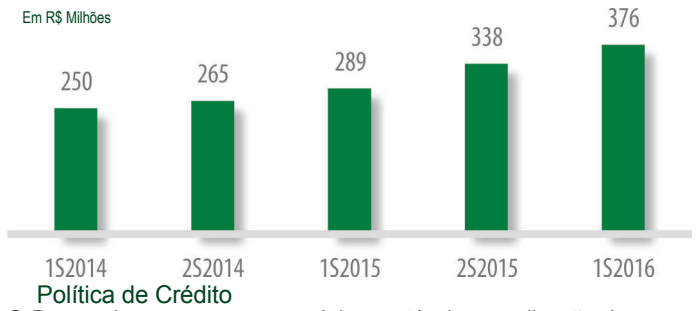
DISTRIBUIÇÃO POR SETOR



Na composição do **crédito de desenvolvimento** do Banese, consideram-se todos os recursos destinados às atividades econômicas: imobiliário, industrial e rural. No período comentado, a atividade imobiliária se mantém a mais representativa, com participação de 72,6%, enquanto que a rural e a industrial participam com 15,3% e 12,1%, respectivamente.

No 1° semestre 2016 o crédito imobiliário do Banese apresentou crescimento de 30,1% em relação ao 1° semestre 2015 e 11,1% em relação ao 2° semestre 2015. Para as pessoas físicas, no 1° semestre 2016 foram concedidos recursos na ordem de R$ 28,4 milhões e para as pessoas jurídicas R$ 9 milhões. Ao final do semestre, a composição da carteira era de R$ 330 milhões (87,7%) de pessoas físicas e R$ 46 milhões (12,3%) de pessoas jurídicas.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

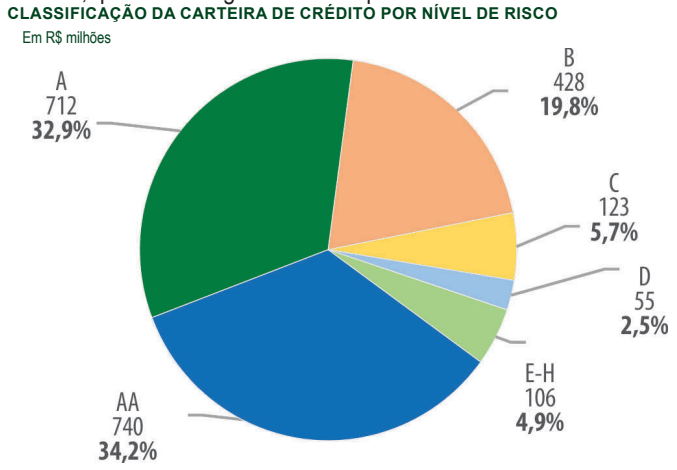


Política de Crédito

O Banese busca promover negócios rentáveis na aplicação dos seus ativos, partindo da combinação de premissas para concessão de crédito, tais como: seletividade, garantias, liquidez, diversificação de riscos, limites de concentração e exposição de crédito, além de uma estrutura baseada em comitês e alçadas de decisão de crédito bem definidas e com funções segregadas.

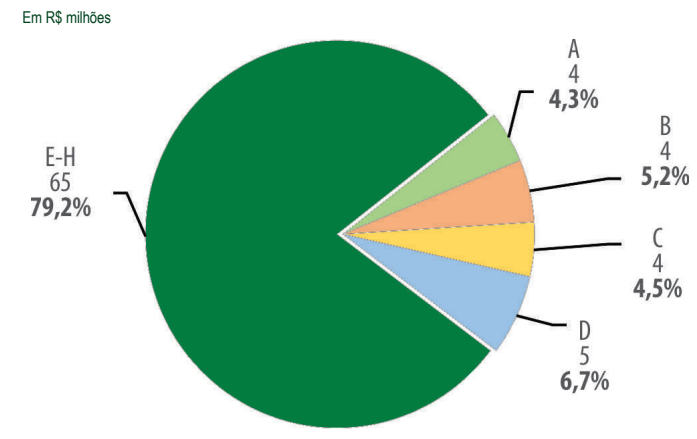
No 1° semestre 2016, 92,6% das operações de crédito do Banco se concentraram nos melhores níveis de risco, de AA a C. No 1° semestre 2015 essa concentração era de 94,2%. O pequeno crescimento da concentração em níveis de risco mais elevados gerou um maior volume de aprovisionamento sobre as operações de crédito, reflexo de uma conjuntura adversa, que ainda atinge todas as empresas.

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR NÍVEL DE RISCO



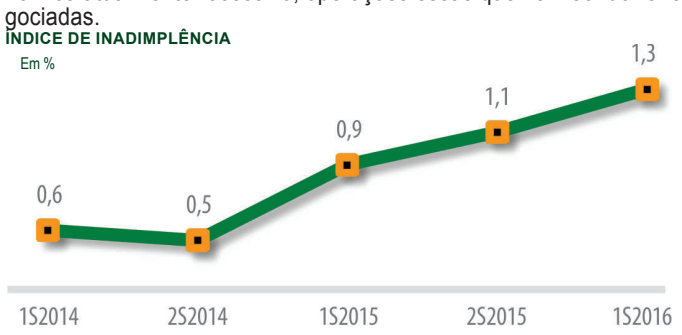
Encerrando o 1° semestre 2016, o Banese registrou R$ 82 milhões a título de provisão para operações de crédito, o que equivale a 3,8% da carteira total. Observa-se uma variação de -6,9% em relação ao 1° semestre 2015 e 4,0% em comparação ao 2° semestre 2015.

PROVISÃO DA CARTEIRA POR NÍVEL DE RISCO



Em função disso o Banese registrou um índice de inadimplência total de 1,3% sobre suas operações de crédito, considerando um atraso superior a 60 dias. O indicador foi superior em 0,4 p.p ao registrado no 1° semestre 2015 e em 0,2 p.p em relação ao observado no 2° semestre 2015. A elevação da inadimplência observada é pontual, concentrada em operações de atacado e decorrente do cenário econômico atualmente recessivo, operações essas que vem sendo renegociadas.

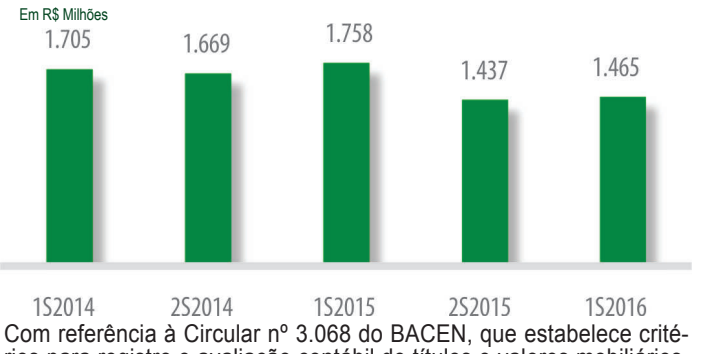
ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA



Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras foram compostas por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Recolhimentos Compulsórios dos Depósitos de Poupança e À Vista, e representam 42,7% da Captação Global e 37,0% do Ativo Total. A soma das aplicações mais os compulsórios no BACEN alcançaram o montante de R$ 1,46 bilhão ao final do 1° semestre 2016, inferior em 16,6% quando comparado ao 1° semestre 2015 (R$ 1,75 bilhão) e superior em 2,0% em relação ao 2° semestre 2015 (R$ 1,43 bilhão).

APLICAÇÕES FINANCEIRAS



Com referência à Circular nº 3.068 do BACEN, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, o Banese encontra-se devidamente enquadrado às regras da autoridade competente.

Na composição das aplicações financeiras, destacam-se as interfinanceiras de liquidez (41,9%) e os investimentos em TVM (42,7%).

Tabela 2 - Composição das aplicações financeiras

Composição	1S16	%	2S15	%	1S15	%	2S14	%	1S14	%
Interf. Liquidez	614	41,9%	585	40,7%	912	51,9%	570	34,2%	788	46,2%
T V M	625	42,7%	586	40,8%	586	33,3%	699	41,9%	512	30,1%
Vinc. Compromissadas	47	3,2%	38	2,6%	27	1,5%	16	1,0%	16	0,9%
Exigibilidade/Garantias	179	12,2%	229	15,9%	232	13,2%	383	23,0%	389	22,8%
Total	1.465	100%	1.437	100%	1.758	100%	1.669	100%	1.705	100%

A variação negativa registrada na carteira de aplicações financeiras no 1º semestre de 2016 em relação ao igual período do ano anterior, foi fruto da redução do saldo dos depósitos judiciais decorrente de sua utilização pelo Governo do Estado com base na Lei Complementar nº 264, de 26 de agosto de 2015 e no Decreto nº 30.061, de 27 de agosto de 2015. Essa condição começou a ser revertida quando se comparam os saldos de junho-16 com dezembro-15.

Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados alcançaram R$ 3,42 bilhões no 1° semestre 2016. Tais recursos decresceram 1,5% em relação ao saldo de R$ 3,47 bilhões registrado no 1° semestre 2015, e quando comparados ao registrado no 2° semestre 2015 (R$ 3,30 bilhões), cresceram 3,4%.

O grupo depósitos totais é responsável por R$ 2,93 bilhões, sendo composto pelos depósitos à vista, a prazo (CDB/RDB e Judiciais), poupança, interfinanceiros e especiais fundos e programas. A principal variação positiva observada nesse grupo foi de 4,8% nos depósitos remunerados, quando comparados o 1° semestre 2016 e 2° semestre 2015.

O grupo de recursos de terceiros administrados, formado pelos fundos de investimento, obrigações por repasses e outras captações (Letras Financeiras, Letras Imobiliárias e Obrigações Compromissadas) encerrou o 1° semestre 2016 com saldo de R$ 482 milhões, superior em 14,7% em relação ao saldo de R$ 420 milhões verificado no 1° semestre 2015 e superior 8,0% se comparado ao 2° semestre 2015.

RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

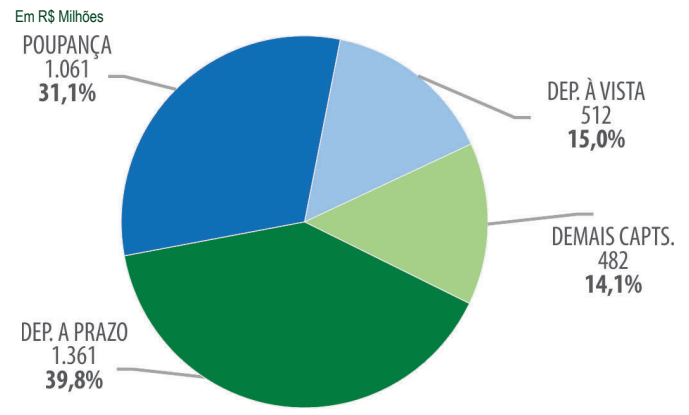


Tabela 3 - Composição dos recursos captados e administrados

Composição	1°S 2016	%	2°S 2015	%	1°S 2015	%	2°S 2014	%	1°S 2014	%
Poupança	1.061	31,1%	1.104	33,4%	1.098	31,6%	1.108	33,6%	1.014	32,2%
CDI/CDB/RDB	962	28,1%	819	24,8%	824	23,8%	725	22,0%	776	24,6%
À vista	512	15,0%	546	16,5%	587	16,9%	600	18,2%	571	18,1%
Judiciais	400	11,7%	388	11,8%	541	15,6%	468	14,2%	403	12,8%
LFS	181	5,3%	173	5,2%	165	4,8%	158	4,8%	154	4,9%
LF	147	4,3%	139	4,2%	131	3,8%	124	3,8%	138	4,4%
LCI	15	0,5%	5	0,2%	4	0,1%	3	0,1%	0	0,0%
Outros	138	4,0%	129	3,9%	120	3,5%	111	3,4%	97	3,1%
Total	3.416	100,0%	3.303	100,0%	3.469	100,0%	3.297	100,0%	3.153	100,0%

Os Depósitos a Prazo (CDI/CDB/RDB e Judiciais) figuraram como a principal fonte de captação do Banese, detendo uma participação de 39,8%, com um montante de R$ 1,36 bilhão. Os Depósitos de Poupança apontam um percentual de 31,1%, com o saldo de R$ 1,06 bilhão, seguido pelos depósitos à vista com 15,0% e um saldo de R$ 512 milhões. Por fim, as demais captações como as obrigações por repasses, fundos de investimento, depósitos interfinanceiros e letras financeiras com participações de 14,1%.

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

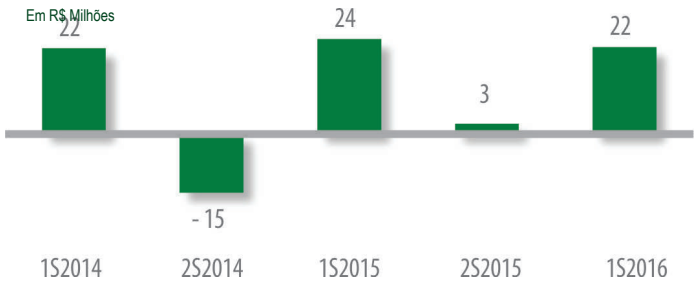


Evolução do Resultado

Lucro Líquido

O Banese registrou Lucro Líquido de R$ 22 milhões no 1° semestre 2016.

LUCRO LÍQUIDO ACUMULADO

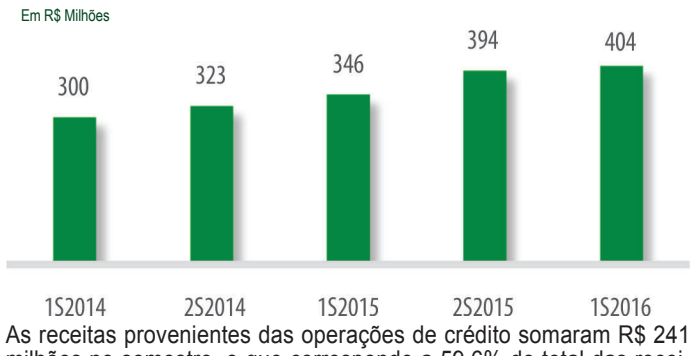


Dentre os motivos relevantes que influenciaram o resultado do semestre, destaca-se a constituição de despesas com provisão para operações de crédito no montante de R$ 53 milhões, conforme já citado, concentradas em operações de atacado e por consequência direta do atual cenário econômico. O impacto líquido dessas despesas sobre o resultado do semestre foi de R$ 37 milhões.

Receitas

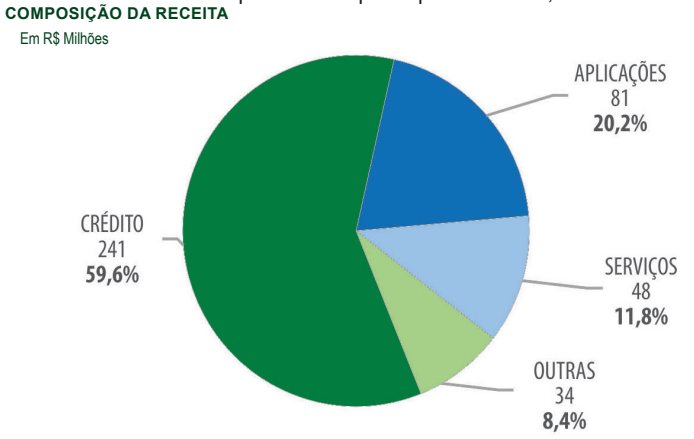
Encerrando o 1° semestre 2016, as receitas totais acumularam R$ 404 milhões, representando um crescimento de 16,6% em relação às receitas totais do 1° semestre 2015 e de 2,4% comparando ao 2° semestre 2015. O incremento observado quando comparado ao semestre imediatamente anterior, foi consequência do crescimento das operações de crédito, reprecificação dos ativos face ao ciclo de taxa SELIC elevada e ao crescimento das receitas de serviços.

RECEITAS



As receitas provenientes das operações de crédito somaram R$ 241 milhões no semestre, o que corresponde a 59,6% do total das receitas. Em seguida, as receitas de aplicações financeiras que registraram R$ 81 milhões (20,2%), receitas de serviços com R$ 48 milhões (11,8%) e outras receitas operacionais com R$ 31 milhões (7,7%), essa última decorrente da operação de Cessão de Créditos Banesecard[4]. As receitas não operacionais participaram com 0,7% do total.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA



Despesas

As despesas do Banese no 1° semestre 2016 totalizaram R$ 387 milhões e foram 17,3% superiores às acumuladas no mesmo período do exercício anterior, e 3,6% abaixo do acumulado no 2° semestre 2015. As despesas com provisões para operações de crédito totalizaram o montante de R$ 53 milhões, refletindo diretamente no resultado do Banco no período.

4 A cessão de créditos é a transferência de direitos creditórios, inclusive seus riscos e benefícios, entre o Banese e a SEAC - Sergipe Administradora de Cartões Ltda.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



DESPESAS TOTAIS

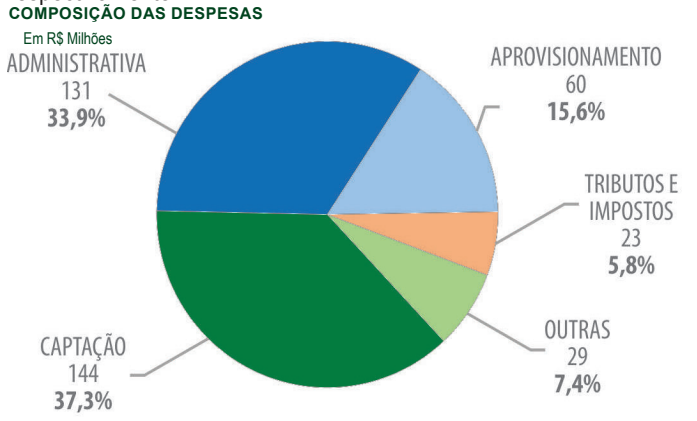
Em R$ Milhões



Na composição das despesas totais, as despesas de captações participam com 37,3%, seguida pelas administrativas com 33,9%, que tem como destaque as despesas de pessoal, com participação de 59,7%. Estas últimas cresceram 2,7% quando comparado ao 1° semestre 2015, e em relação ao 2° semestre 2015 caíram 1,4%. As despesas com aprovisionamento e ajustes patrimoniais para operações de crédito representaram 15,6% das despesas totais. Ainda na composição total, as outras despesas e de tributos, participaram com 7,4% e 5,8%, respectivamente.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

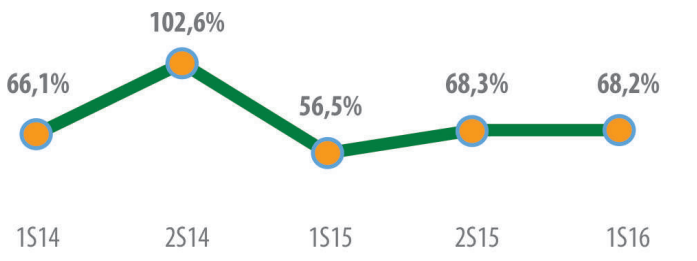
Em R$ Milhões



Índice de Eficiência

O Índice de Eficiência mede em percentual o quanto as receitas são consumidas pelas despesas administrativas, ou seja, quanto menor, melhor. O índice registrado no 1° semestre 2016 foi de 68,2%, superior 11,7 p.p. em relação ao 1° semestre 2015, e 0,1 p.p. abaixo do verificado no 2° semestre 2015.

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA

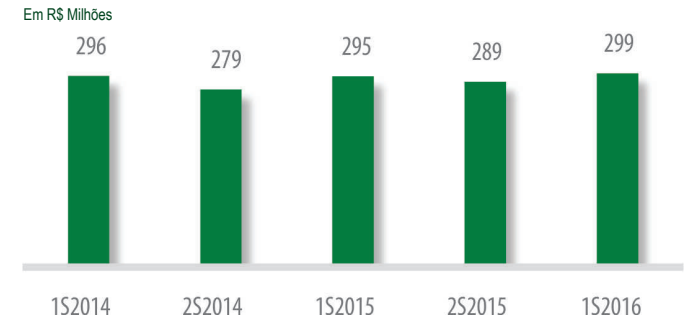


Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco no 1° semestre 2016 alcançou um volume de R$ 299 milhões, registrando incremento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e 3,5% em relação ao 2° semestre 2015.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R$ Milhões



O resultado dos negócios realizados pelo Banese nesse 1º semestre de 2016, sob forte movimento econômico recessivo por que passa o país – inflação acima da meta, recorde da dívida bruta, recorde da taxa de desemprego, fuga de recursos da poupança, aumento do índice de inadimplência dos consumidores – foi considerado positivo, visto que as operações de crédito registraram crescimento de 5,4% frente ao último semestre de 2015, quando se verificou queda de 0,4% do volume transacionado em todo o estado de Sergipe, segundo dados do Banco Central.

O Banese se mantém como detentor da maior fatia de mercado – *Market Share* – de crédito comercial, registrando em maio/2016 a parcela percentual de 34,6%, com crescimento de 1,1 p.p. nos últimos doze meses.

As captações totais cresceram 3,4% no 1° semestre 2016 quando relacionado ao 2° semestre 2015, as quais contribuíram para alavancar as aplicações financeiras e as operações de crédito no varejo, não obstante as despesas oriundas terem crescido 1,2% no período.

O incremento das operações de crédito contribuiu para o crescimento das receitas, assim como a disponibilização de novos serviços, fazendo com que as receitas totais registrassem um crescimento de 2,4% no semestre comentado.

Por força de processo de redução e contenção de despesas com fins de gerar suporte ao resultado esperado, estas caíram 3,5%, quando comparado ao 2° semestre 2015, refletindo, em parte, na variação positiva da margem operacional.

O lucro líquido alcançou R$ 22 milhões no 1° semestre 2016, afetado positivamente pela elevação das receitas de serviços e tarifas bancárias das receitas geradas pelas operações de crédito, que contribuíram com a ampliação da margem operacional, tendo efeito minimizado pelo crescimento das despesas de provisão para operações de crédito.

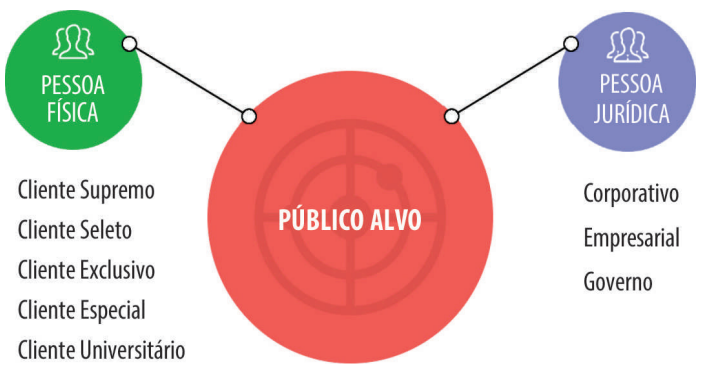
O patrimônio líquido obteve crescimento de 3,5% no 1° semestre 2016 quando relacionado ao 2° semestre 2015, efeito minimizado pelo reconhecimento contábil do desequilíbrio atuarial existente no plano de previdência complementar dos empregados junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, conforme CPC 33-R1 (aprovado pela Deliberação CVM 695).

CLIENTES

O Banese encerra o 1° semestre 2016 com uma base de 566.023 clientes ativos – 535.330 mil pessoas físicas e 30.693 mil pessoas jurídicas, conforme nova metodologia de contabilização de clientes observamos um crescimento de 0,30% quando comparado a dezembro de 2015 usando a mesma metodologia. O principal pilar da estratégia de negócios do Banco é a geração de valor com excelência para seus clientes como também a conquista e a fidelização dos mesmos, e é com o objetivo de atender a princípios preconizados de diferenciação, inovação e comprometimento com seu público que o Banese vem redesenhando seus modelos de negócios para atender a uma clientela cada vez mais exigente.

O Banco vem segmentando sua base de clientes, Pessoa Física e Pessoa Jurídica, conforme suas reciprocidades junto ao Banese, com o intuito de oferecer serviços mais próximos dos reais anseios dos seus clientes. No seu planejamento empresarial tem desenvolvido diversas ações estratégicas para oferecer produtos e serviços diferenciados para cada segmento. Neste sentido, destaca-se a evolução nos canais de autoatendimento com acréscimo de funcionalidades e segurança, criação novos produtos de crédito, serviços e investimento com alto valor agregado para os clientes, além da implantação de um novo modelo de atendimento e soluções que apoiam a gestão de relacionamento de nossos clientes.

SEGMENTAÇÃO DE CLIENTES



PRODUTOS E SERVIÇOS

Cartão de Crédito BaneseCard

A empresa SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., nasceu com a proposta de ser agente de negócios de cartão de crédito e serviços correlatos. Ao lado dos parceiros lojistas, auxilia no incremento de suas vendas através da inclusão e operacionalização de mais uma forma de meios de pagamento e de recebimento ao portfólio de negócios. O cartão BaneseCard está presente na Bahia, Alagoas e em João Pessoa (Paraíba).

No que tange aos resultados do 1° semestre 2016 a SEAC encerrou o período com 27 lojas, 480 mil cartões, faturamento de R$ 629 milhões e um ticket médio de R$ 123,98. Em relação ao número de credenciados do BaneseCard, foram contabilizados 36.067 lojistas, com os quais foram operacionalizadas 5 milhões de transações, evidenciando assim o alto potencial de aceitação do cartão de crédito não somente pelos clientes, como também pelos lojistas. Vale ressaltar que os clientes BaneseCard possuem isenção da taxa de anuidade, programa de fidelidade com bonificação e a opção de adesão ao seguro contra roubo e outros sinistros.

Visando melhorar a performance da SEAC e incrementar as receitas, a empresa firmou algumas parcerias estratégicas com a Bin, Paggcerto, Shopping Prêmio e Azul Linhas Aéreas, e tem realizado ações comerciais, tais como: feirões de recuperação de crédito, intensificação do serviço de antecipação de recebíveis, disponibilização de mais um canal de atendimento (totem), fortalecimento do serviço de parcelamento de faturas, fortalecimento da plataforma *E-Commerce*, captação de propostas com promotores e captação de novos lojistas através de mutirão com os assistentes comerciais. Realizou-se ainda algumas ações de redução de despesas nesse 1º semestre, como o encerramento das atividades de algumas lojas SEAC deficitárias.

O 1º semestre de 2016 caracterizou-se para o BaneseCard pelo fortalecimento e consolidação das plataformas e serviços existentes para aumento e melhoria dos produtos de pagamento eletrônico fornecidos pela empresa. O principal foco deste fato está relacionado como aumento de produtividade e rentabilidade da instituição.

Banese Corretora de Seguros

A Banese Corretora de Seguros atua nos principais ramos (Automóvel, Pessoas, Residencial, Viagem, Garantia e Empresarial) e trabalha com as melhores e maiores seguradoras do país, oferecendo soluções de seguros com custos acessíveis, rapidez e qualidade, sempre buscando a satisfação de seus clientes. Com *Market Share* de 13,02% no mercado sergipano, a Banese Corretora apurou no 1° semestre 2016 um volume de R$ 31,7 milhões em prêmios de seguros. A receita operacional registrada nesse 1º semestre foi de R$ 9,4 milhões, quando comparado ao mesmo período do ano passado observamos um crescimento de 20,89% na receita operacional realizada pela Corretora.

Previdência, Capitalização e Consórcio

O Banese atua em parceria com grandes empresas do mercado, como Mapfre, Lyscar e Icatu, o que proporciona aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços diversificado e mais competitivo. São comercializados títulos de capitalização na modalidade de pagamento único (PU) e pagamento mensal (PM). Os consórcios são ofertados nas modalidades residencial, automóvel, moto e serviços. O Banese Multiprevidência e o Banese Prev+ possibilitam a diversificação dos investimentos com um plano personalizado de acordo com as necessidades no presente.

Produtos de Investimento

O Banese oferece um portfólio de produtos de investimento que observam os princípios de segurança do negócio, diversificação nas aplicações financeiras, mitigação de riscos em busca da máxima rentabilidade ao cliente e taxas competitivas. Os principais produtos disponíveis na rede compreendem os depósitos a prazo, através do CDB Pós com Resgate Automático, Poupa CDB Banese e RDB Pré-Fixado, LCI Banese Pós Fixado CDI, e os Fundos de Investimento: Fator Banese *Expert* - Fundo Referenciado DI e Fator Banese *Strategy* FIC Fundo Multimercado.

Crédito

No 1º semestre de 2016, novos produtos e soluções foram ofertados pelo banco, como também, novas ações foram realizadas, como:

- **Criação de Células Atendimento Imobiliário** – objetivando tornar célere o processo de análise e concessão dessa modalidade em quatro (04) agências da capital, trazendo comodidade e qualidade no atendimento aos clientes interessados no Financiamento Habitacional;
- **Formalização de Parceria com Construtoras** – para financiamento de unidades habitacionais vinculadas a construtoras da região, ofertando atendimento diferenciado e prioritário nas análises de crédito;
- **Lançamento de Campanhas Sazonais da Carteira Comercial** – para venda dos produtos como: Crédito Educação e Antecipação do 13º Salário; Crédito IPVA/IPTU; Antecipação da restituição do IRPF;
- **Lançamento do Módulo Negocial para Correspondente no País** – para prospecção de clientes e propostas de crédito consignado junto aos servidores públicos estaduais e municipais.

No âmbito da Recuperação de Crédito, destacam-se as seguintes ações: Campanha de Recuperação com foco nos contratos inadimplentes vinculados aos servidores da Prefeitura Municipal de Aracaju/SE; Implantação de Canal de Recuperação de Crédito via *Facebook* (*FBanking*); realização de renegociações por assessoria (através de empresa especializada em Cobrança); realização de Mutirões de Renegociação com disponibilização de descontos e taxas especiais; participação em eventos de renegociação organizados pelo Governo do Estado, Prefeituras, Câmaras de Dirigentes Lojistas e Tribunal de Justiça.

Serviços

Com o objetivo de fornecer serviços inovadores aos seus clientes, o Banese desenvolveu em 2015 o serviço de RDC (Captura Remota de Depósitos) para o cliente pessoa jurídica, cuja comercialização foi ampliada no 1º trimestre 2016. Através deste serviço, os clientes poderão digitalizar cheques em seus próprios estabelecimentos e enviar as imagens para o Banco, sendo os depósitos efetuados a qualquer hora do dia, possibilitando um maior controle na gestão de cheques pelo cliente, otimização de processos, redução de custos vinculados à guarda e depósitos de cheques e maior agilidade nos depósitos.

Em abril de 2016, o Banco lançou o Banese Clube+ com o objetivo de oferecer uma rede de vantagens para facilitar o enquadramento dos clientes nos pacotes de segmentação para pessoa física. Dentre os benefícios, os clientes terão direito ao clube de vantagens (descontos), sorteios mensais, cobertura por morte acidental, orientações e assistências, a depender do segmento, até o momento o serviço já possui a adesão de 14.005 clientes.

REDE DE AGÊNCIAS, CORRESPONDENTES NO PAÍS, CANAIS DE AUTOATENDIMENTO E OUVIDORIA BANESE

No 1º semestre de 2016, a Rede de Atendimento Banese totalizou 499 pontos, com presença em todos os 75 municípios sergipanos, assim distribuídos: 63 agências (20 na capital e 43 no interior), 10 Postos de Serviços e 426 Pontos de Atendimento Eletrônico. Através dessa rede, foram realizadas 13,7 milhões de transações pelas agências e ATM's, alcançando um volume financeiro de R$ 15 bilhões.

Neste mesmo período, através dos 238 Correspondentes No País, distribuídos no estado de Sergipe e em outros estados do Nordeste, foram realizadas 6,3 milhões de transações, com volume financeiro total de R$ 4 bilhões.

Em relação aos canais de autoatendimento, como resultado dos investimentos na modernização nos canais e em inovação, destaca-se o crescimento na utilização do *Netbanking/ Mobile Banking* com 13,7 milhões de transações realizadas e um volume financeiro de R$ 1,65 bilhão, os caixas eletrônicos recicladores (em parceria com a Rede Saque e Pague) que totalizou 553 mil transações e um volume de R$ 262 milhões e o RDC (Captura Remota de Depósitos) que totalizou 16,3 mil de transações e um volume de R$ 21,4 milhões.

Em relação a Ouvidoria Banese, registrou-se no 1º semestre 2016 um total de 843 ocorrências, entre elas elogios, sugestões, solicitações, informações e reclamações. As ocorrências são realizadas através dos canais: Internet, Alô Ouvidoria (0800 284 5757), presencialmente na Ouvidoria Banese, correspondências, Banco Central do Brasil e Ouvidoria Geral do Estado de Sergipe.

ENTIDADES PATROCINADAS

CASSE – Caixa de Assistência dos Empregados do Banese

Uma instituição de natureza assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade oferecer a seus beneficiários serviços de assistência médico-hospitalar. Entre beneficiários, titulares, dependentes, agregados do Banco e de suas coligadas e controlada, a CASSE totalizou 5.477 associados com Plano Médico e 2.137 com Plano Odontológico no 1º semestre de 2016. Em parceria com o Banese, foram patrocinados 267 colaboradores por meio do Programa de Incentivo à Atividade Física, com investimento na ordem de R$ 69 mil.

SERGUS – Instituto Banese de Seguridade Social

O Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS) é uma entidade fechada de previdência complementar, fundado e autorizado a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 1980, com finalidade de administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados isolada ou conjuntamente por empresas integrantes do plano. Ao final do 1° semestre 2016, existiam 1.253 participantes, sendo 696 ativos e 557 assistidos. O Plano SERGUS está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), ou seja, ao aderir ao plano, o valor do benefício do participante é previamente definido. O Instituto está modelando novos tipos de Planos de Previdência visando ofertar aos seus participantes outras alternativas existentes no mercado brasileiro de Fundos de Pensão.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banese vem aperfeiçoando seus processos e ações com vistas às melhores práticas de governança corporativa. Atuando de forma transparente, todas as decisões e fatos relevantes do Banco são comunicados ao mercado, estando acessíveis para consulta pública a qualquer tempo. Observa-se ainda que as decisões em qualquer nível da empresa são tomadas de forma colegiada, através da estrutura de governança composta pela alta administração e pelos comitês de assessoramento à Diretoria e Conselho de Administração.

A Governança do Banese compreende a Assembleia Geral dos Acionistas e os seguintes órgãos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, além dos comitês vinculados aos órgãos da administração. Como também realização de auditorias internas através de avaliações periódicas e objetivas nos processos e nas unidades organizacionais, com foco nos riscos passíveis de comprometimento dos objetivos da organização. Essas avaliações são previstas e validadas no Plano Anual de Auditoria Interna, submetido à apreciação do Conselho de Administração.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: Relações com Investidores

Visando atender à Instrução CVM nº 358/2002, o Banese tem consubstanciado em seus normativos a Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e a Política de Negociação com Valores Mobiliários, que se fundamenta nos princípios básicos da obediência à legislação específica, à regulamentação da CVM e outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros aos quais esteja sujeito: transparência e equidade de tratamento com investidores e mercado de capitais em geral.

Comunicados ao Mercado

- Em fevereiro de 2016, foi contratada a Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., com finalidade de fomentar a liquidez das ações ordinárias e preferenciais de emissão do BANESE, sob os códigos “BGIP3” e “BGIP4”, respectivamente, negociadas na BM&FBOVESPA S/A. O Formador de Mercado iniciou as operações com papéis do Banese em 29 de fevereiro.
- Em março de 2016, o Banese comunicou ao mercado que o pedido de aprovação ao Banco Central referente ao aporte de capital, divulgado no fato relevante de 11 de novembro de 2015, ainda se encontra em processo de análise. Nesse sentido, o Banese permanece no aguardo da autorização do Banco Central a fim de proceder ao aporte de até R$ 96 milhões na SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. e informará oportunamente ao mercado acerca da aprovação do BACEN e da realização de Assembleia Geral Extraordinária no âmbito de SEAC, para futura realização do dito aumento.
- Em março de 2016, o Conselho de Administração do Banese aprovou a Política de Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio relativos ao exercício de 2016, que será efetuado semestralmente, em conformidade com a legislação vigente.
- Em junho de 2016, renúncia de membro do Conselho de Administração do Banco do Estado de Sergipe S.A., Sr. José Macedo Sobral e do membro da Diretoria Executiva do Banco do Estado de Sergipe Sr. Edson Freire Caetano.

Estes Comunicados ao Mercado estão disponíveis nos sítios da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e do Banese (www.banese.com.br).

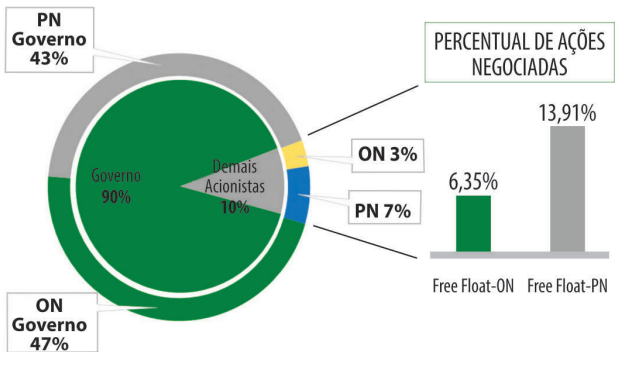
Estrutura Acionária

A estrutura societária do Banese é composta por aproximadamente 15,3 milhões de cotas de ações, divididas em partes iguais entre ordinárias e preferenciais, sendo que aproximadamente 10% das ações do Banese são negociadas no mercado. Do total de ações negociadas, 31% são ordinárias e 69% preferenciais. O Governo do Estado de Sergipe é o sócio majoritário do Banese, detendo 90% das ações totais.

Tabela 4 - Composição acionária

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
Ações	7.642.545	100%	7.642.545	100%	15.285.090	100%
Controlador	7.156.834	93,64%	6.579.433	86,09%	13.736.267	89,87%
Ações em Circulação (Free Float)	485.572	6,35%	1.063.083	13,91%	1.548.655	10,13%
Percentual (ON) (PN) / TOTAL	-	31,35%	-	68,65%	-	-
Administradores	139	-	29	-	168	-

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



Agências de *Rating*

O Banese é classificado por agências de *Ratings*, que são mecanismos utilizados para a avaliação da qualidade do crédito da empresa, buscando assim mensurar a probabilidade de *default* das obrigações financeiras, destacando que as notas atribuídas refletem o seu desempenho operacional, e a qualidade de sua administração.

Na última avaliação, a *Fitch Rating* afirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo ‘BBB+(bra)’ (BBB mais (bra)) e o *Rating* Nacional de Curto Prazo ‘F2(bra)’ do Banese. No entanto, revisou a Perspectiva do *Rating* Nacional de Longo Prazo para Negativa, de Estável, refletida pela expectativa da *Fitch* de piora dos índices de qualidade de ativos do Banese em função do enfraquecimento do ambiente operacional local, do estado de Sergipe, e em virtude do aumento de suas provisões e de ajustes financeiros e contábeis realizados no Banco, e na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. (SEAC), empresa na qual detém participação minoritária, e tendo ponderado alguns aspectos, dentre os quais destacou: forte atuação do Banco em Sergipe, cujo governo é seu controlador, e sua consequente importância no Estado; destacou a alteração de novo planejamento estratégico para um período mais longo, até 2020; destaque para a operação de cartões de crédito também está sendo reestruturada, ressaltou que a intenção do Banco é explorar com mais profundidade o segmento de cartões, cujas operações tradicionalmente permitem agregar produtos e serviços; a pulverização dos depósitos, considerando como estável, devido a característica de varejo, e manutenção da base dos nossos depósitos; leve piora na qualidade de crédito, entretanto, a *Fitch* destacou que, apesar de moderado, o nível de cobertura de provisionamento dos créditos classificados nas faixas de risco “D” e “H” segue compatível com o perfil varejista do Banco, em torno de 60%; citou a capitalização pressionada, e o núcleo de capital *Fitch* atingiu 11,1% em 2015, e que este índice é inferior ao da média dos bancos regionais no período (14,0%).

A *Fitch Rating* ponderou que os *ratings* do Banese consideram sua estável base de captação de varejo e os adequados índices de liquidez. Suas atividades estão concentradas em Sergipe, onde o Banco detém cerca de 30% dos depósitos e possui uma rede de 63 agências, distribuídas por grande parte dos municípios do Estado, o que demonstra sua importância e a forte ligação com a região.

A *Moody’s* atribuiu um perfil de risco de crédito individual (BCA) de ba2 ao Banco do Estado de Sergipe S.A. (Banese) que reflete sua sólida franquia local como Banco do Estado de Sergipe, com uma participação de mercado relevante de 34% nos depósitos e empréstimos do Estado. Embora pequeno em tamanho, a posição defensiva do Banese no mercado local deriva de seu foco nos serviços bancários aos servidores do Estado, bem como nas empresas de pequeno e médio porte, que estão intrinsecamente ligadas à economia de Sergipe.

A agência de classificação de risco *Moody’s* avaliou o Banco em uma perspectiva Negativa, enfatizando sua participação no Estado. A perspectiva negativa leva em consideração a atual recessão econômica que impõe riscos para o desempenho financeiro do Banco, especialmente para a qualidade de ativos e rentabilidade. Destacou o controle integralmente do estado de Sergipe, com uma participação de mercado relevante de 34% nos depósitos e empréstimos do Estado, e que apesar de pequena em tamanho, a posição defensável do Banese no mercado local deriva de seu foco em serviços bancários para os servidores públicos do Estado bem como para pequenas e médias empresas, que estão conectadas intrinsicamente à economia de Sergipe; destacou sua carteira de empréstimos pulverizada, que reflete sua estratégia direcionada para o varejo, ressaltou o crescimento no segmento de cartões, assim como sua presença ser limitada dentro de Sergipe, entretanto por outro lado, o Banese tem uma gestão de liquidez defensiva, com base de depósitos granular e estável. Na avaliação da *Moody’s* o Banco foi classificado como A1.br, em perspectiva de longo prazo, e no curto prazo BR-1. A tabela abaixo apresenta os *ratings* atribuídos pela *Fitch Rating* e *Moody’s Investors Service*:

Quadro 1 - Classificação de Agências de *Rating*

Fitch Rating		
	Escala Nacional	
Perspectiva Negativa	Longo Prazo	Curto Prazo
	BBB+(bra)	**F2(bra)**
Moody’s Investors Service		
	Escala Nacional - *Ratings* de Depósito	
Perspectiva Negativa	Longo Prazo	Curto Prazo
	Aa3 br	**BR-1**
	Escala global em moeda local - *Ratings* de Depósito	
Perspectiva Negativa	Longo Prazo	Curto Prazo
	Ba2	***Not Prime***
	Escala global em moeda estrangeira - *Ratings* de Depósito	
Perspectiva Negativa	Longo Prazo	Curto Prazo
	Ba3	***Not Prime***

SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

Gestão de Capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.988/2011, o Banese dispõe de processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como de planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a organização está sujeita, considerando suas metas e objetivos estratégicos. Nesse sentido, conta com estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 3.721/2009.

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias *(commodities)*, pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 3.464/2007.

Risco de Liquidez

Abrange a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, por causa de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.090/2012.

Risco Operacional

Risco de perda resultante de pessoas, sistemas e processos internos inadequados e deficientes, ou de eventos externos que causem impactos negativos às atividades do Banco, incluindo-se também o risco legal que é a definição de risco operacional adotada pelo Banese, seguindo determinações contidas na Resolução CMN nº 3.380/2006.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN 3.380/2006. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Na política corporativa de risco operacional estão delineadas as atribuições e competências do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, da Superintendência de Controladoria, da Superintendência de Auditoria Interna e das áreas administrativas e operacionais.

Risco Socioambiental

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. É pautada nos princípios da Relevância, Proporcionalidade, Eficiência, Transparência, Ética, Conformidade e Combate à Corrupção, é ratificada por meio da Resolução CMN nº 4.327/2014.

Gerenciamento de Risco

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços, dos produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos. O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Risco operacional

O Risco Operacional inclui o risco legal e de reputação. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes Internas e Externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Aqueles que acarretam a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Visando propiciar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, o Banese dispõe de uma Política de Risco Operacional, aprovada e revisada no mínimo anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, onde estão delineados os papéis e responsabilidades de cada empregado e unidades na gestão do risco operacional.

Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.019/2011 e nos princípios do Acordo de Basiléia III, representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delineia o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigadores, capazes de manter todos os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais aprovadas por alçadas competentes. Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Riscos Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese estabeleceu metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e do risco da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também, visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, objetivando separá-los em “bons” e “maus”, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em nota de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999. De acordo com os procedimentos do Banco, os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias. Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Além das medidas prudenciais retro mencionadas, que minimizam o risco de *default* das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese que, são incorridas ao risco de crédito, são minimizadas devido ao fato de serem realizadas com servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento e de financiamento ao cartão de crédito, correspondendo a mais de 59% da carteira de crédito comercial, representando assim um portfólio de baixo risco. Destaca-se ainda que aproximadamente 75% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito haja vista que se trata de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 6 - Banese Múltiplo

	jun/16	mar/16
- Operações de crédito	1.940.608.198,62	1.983.193.792,59
- TVM	700.905.862,35	674.528.793,16
- Depósitos Interfinanceiros	209.008.250,09	217.167.924,08

Tabela 7 - Conglomerado Prudencial

	jun/16	mar/16
- Operações de crédito	1.902.880.279,06	1.945.358.308,42
- TVM	699.656.843,79	674.137.887,56
- Depósitos Interfinanceiros	209.008.250,09	217.167.924,08

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a medida de descasamento de estrutura e prazo de vencimento entre ativos e passivos que possa dificultar a capacidade de pagamento de uma instituição financeira. Nesse sentido, o Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE:
www.segrase.se.gov.br

Banese
do seu jeito
+ moderno, +sustentável, +inovador
Acreditando no desenvolvimento.

sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.090/2013. Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é advindo da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Essas perdas podem ser decorrentes de alterações no comportamento das taxas de juros, do preço das ações, do câmbio e das *commodities*, bem como da interação entre eles e suas respectivas volatilidades.

Nesse sentido, o Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos, em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente é realizado análises de sensibilidade, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM 475/2008, o Conglomerado realizou análise de sensibilidade por fator de risco de mercado considerado relevante aos quais a instituição estava exposta. Nessa análise, o fator Pré, CDI e Cupom de TR representam 97,48% do total de exposições ativas e 82,78% passivas sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.

A Carteira *Trading* consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira *Banking* se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*), e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Tabela 8 - Conglomerado Prudencial - 2º Trimestre 2016

Operação	Exposição	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	1.977.351.668,88	Variação das taxas (Alta da SELIC)	16.496.907,16	-70.520.372,59	-133.546.933,80
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas dos cupons de juros com lastro na taxa referencial (TR)	1.136.893.893,28)	Variação das taxas (Aumento)	-5.319.198,06	-41.283.057,78	-73.008.760,91
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(99.825.430,38)	Variação das taxas (Alta)	-1.732.506,71	-11.018.247,45	-17.129.784,59

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, num cenário de aumento das taxas de juros pré-fixadas, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na BM&F e nas taxas médias de *swap* DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (Taxa Referencial) utilizou-se as cotações médias de swap ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela BM&F para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários I, II e III, aplicaram-se choques paralelos em todas as curvas de juros de 2%, 4% e 6% em pontos bases, e todas correlações adotadas causaram resultados contrários, buscando retratar as piores perdas dentro dos cenários adotados.

Ressalta-se que os impactos das exposições financeiras da Carteira Banking (notadamente nos fatores taxa de juros) não necessariamente representam potencial prejuízo contábil para a Organização, em função de que parte das operações de créditos que estão na Carteira Banking é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são "hedge natural" para eventuais oscilações de taxa de juros e que para a Carteira Banking, as oscilações de taxa de juros não representam impacto material sobre o resultado da Instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de créditos até o seu vencimento.

Risco Socioambiental

O Banese busca adotar procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos socioambientais em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- A classificação, identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental nas atividades e operações do Banese;
- Os registros de perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- A análise e avaliação dos clientes que possam estar em desacordo com a legislação socioambiental vigente;
- A análise prévia dos potencias impactos e oportunidades socioambientais causados pela criação de novas linhas de crédito;
- Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e a uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- Oportunidades profissionais aos colaboradores, inclusive quanto á qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias, e ações de combate ao assédio moral;
- O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- A qualificação dos colaboradores acerca da Responsabilidade Socioambiental tanto no ambiente externo quanto interno;
- A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidades com as imposições legais;
- A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidades com a legislação vigente;
- Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento socioambiental da região;
- A análise e desenvolvimento de serviços e produtos que estimulem as práticas socioambientais;
- O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;
- A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios socioambientais;
- O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento socioambiental;
- O incentivo a educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Controles Internos e Compliance

Processo conduzido pela diretoria, gerência e funcionários, os controles internos são estruturados para assegurar os seguintes objetivos: eficiência e efetividade das operações, confiabilidade dos relatórios financeiros e cumprimento das normas e regulamentos internos e externos. Presta atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998, que dispõe sobre a implantação e implementação do sistema de controles internos.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

No Banese, o processo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro está pautado na Lei 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; além disso, obedece ao que preceitua a Circular BACEN 3.461/2009, que consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos nestas leis, e a Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. No 1° semestre 2016 foram realizadas as seguintes ações para melhorar a gestão do processo e adequar-se às normas dos órgãos reguladores: distribuição da Cartilha de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; treinamento a respeito do assunto para novos funcionários; publicação de matérias na intranet da Instituição; monitoramento contínuo de mídia local e nacional sobre o tema, como também sobre Financiamento ao Terrorismo; publicação de curso elaborado por funcionário da Instituição e disponibilizado na Universidade Corporativa Banese – UCB, através da modalidade de Educação à Distância (EAD).

Gestão de Processos

Com o intuito de prover maior suporte às áreas de negócio na construção de modelos operacionais que promovam o uso racional e planejado dos ativos organizacionais, o Banese vem conduzindo iniciativas com objetivo de entregar um conjunto de modelos, padrões, práticas e ferramentas de trabalho de modo a estabelecer uma visão organizada, clara e alinhada do negócio. A Instituição prevê a utilização dessas práticas nos projetos estratégicos de modo a construir e alinhar uma nova visão do negócio, catalogando e evoluindo elementos essenciais para o atingimento da estratégia. Paralelo a isso, a área está patrocinando a definição do Ciclo de Automação de Processos que irá auxiliar na construção dos modelos de funcionamento mais eficientes e gerenciáveis contribuindo para a redução dos custos de operação.

Segurança da Informação e Continuidade de Negócios

Com o objetivo de garantir níveis adequados de segurança da informação e continuidade dos negócios, contribuir na melhoria da segurança de operações e na implementação de práticas seguras, o Banese investe e desenvolve, através do seu programa de segurança da informação, um conjunto de iniciativas e projetos alinhados com seu planejamento estratégico, governança corporativa e normas internacionais.

Auditoria Interna

A auditoria interna do Banese é responsável por garantir uma atuação preventiva nas atividades desenvolvidas pela Instituição, assegurando a correção de possíveis desvios e colaborando para a racionalização, a segurança das atividades e a continuidade dos negócios. No 1° semestre 2016, foram realizadas 155 auditorias, dentre elas: auditorias de processos, de sistema, contínuas, especiais, administrativas e atendimento a quebra de sigilo. Além das atividades internas de auditoria, o Banese ainda atua como membro efetivo da Comissão de Auditoria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Subcomissão de Fraudes Documentais da Febraban.

Auditoria Externa

Com relação à auditoria externa, no que se refere à instrução normativa da Comissão de Valores Mobiliários– CVM, IN nº 381/2003, de 14/1/2003, o Banco do Estado de Sergipe S.A. informa que, em consonância com o teor da Instrução nº 381, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela *Ernst & Young Auditores Independentes S/S* não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais sobre seu cliente ou promover os interesses dele.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

No 1° semestre 2016 foram investidos R$ 1,27 milhão em tecnologia, com destaque aos seguintes projetos: implantação do novo sistema de alarmes para as agências e atualização das plataformas tecnológicas de sistemas e bancos de dados. Esses projetos proporcionaram incremento da segurança da informação e patrimonial, a disponibilização de novas aplicações e serviços alinhados à plataforma Banese 2.0, além de confiabilidade e estabilidade do ambiente e serviços já existentes, benefícios indispensáveis para a continuidade dos negócios e de seu planejamento estratégico.

Além dos investimentos realizados em modernização tecnológica no 1° semestre 2016 a Área de Tecnologia investiu na capacitação de seu quadro funcional, através de cursos de gerenciamento de projetos e preparatórios para certificações pertinentes a área.

GESTÃO DE PESSOAS

O Banese encerrou o 1° semestre 2016 com um quadro de 1.075 empregados ativos, 193 estagiários e 37 jovens aprendizes, com a admissão de dez empregados no período.

Por meio do Programa de Incentivo à Formação Educacional, o Banco concede bolsas de estudo aos seus empregados no valor de 50% da mensalidade para cursos de graduação, pós-graduação e idiomas, além de certificações profissionais. No 1° semestre 2016, foram contemplados 121 colaboradores no programa.

Outra importante iniciativa para capacitação profissional é a Universidade Corporativa Banese (UCB), ferramenta implantada pelo Banco em 2015, na modalidade de Educação a Distância (EAD). A UCB oferta, mensalmente, cursos na modalidade a distância para 250 colaboradores, destinados ao desenvolvimento de competências essenciais, técnicas e gerenciais.

Com o objetivo de aprimorar a performance da gestão do Banese no tocante ao desenvolvimento de liderança, habilidades de comunicação e negociação, planejamento e resolução de problemas, dentre outras competências essenciais para a carreira de gestão de negócios, o Banese em parceria com o Instituto Brasileiro de *Coach* (IBC) está investindo no Programa de *Coaching* Organizacional para os gerentes de agências.

Além disso, está sendo executado o Programa de Gestão de Pessoas com Foco em Competências com o objetivo de definir de forma clara as atribuições das funções e as competências técnicas e comportamentais dos colaboradores do Banco, bem como, redirecionar as ações tradicionais das áreas de gestão de pessoas, oferendo clareza em relação aos critérios para participação nas atividades de desenvolvimento humano e organizacional.

INSTITUTO BANESE E MUSEU DA GENTE SERGIPANA

O Instituto Banese, fundado em janeiro de 2009, tem como principal objetivo ser reconhecido como fonte de conhecimento, inspiração e cultivo de expressões artísticas e culturais, além de ser um agente de transformação social, vem se firmando no segmento em que atua, amparado na transparência e compromisso com os interesses da sociedade sergipana. Neste sentido, destacamos o desenvolvimento das ações de responsabilidade socioambiental em sintonia com políticas públicas, com foco na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico. No 1° semestre 2016 foram beneficiadas pelo Instituto quase 16.500 mil pessoas diretamente ligadas aos projetos estratégicos das entidades apoiadas, além de beneficiar indiretamente familiares e outros segmentos da comunidade, e cerca de 24.500 mil pessoas através de ações patrocinadas e/ou realizadas pelo Instituto Banese.

Primeiro Museu multimídia interativa do Norte e Nordeste do país, o Museu da Gente Sergipana "Governador Marcelo Déda", possibilita uma imersão em Sergipe, perpassando por suas expressões e manifestações culturais, símbolos, natureza, artes, história, culinária, festas e costumes. A diversidade cultural sergipana é manifestada em todas as estações interativas que o compõem, é um espaço voltado para a construção contínua de conteúdos que permitem a perpetuação de muitos registros do espírito sergipano. A cada ano de funcionamento, o Museu se firma cada vez mais como um importante núcleo irradiador das artes e da cultura, não só para os sergipanos, mas para visitantes de todas as regiões do Brasil e países diversos. No 1° semestre 2016, o Museu recebeu 37.189 visitantes, de um total de 375.931 visitantes desde a sua inauguração em 2011.

SUSTENTABILIDADE

O Banese se posiciona como uma Instituição que adota uma conduta de sustentabilidade, através de ações que promovem o desenvolvimento econômico regional, possibilitando uma melhor qualidade de vida para os cidadãos, incentivando a preservação da cultura local, além de estabelecer compromisso ambiental.

Em consonância com a sua Política de Responsabilidade Socioambiental, o Banese manteve sua campanha interna que visa diminuir o consumo de água e energia elétrica em suas unidades de negócio, observando durante o 1° semestre 2016 resultados positivos e consequentemente a promoção do consumo responsável em todas suas unidades. Além de estimular as boas práticas de consumo racional desses recursos, a campanha gera impactos positivos para a sociedade, e evidencia o compromisso da Instituição com a manutenção e prevenção do desenvolvimento socioambiental.

AGRADECIMENTOS

Expressamos reconhecimento aos nossos colaboradores, pela força de trabalho coesa e motivada, aos nossos clientes, pela fidelidade e confiança, e a todos os acionistas, em especial ao Governo do Estado de Sergipe, pela credibilidade e apoio depositados ao longo da nossa trajetória.

A Diretoria Executiva

ACESSE O RELATÓRIO COMPLETO EM: WWW.BANESE.COM.BR / RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
CIRCULANTE	**2.908.922**	**3.010.244**	**2.987.790**	**3.167.203**
DISPONIBILIDADES (NOTA 4)	**84.414**	**109.325**	**84.415**	**109.328**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	**614.004**	**912.414**	**614.004**	**912.414**
Aplicações no Mercado Aberto	404.996	704.694	404.996	704.694
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	209.008	207.720	209.008	207.720
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	**669.459**	**603.921**	**669.459**	**603.921**
Carteira Própria	593.544	551.898	593.544	551.898
Vinculados a Compromissos de Recompra	47.008	27.030	47.008	27.030
Vinculados à Prestação de Garantias	213	187	213	187
Vinculados ao Banco Central	28.694	24.806	28.694	24.806
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	**171.070**	**229.573**	**171.070**	**229.573**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	14.473	15.947	14.473	15.947
Créditos Vinculados:	150.625	210.311	150.625	210.311
- Depósitos no Banco Central	150.420	207.562	150.420	207.562
- Convênios	205	436	205	436
- Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	-	2.313	-	2.313
Correspondentes	5.972	3.315	5.972	3.315
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	**1.187.205**	**1.133.235**	**1.149.477**	**1.098.022**
Operações de Crédito:	1.227.879	1.174.039	1.227.879	1.174.039
- Setor Privado	1.227.879	1.174.039	1.227.879	1.174.039
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(40.674)	(40.804)	(78.402)	(76.017)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	**180.378**	**20.180**	**296.580**	**211.804**
Rendas a Receber	2.608	2.139	8.537	109.204
Diversos	177.793	18.041	289.254	188.467
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(23)	-	(1.211)	(85.867)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	**2.392**	**1.596**	**2.785**	**2.141**
Outros Valores e Bens	1.300	930	1.558	1.356
Despesas Antecipadas	1.092	666	1.227	785
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**977.970**	**889.202**	**1.029.736**	**937.633**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	**31.447**	**33.711**	**31.447**	**33.711**
Carteira Própria	31.447	33.711	31.447	33.711
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	**20.533**	**19.584**	**20.533**	**19.584**
Créditos Vinculados:	20.533	19.584	20.533	19.584
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	20.533	19.584	20.533	19.584
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	**753.403**	**694.664**	**753.403**	**694.664**
Operações de Crédito:	794.466	741.693	794.466	741.693
- Setor Privado	794.466	741.693	794.466	741.693
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(41.063)	(47.029)	(41.063)	(47.029)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	**169.355**	**140.476**	**221.121**	**188.907**
Diversos	169.355	140.476	221.121	188.907
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	**3.232**	**767**	**3.232**	**767**
Outros Valores e Bens	3.628	2.141	3.628	2.141
Provisões para Desvalorizações	(1.682)	(1.695)	(1.682)	(1.695)
Despesas Antecipadas	1.286	321	1.286	321
PERMANENTE	**79.914**	**82.036**	**97.673**	**100.349**
INVESTIMENTOS (NOTA 11)	**5**	**5**	**5**	**5**
Outros Investimentos	453	453	453	453
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	**56.349**	**55.921**	**73.724**	**74.222**
Imóveis de Uso	54.600	43.351	67.078	55.420
Outras Imobilizações de Uso	89.153	93.294	116.006	118.384
Depreciações Acumuladas	(87.404)	(80.724)	(109.360)	(99.582)
INTANGIVEL (NOTA 13)	**23.560**	**26.110**	**23.944**	**26.122**
Ativos Intangíveis	54.844	52.624	58.140	55.540
Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(31.284)	(26.514)	(34.196)	(29.418)
TOTAL	**3.966.806**	**3.981.482**	**4.115.199**	**4.205.185**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

PASSIVO	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
CIRCULANTE	**2.557.207**	**2.583.730**	**2.806.481**	**2.834.418**
DEPÓSITOS (NOTA 14)	**2.127.165**	**2.386.284**	**2.127.362**	**2.352.527**
Depósitos à Vista	512.120	586.582	511.532	569.498
Depósitos de Poupança	1.060.776	1.098.027	1.060.776	1.098.027
Depósitos Interfinanceiros	80.520	80.686	80.520	80.686
Depósitos a Prazo	473.749	620.989	474.534	604.316
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**30.581**	**39.562**	**30.581**	**39.562**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	30.581	39.562	30.581	39.562
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	**153.235**	**2.125**	**153.235**	**2.125**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	153.235	2.125	153.235	2.125
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**1.560**	**2.719**	**1.560**	**2.719**
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.560	2.719	1.560	2.719
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	**15.478**	**20.262**	**15.478**	**20.262**
BNDES	2.180	107	2.180	107
FINAME	4.225	5.168	4.225	5.168
Outras Instituições	9.073	14.987	9.073	14.987
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	**229.188**	**132.778**	**478.265**	**417.223**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	20.216	19.771	20.216	19.771
Sociais e Estatutárias	5.498	8.155	5.498	8.155
Fiscais e Previdenciárias	61.578	51.339	91.031	80.419
Negociação e Intermediação de Valores	130	-	130	-
Dívidas Subordinadas	48.624	-	48.624	-
Diversas	93.142	53.513	312.766	308.878
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.110.139**	**1.102.445**	**1.000.187**	**1.103.205**
DEPÓSITOS (NOTA 14)	**807.455**	**663.522**	**696.087**	**663.522**
Depósitos a Prazo	807.455	663.522	696.087	663.522
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	**46.941**	**26.972**	**46.941**	**26.972**
Carteira Própria	46.941	26.972	46.941	26.972
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	**9.597**	**132.757**	**9.597**	**132.757**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	9.597	132.757	9.597	132.757
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	**75.142**	**72.479**	**75.142**	**72.479**
BNDES	15.604	17.171	15.604	17.171
FINAME	10.710	14.845	10.710	14.845
Outras Instituições	48.828	40.463	48.828	40.463
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	**171.004**	**206.715**	**172.420**	**207.475**
Fiscais e Previdenciárias	19.875	18.425	19.875	18.425
Dívidas Subordinadas	132.182	164.978	132.182	164.978
Diversas	18.947	23.312	20.363	24.072
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**56**	**-**	**56**	**-**
Resultados de Exercícios Futuros	56	-	56	-
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 17)	**-**	**-**	**9.071**	**(27.745)**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18)	**299.404**	**295.307**	**299.404**	**295.307**
Capital:	232.000	232.000	232.000	232.000
- De Domiciliados no País	232.000	232.000	232.000	232.000
Reservas de Lucros	57.755	47.886	57.755	47.886
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(6.368)	-	(6.368)	-
Lucros Acumulados	16.017	15.421	16.017	15.421
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.966.806**	**3.981.482**	**4.115.199**	**4.205.185**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**327.315**	**287.680**	**311.733**	**265.205**
Operações de Crédito (NOTA 8 j.)	242.341	200.565	226.759	178.090
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 6 b.)	80.067	77.548	80.067	77.548
Resultado das Aplicações Compulsórias (NOTA 7 b.)	4.907	9.567	4.907	9.567
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(183.151)**	**(142.556)**	**(195.377)**	**(160.035)**
Operações de Captações no Mercado (NOTA 14 d)	(144.179)	(130.775)	(140.415)	(128.980)
Operações de Empréstimos e Repasses (NOTA 14 d)	(2.390)	(3.278)	(2.390)	(3.278)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (NOTA 8 h)	(36.582)	(8.503)	(36.582)	(8.503)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	(15.990)	(19.274)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**144.164**	**145.124**	**116.356**	**105.170**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(99.547)**	**(101.295)**	**(55.367)**	**(54.419)**
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 19 a)	36.655	28.915	62.784	50.821
Receitas de Tarifas Bancárias (NOTA 19 b)	11.189	7.648	11.189	7.648
Despesas de Pessoal (NOTA 19 c)	(79.822)	(77.851)	(94.637)	(92.887)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 19 d)	(57.682)	(48.066)	(75.052)	(66.316)
Despesas Tributárias (NOTA 19 e)	(15.238)	(12.194)	(24.182)	(20.086)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 19 f)	8.419	2.375	77.867	75.921
Outras Despesas Operacionais (NOTA 19 g)	(3.068)	(2.122)	(13.336)	(9.520)
RESULTADO OPERACIONAL	**44.617**	**43.829**	**60.989**	**50.751**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 20)	**366**	**504**	**1.768**	**2.196**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**44.983**	**44.333**	**62.757**	**52.947**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(19.198)**	**(16.139)**	**(27.901)**	**(21.541)**
Provisão para Imposto de Renda (NOTA 22)	(15.493)	(8.345)	(19.171)	(11.484)
Provisão para Contribuição Social (NOTA 22)	(13.111)	(5.193)	(16.063)	(7.041)
Ativo Fiscal Diferido	9.406	(2.601)	7.333	(3.016)
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO	**(3.334)**	**(3.695)**	**(3.334)**	**(3.695)**
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	**22.451**	**24.499**	**31.522**	**27.711**
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 17)	**-**	**-**	**(9.071)**	**(3.212)**
LUCRO LÍQUIDO	**22.451**	**24.499**	**22.451**	**24.499**
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**(5.312)**	**(7.853)**	**(5.312)**	**(7.853)**
Número de Ações em Circulação - Reais	15.285.090	15.285.090	15.285.090	15.285.090
Lucro líquido por Ação do Capital Social (em R$)	1,47	1,60	1,47	1,60

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

EVENTOS	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE	LUCROS	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA	DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(PREJUIZOS) ACUMULADOS	
SALDOS EM 31.12.2014	**232.000**	**19.114**	**27.547**	**-**	**-**	**278.661**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	24.499	24.499
DESTINAÇÕES:						
- Reservas	-	1.225	-	-	(1.225)	-
- Juros sobre o Capital Próprio de R$ 0,51 por ação	-	-	-	-	(7.853)	(7.853)
SALDOS EM 30.06.2015	**232.000**	**20.339**	**27.547**	**-**	**15.421**	**295.307**
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	**-**	**1.225**	**-**	**-**	**15.421**	**16.646**
SALDOS EM 31.12.2015	**232.000**	**20.471**	**36.162**	**-**	**-**	**288.633**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	22.451	22.451
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	(6.368)	-	(6.368)
DESTINAÇÕES:						
- Reservas	-	1.122	-	-	(1.122)	-
- Juros sobre o Capital Próprio de R$ 0,35 por ação	-	-	-	-	(5.312)	(5.312)
SALDOS EM 30.06.2016	**232.000**	**21.593**	**36.162**	**(6.368)**	**16.017**	**299.404**
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	**-**	**1.122**	**-**	**(6.368)**	**16.017**	**10.771**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido Ajustado	**55.213**	**37.892**	**75.859**	**59.489**
Lucro Líquido	**22.451**	**24.499**	**22.451**	**24.499**
Ajuste ao Lucro Líquido	**32.762**	**13.393**	**53.408**	**34.990**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.582	8.503	36.582	8.503
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	403	336	403	336
Depreciações e Amortizações	7.185	7.499	8.645	9.204
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	-	-	(92)	(615)
Ajuste de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.177	2.840	6.000	3.352
Ativo Fiscal Diferido	(9.406)	2.601	(7.333)	3.016
Perda de Capital	233	114	1.290	1.036
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(2.110)	(618)	(2.775)	(1.234)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	10	(29)	10	(29)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	15.990	19.274
Juros Sobre o Capital Próprio	(5.312)	(7.853)	(5.312)	(7.853)
Variação de Ativos e Obrigações	**(79.000)**	**305.051**	**(108.291)**	**280.258**
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	(40.697)	7.725	(40.697)	7.725
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(55.884)	102.307	(55.884)	102.307
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	66.997	173.798	66.997	173.798
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(3.137)	(150.892)	(17.862)	(170.699)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.312)	606	(995)	709
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(164.125)	(8.645)	(88.839)	7.545
Aumento (Redução) em Depósitos	76.559	148.198	18.053	156.124
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	9.530	10.784	9.530	10.784
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(470)	(2.050)	(470)	(2.050)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(6.368)	-	(6.368)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	39.907	23.220	8.244	(5.985)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	**(23.787)**	**342.943**	**(32.432)**	**339.747**
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.833)	(1.193)	(9.002)	(2.298)
Baixa de imobilizado de uso	41	-	557	1.088
Aplicações no Intangível	(985)	(1.993)	(1.759)	(1.993)
CAIXA LÍQUDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(9.777)**	**(3.186)**	**(10.204)**	**(3.203)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Participação de não controladores	-	-	9.071	3.212
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	18.972	7.965	18.972	7.965
Dívidas Subordinadas	7.672	7.291	7.672	7.291
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**26.644**	**15.256**	**35.715**	**18.468**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(6.920)**	**355.013**	**(6.921)**	**355.012**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	506.335	499.803	506.337	499.807
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	499.415	854.816	499.416	854.819

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - Em Reais mil

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita da intermediação financeira	327.315	287.680	311.733	265.205
Despesa da intermediação financeira	(183.151)	(142.556)	(195.377)	(160.035)
Outras receitas/despesas operacionais	5.351	253	64.531	66.401
Resultado não operacional	366	504	1.768	2.196
Receita da prestação de serviços	47.844	36.563	73.973	58.469
Materias, energia, serviço de terceiros e outros	(48.122)	(39.249)	(62.935)	(54.483)
Valor Adicionado Bruto	**149.603**	**143.195**	**193.693**	**177.753**
Retenções	**(7.185)**	**(7.499)**	**(8.645)**	**(9.204)**
Amortização	(2.300)	(2.674)	(2.698)	(3.190)
Depreciação	(4.885)	(4.825)	(5.947)	(6.014)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**142.418**	**135.696**	**185.048**	**168.549**
Valor Adicionado a Distribuir	**142.418**	**135.696**	**185.048**	**168.549**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Governo	**34.436**	**28.333**	**52.083**	**41.627**
Despesas Tributárias	5.832	14.795	16.849	23.103
Imposto de renda e contribuição social	28.604	13.538	35.234	18.524
Empregados	**83.156**	**81.546**	**97.971**	**96.582**
Salários e honorários	49.578	50.112	58.688	59.319
Encargos sociais	16.793	16.688	19.913	19.762
Previdência privada	3.467	2.290	3.467	2.290
Benefícios e treinamentos	9.984	8.761	12.569	11.516
Participação nos resultados	3.334	3.695	3.334	3.695
Aluguéis	**1.636**	**1.317**	**2.133**	**1.727**
Taxas e Contribuições	**739**	**1**	**1.339**	**902**
Acionistas	**5.312**	**7.853**	**5.312**	**7.853**
Juros sobre o capital próprio	5.312	7.853	5.312	7.853
Participação não Controladores	**-**	**-**	**9.071**	**3.212**
(Prejuízo)/Lucro Retido	**17.139**	**16.646**	**17.139**	**16.646**
Valor Adicionado Distribuído	**142.418**	**135.696**	**185.048**	**168.549**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe.

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES SEMESTRAIS

As demonstrações semestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações semestrais, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 00(R1) - Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016).

As demonstrações semestrais incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Banese
do seu jeito
+ moderno, +sustentável, +inovador
Acreditando no desenvolvimento.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações semestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações semestrais do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de sua controlada SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

Com o objetivo de reverter a situação de patrimônio líquido negativo da SEAC, algumas medidas estão sendo adotadas, dentre elas: (i) reorganização societária passando de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado; (ii) aporte de capital pelo Banese no valor de até 96 milhões, aprovado pelo Conselho de Administração e em análise pelo Bacen; (iii) reestruturação organizacional da SEAC; (iv) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.

Para melhor entendimento das demonstrações semestrais consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e 2015 da empresa controlada do Banese:

	Banese	SEAC-Sergipe Adm. de Cartões e Serv. Ltda	Eliminações	Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2015
Ativo circulante	**2.908.922**	**352.871**	**(274.003)**	**2.987.790**	**3.167.203**
Disponibilidades	84.414	589	(588)	84.415	109.328
Aplicações interfinanceiras de liquidez	614.004	-	-	614.004	912.414
Títulos e valores mobiliários	669.459	111.368	(111.368)	669.459	603.921
Relações interfinanceiras	171.070	-	-	171.070	229.573
Operações de crédito	1.227.879	160.625	(160.625)	1.227.879	1.174.039
Provisão para perdas de operações de crédito	(40.674)	(37.728)	-	(78.402)	(76.017)
Outros créditos	180.378	117.624	(1.422)	296.580	211.804
Outros valores e bens	2.392	393	-	2.785	2.141
Não circulante-Realizável a longo prazo	**977.970**	**51.766**	**-**	**1.029.736**	**937.633**
Títulos e valores mobiliários	31.447	-	-	31.447	33.711
Relações interfinanceiras	20.533	-		20.533	19.584
Operações de crédito	753.403	-	-	753.403	694.664
Outros créditos	169.355	51.766	-	221.121	188.907
Outros valores e bens	3.232	-	-	3.232	767
Ativo permanente	**79.914**	**17.759**	**-**	**97.673**	**100.349**
Total do ativo	**3.966.806**	**422.396**	**(274.003)**	**4.115.199**	**4.205.185**
Passivo Circulante	**2.557.207**	**435.186**	**(185.912)**	**2.806.481**	**2.834.418**
Depósitos	2.127.165	785	(588)	2.127.362	2.352.527
Relações interfinanceiras	30.581	-	-	30.581	39.562
Recursos de aceites e emissão de títulos	153.235	-	-	153.235	2.125
Relações interdependências	1.560	-	-	1.560	2.719
Obrigações por empréstimos e repasses	15.478	160.625	(160.625)	15.478	20.262
Outras obrigações	229.188	273.776	(24.699)	478.265	417.223
Não circulante- Exigível a longo prazo	**1.110.139**	**1.416**	**(111.368)**	**1.000.187**	**1.103.205**
Depósitos	807.455	-	(111.368)	696.087	663.522
Captações no mercado aberto	46.941	-	-	46.941	26.972
Recursos de aceites e emissão de títulos	9.597	-	-	9.597	132.757
Obrigações por empréstimos e repasses	75.142	-	-	75.142	72.479
Outras obrigações	171.004	1.416	-	172.420	207.475
Resultado de exercícios futuros	**56**	**-**	**-**	**56**	**-**
Participação de não controladores	**-**	**-**	**9.071**	**9.071**	**(27.745)**
Patrimônio liquido	**299.404**	**(14.206)**	**14.206**	**299.404**	**295.307**
Total do passivo e patrimônio liquido	**3.966.806**	**422.396**	**(274.003)**	**4.115.199**	**4.205.185**

Segue de forma resumida a demonstração do resultado em 30 de junho de 2016 e 2015 da empresa controlada do Banese:

	Banese	SEAC-Sergipe Adm. de Cartões e Serv. Ltda.	Eliminações	Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2015
Receitas de intermediação financeira	327.315	5.895	(21.477)	311.733	265.205
Despesas de intermediação financeira	(183.151)	(18.779)	6.553	(195.377)	(160.035)
Resultado bruto da intermediação financeira	**144.164**	**(12.884)**	**(14.924)**	**116.356**	**105.170**
Outras receitas/despesas operacionais	(99.547)	29.256	14.924	(55.367)	(54.419)
Resultado operacional	**44.617**	**16.372**	**-**	**60.989**	**50.751**
Resultado não operacional	366	1.402	-	1.768	2.196
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	**44.983**	**17.774**	**-**	**62.757**	**52.947**
Imposto de renda e contribuição social	(19.198)	(8.703)	-	(27.901)	(21.541)
Participações estatutárias no lucro	(3.334)	-	-	(3.334)	(3.695)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	**22.451**	**9.071**	**-**	**31.522**	**27.711**
Participação de não controladores	-	-	(9.071)	(9.071)	(3.212)
Lucro líquido	**22.451**	**9.071**	**(9.071)**	**22.451**	**24.499**
Juros sobre o capital próprio	**(5.312)**	**-**	**-**	**(5.312)**	**(7.853)**

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações semestrais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e suas controladas.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As receitas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN n°3.604/2008), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- Títulos Disponíveis para Venda - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, exceto nos fundos exclusivos que possuem em sua carteira opções de futuro (dólar, IDI e DI) e opções de ações.

g. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salarias (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

h. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas, em curso normal são registradas no ativo circulante ou realizável a longo prazo obedecendo aos prazos contratuais, enquanto as operações em curso anormal com atraso igual ou superior a sessenta dias são registradas no ativo realizável a longo prazo, independentemente dos prazos contratuais.

Nas operações imobiliárias com cláusula de cobertura do FCVS, o saldo registrado é deduzido do saldo residual não coberto pelo fundo, apurado nos termos do Decreto nº 97.222/1988, e da Lei nº 10.150/2000.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I (prazo dobrado);
- Com base no artigo 5º da Resolução nº 2.682/1999, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R$ 50, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, industrial e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

i Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 120 no semestre. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j. Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

k. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações semestrais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:
  - Edificações 4%
  - Equipamentos de uso 10%
  - Sistemas de processamento de dados 20%
  - Outros 10 a 20%
- Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisição de software. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma *pro rata die*.

n. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

o. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

q. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

r. Benefício a empregados

O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados, participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Conforme o regulamento do plano, os benefícios contemplados são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de aposentadoria especial, (v) suplementação de auxílio-doença, (vi) suplementação de pensão, (vii) suplementação de auxílio-reclusão, (viii) pecúlio por morte e (ix) suplementação de abono anual.

O Banese possui planos de benefícios a empregados incluindo benefícios de curto prazo, planos de previdência privada, assistência médica, assistência odontológica e de participação nos lucros.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



s. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto da Companhia. A Companhia por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações semestrais do Grupo no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Caixa	**84.414**	**109.325**	**84.415**	**109.328**
Disponibilidade em moeda nacional	84.414	109.325	84.415	109.328
Equivalente de caixa (1)	**415.001**	**745.491**	**415.001**	**745.491**
Aplicações no mercado aberto (**Nota 5**)	404.996	704.694	404.996	704.694
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.005	40.797	10.005	40.797
Total	**499.415**	**854.816**	**499.416**	**854.819**

(**1**) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 4)	**404.996**	**704.694**
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	154.996	186.396
Letras do Tesouro Nacional – LTN	173.209	10.001
Notas do Tesouro Nacional – NTN	76.791	508.297
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**209.008**	**207.720**
Depósitos Interfinanceiros - CDI	209.008	207.720
Total	**614.004**	**912.414**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Carteira do Banese Múltiplo e Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 30.06.2016	TOTAL 30.06.2015
Para negociação	23.707	38.640	-	240.932	252.696	-	555.975	482.930
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	240.932	252.696	-	**493.628**	**432.763**
Certificado de Depósito Bancário (**1**)	-	38.640	-	-	-	-	**38.640**	**38.571**
Fundos exclusivos multimercado	23.704	-	-	-	-	-	**23.704**	**11.593**
Fundos abertos multimercado	3	-	-	-	-	-	**3**	**3**
Mantidos até o vencimento	-	57.955	55.529	-	-	31.447	144.931	154.702
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) (**3**)	-	-	-	-	-	-	**-**	**3.441**
Letras de Crédito Imobiliário (LCI) (**2**)	-	57.955	55.529	-	-	-	**113.484**	**117.537**
Títulos da dívida agrária	-	-	-	-	-	-	**-**	**12**
CVS (**3**)	-	-	-	-	-	31.447	**31.447**	**33.712**
Total de TVM	23.707	96.595	55.529	240.932	252.696	31.447	700.906	637.632
Ativo circulante							**669.459**	**603.921**
Ativo realizável a longo prazo							**31.447**	**33.711**

(**1**) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.
(**2**) Título emitido pela, CEF, Original, e ABC Brasil S/A; e
(**3**) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

	30.06.2016				30.06.2015			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	**556.211**	**555.975**	**(236)**	**555.975**	**483.000**	**482.930**	**(70)**	**482.930**
Letras Financeiras do Tesouro - carteira própria	446.837	446.620	(217)	446.620	405.789	405.734	(55)	405.734
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (**1**)	47.027	47.008	(19)	47.008	27.044	27.029	(15)	27.029
Certificado de Depósito Bancário	38.640	38.640	-	38.640	38.571	38.571	-	38.571
Fundos exclusivos multimercado (**NOTA a.3**)	23.704	23.704	-	23.704	11.593	11.593	-	11.593
Fundos abertos multimercado	3	3	-	3	3	3	-	3
Títulos mantidos até o vencimento	**144.931**	**138.617**	**(6.314)**	**144.931**	**154.702**	**151.246**	**(3.456)**	**154.702**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) (**2**)	-	-	-	-	3.441	7.024	3.583	3.441
LCI – Letras de Créditos Imobiliários	113.484	113.346	(138)	113.484	117.537	117.655	118	117.537
TDA - Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	-	12	11	(1)	12
CVS - Títulos do FCVS (**3**)	31.447	25.271	(6.176)	31.447	33.712	26.556	(7.156)	33.712
Total	**701.142**	**694.592**	**(6.550)**	**700.906**	**637.702**	**634.176**	**(3.526)**	**637.632**

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações semestrais.

(**1**) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
(**2**) Os CRI são marcados a mercado pelo percentual do CDI da operação, trazidas a valor presente pelo cupom de DI x Pré, pelo cupom DI x IGPM ou Futuros de DI, divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; Em 30/06/2015, o Banese reclassificou o CRI da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para a categoria "Títulos para Negociação", conforme prerrogativa disposta no artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central;
(**3**) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não estando registrado na contabilidade, nos termos da citada Circular.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos no período.

a.3 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 30.06.2016	TOTAL 30.06.2015
Títulos públicos	**-**	**1.259**	**317**	**7.278**	**2.186**	**-**	**11.040**	**90**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	317	7.278	2.186	-	9.781	90
Letras do Tesouro Nacional	-	1.259	-	-	-	-	1.259	-
Títulos privados	**6.220**	**2.144**	**2.781**	**2.081**	**443**	**131**	**13.800**	**7.788**
Certificado de Depósito Bancário	-	2.144	1.084	-	-	-	3.228	-
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	-	-	131	131	131
Debênture	-	-	505	2.081	443	-	3.029	-
Letras Financeiras	-	-	1.192	-	-	-	1.192	-
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	2.976
Cota de fundo de investimento multimercado	6.220	-	-	-	-	-	6.220	4.681
Caixa	**19**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**19**	**5.656**
Outras Obrigações	**(995)**	**(25)**	**-**	**(4)**	**-**	**(131)**	**(1.155)**	**(1.941)**
Valores a pagar/receber	-	(25)	-	(4)	-	-	(29)	(8)
Provisões	(995)	-	-	-	-	(131)	(1.126)	(1.933)
Total	**5.244**	**3.378**	**3.098**	**9.355**	**2.629**	**-**	**23.704**	**11.593**

As aplicações em cotas de fundos de investimento classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas	25.502	28.251
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	12.375	10.091
Rendas de títulos de renda fixa	42.047	37.321
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	978	1.406
Prejuízos com títulos de renda fixa	(385)	(6)
Rendas de títulos de renda variável	-	541
Ajuste positivo ao valor de mercado	303	6
Ajuste negativo ao valor de mercado	(753)	(62)
Total	**80.067**	**77.548**

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Compulsório sobre depósitos à vista (**1**)	89.612	104.639
Compulsório sobre depósitos de poupança (**2**)	60.628	69.466
Crédito rural - Proagro a receber	-	2.313
Créditos junto ao FCVS (**3**)	37.355	37.361
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (**4**)	(16.821)	(17.777)
BACEN - outros depósitos	179	33.458
Bancos oficiais	205	435
Direitos junto participação sistema de liquidação	14.473	15.947
Correspondentes	5.972	3.315
Total	**191.603**	**249.157**
Ativo circulante	171.070	229.573
Ativo realizável a longo prazo	20.533	19.584

(**1**) Não remunerado;
(**2**) Remunerado pela mesma taxa da poupança. A Resolução CMN 4.410/2015, alterou a partir de junho/2015, o percentual do compulsório de poupança de 20% para 24,5%. Para instituições com Patrimônio Líquido de até 5 bilhões, há um desconto de 200 milhões na base de cálculo, até 30 de dezembro de 2016, conforme Resolução CMN nº 4.493/2016;
(**3**) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% para poupança e TR + 3,12% para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço;
(**4**) Em 30 de junho de 2016 há um montante de R$ 24.588 de contratos em validação, o banco constituiu provisão de 45% para os contratos em validação – RNV. Na avaliação da Administração a provisão constituída é suficiente para cobertura de possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Rendas de créditos vinculados ao SFH	879	732
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	4.431	9.171
Valorização / Desvalorização de créditos vinculados	(403)	(336)
Total	**4.907**	**9.567**

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Adiantamentos a depositantes	403	247
Empréstimos	1.486.690	1.465.138
Títulos descontados	17.517	15.474
Financiamentos	62.428	63.192
Financiamentos rurais e agroindustriais	79.222	82.622
Financiamentos imobiliários	376.085	289.059
Subtotal de Operações de Crédito	**2.022.345**	**1.915.732**
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9) (**1**)	141.092	-
Total Geral	**2.163.437**	**1.915.732**
Ativo circulante	1.368.971	1.174.039
Ativo realizável a longo prazo	794.466	741.693

(**1**) Em maio/2016 iniciou a cessão da carteira de recebíveis da SEAC para o Banese (cessão de crédito). O valor inicial da operação foi de 134 milhões e tem como característica, a transferência de todos os riscos e benefícios inclusos nessa carteira.

	Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Adiantamentos a depositantes	403	247
Empréstimos	1.486.690	1.465.138
Títulos descontados	17.517	15.474
Financiamentos	62.428	63.192
Financiamentos rurais e agroindustriais	79.222	82.622
Financiamentos imobiliários	376.085	289.059
Subtotal de Operações de Crédito	**2.022.345**	**1.915.732**
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	196.033	128.051
Total Geral	**2.218.378**	**2.043.783**
Ativo circulante	1.423.912	1.302.090
Ativo realizável a longo prazo	794.466	741.693

b. Operações de crédito por níveis de risco

	Banese Múltiplo									
	30.06.2016					30.06.2015				
Nível de Risco	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso		Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso		Total da Carteira	Valor da Provisão
		A vencer	Vencida				A vencer	Vencida		
AA	740.171	-	-	740.171	-	660.803	-	-	660.803	-
A	712.106	-	-	712.106	3.560	592.372	-	-	592.372	2.962
B	398.480	26.420	2.619	427.519	4.275	369.273	10.901	1.489	381.663	3.817
C	95.020	24.052	3.847	122.919	3.688	155.126	12.120	2.150	169.396	5.082
D	35.901	16.441	2.581	54.923	5.492	9.360	15.981	1.626	26.967	2.697
E	7.005	29.034	2.022	38.061	11.418	1.636	2.736	956	5.328	1.598
F	9.015	3.060	2.594	14.669	7.335	1.363	5.300	1.614	8.277	4.138
G	12.345	7.809	3.437	23.591	16.514	8.085	1.494	1.712	11.291	7.904
H	7.711	12.206	9.561	29.478	29.478	12.844	39.973	6.818	59.635	59.635
Total	**2.017.754**	**119.022**	**26.661**	**2.163.437**	**81.760**	**1.810.862**	**88.505**	**16.365**	**1.915.732**	**87.833**

(**1**) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

	Banese Consolidado									
	30.06.2016					30.06.2015				
Nível de Risco	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso		Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso		Total da Carteira	Valor da Provisão
		A vencer	Vencida				A vencer	Vencida		
AA	647.749	-	-	647.749	-	650.372	-	-	650.372	-
A	743.983	-	-	743.983	3.720	626.652	-	-	626.652	3.133
B	430.432	26.420	2.619	459.471	4.594	404.616	10.901	1.489	417.006	4.170
C	122.768	24.052	3.847	150.667	4.520	175.687	12.120	2.150	189.957	5.699
D	46.600	16.441	2.581	65.622	6.562	16.309	15.981	1.626	33.916	3.392
E	14.033	29.034	2.022	45.089	13.526	6.694	2.736	956	10.386	3.116
F	13.796	3.060	2.594	19.450	9.725	6.283	5.300	1.614	13.197	6.599
G	16.485	7.809	3.437	27.731	19.413	12.102	1.494	1.712	15.308	10.716
H	36.849	12.206	9.561	58.616	58.616	40.198	39.973	6.818	86.989	86.989
Total	**2.072.695**	**119.022**	**26.661**	**2.218.378**	**120.676**	**1.938.913**	**88.505**	**16.365**	**2.043.783**	**123.813**

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

c. Composição da carteira classificada

Banese Múltiplo 30.06.2016

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	740.171	602.512	-	-	-	137.659	-
A	712.106	305.031	18.740	26.888	359.024	2.423	3.560
B	427.519	370.776	33.546	15.031	7.185	981	4.275
C	122.919	106.117	3.065	6.681	7.027	29	3.688
D	54.923	38.634	2.545	12.165	1.579	-	5.492
E	38.061	32.862	3.781	1.155	263	-	11.418
F	14.669	6.807	-	7.862	-	-	7.335
G	23.591	20.890	685	1.868	148	-	16.514
H	29.478	20.981	66	7.572	859	-	29.478
Total	**2.163.437**	**1.504.610**	**62.428**	**79.222**	**376.085**	**141.092**	**81.760**

Banese Múltiplo 30.06.2015

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Valor da Provisão
Total	**1.915.732**	**1.480.859**	**63.192**	**82.621**	**289.060**	**87.833**

Banese Consolidado – 30.06.2016

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	647.749	510.090	-	-	-	137.659	-
A	743.983	336.908	18.740	26.888	359.024	2.423	3.720
B	459.471	402.728	33.546	15.031	7.185	981	4.594
C	150.667	133.865	3.065	6.681	7.027	29	4.520
D	65.622	49.333	2.545	12.165	1.579	-	6.562
E	45.089	39.890	3.781	1.155	263	-	13.526
F	19.450	11.588	-	7.862	-	-	9.725
G	27.731	25.030	685	1.868	148	-	19.413
H	58.616	50.119	66	7.572	859	-	58.616
Total	**2.218.378**	**1.559.551**	**62.428**	**79.222**	**376.085**	**141.092**	**120.676**

Banese Consolidado 30.06.2015

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Valor da Provisão
Total	**2.043.783**	**1.608.910**	**63.192**	**82.621**	**289.060**	**123.813**

d. Composição por faixa de vencimento e nível de risco

Banese Múltiplo 30.06.2016

Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas Vencidas	-	-	2.619	3.847	2.581	2.022	2.594	3.437	9.561	26.661
A Vencer Até 30 dias	403.248	83.681	23.999	6.400	5.115	1.231	404	380	1.040	525.498
A Vencer de 31 a 60 dias	7.555	12.757	11.357	2.923	841	803	238	319	871	37.664
A Vencer de 61 a 90 dias	8.221	15.459	11.484	2.725	1.165	901	287	189	633	41.064
A Vencer de 91 a 180 dias	69.411	89.835	74.313	9.309	5.362	2.553	4.176	1.740	1.701	258.400
A Vencer de 181 a 360 dias	45.183	49.115	53.712	15.772	8.832	4.788	835	4.394	2.939	185.570
A Vencer Acima de 360 dias	206.553	461.259	250.035	81.943	31.027	25.763	6.135	13.132	12.733	1.088.580
Total Geral	**740.171**	**712.106**	**427.519**	**122.919**	**54.923**	**38.061**	**14.669**	**23.591**	**29.478**	**2.163.437**

Banese Múltiplo 30.06.2015

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total Geral	**660.803**	**592.372**	**381.663**	**169.396**	**26.967**	**5.328**	**8.277**	**11.291**	**59.635**	**1.915.732**

Banese Consolidado 30.06.2016

Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas Vencidas	-	-	2.619	3.847	2.581	2.022	2.594	3.437	9.561	26.661
A Vencer Até 30 dias	310.826	115.558	55.951	27.987	10.273	4.064	975	889	7.125	533.648
A Vencer de 31 a 60 dias	7.555	12.757	11.357	9.084	1.606	1.284	399	445	2.334	46.821
A Vencer de 61 a 90 dias	8.221	15.459	11.484	2.725	5.941	1.252	435	330	2.206	48.053
A Vencer de 91 a 180 dias	69.411	89.835	74.313	9.309	5.362	5.916	8.077	5.104	5.367	272.694
A Vencer de 181 a 360 dias	45.183	49.115	53.712	15.772	8.832	4.788	835	4.394	19.290	201.921
A Vencer Acima de 360 dias	206.553	461.259	250.035	81.943	31.027	25.763	6.135	13.132	12.733	1.088.580
Total Geral	**647.749**	**743.983**	**459.471**	**150.667**	**65.622**	**45.089**	**19.450**	**27.731**	**58.616**	**2.218.378**

Banese Consolidado 30.06.2015

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total Geral	**650.372**	**626.652**	**417.006**	**189.957**	**33.916**	**10.386**	**13.197**	**15.308**	**86.989**	**2.043.783**

e. Carteira vencida a partir de 15 dias

	Banese Múltiplo e Consolidado	
Atividade Econômica	**30.06.2016**	**30.06.2015**
Rural	1.851	1.200
Indústria	4.770	414
Comércio	4.638	1.455
Outros serviços	2.763	2.434
Pessoas físicas	10.948	8.491
Habitação	1.691	2.371
Total	**26.661**	**16.365**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



f. Composição da carteira por setor de atividade econômica

	Banese Múltiplo			
	30.06.2016		30.06.2015	
Descrição	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.609.622	74,40	1.368.812	71,45
Pessoas jurídicas	196.209	9,07	194.633	10,16
Indústria	66.683	3,08	69.871	3,65
Comércio	129.526	5,99	124.762	6,51
Rural	79.222	3,66	82.622	4,31
Habitação	122.837	5,68	123.835	6,47
Outros serviços	155.547	7,19	145.830	7,61
Total	**2.163.437**	**100,00**	**1.915.732**	**100,00**

	Banese Consolidado			
	30.06.2016		30.06.2015	
Descrição	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Pessoas físicas	1.664.563	75,04	1.496.863	73,24
Pessoas jurídicas	196.209	8,84	194.633	9,52
Indústria	66.683	3,01	69.871	3,42
Comércio	129.526	5,83	124.762	6,10
Rural	79.222	3,57	82.622	4,04
Habitação	122.837	5,54	123.835	6,06
Outros serviços	155.547	7,01	145.830	7,14
Total	**2.218.378**	**100,00**	**2.043.783**	**100,00**

g. Concentração de crédito

	Banese Múltiplo					
	30.06.2016			30.06.2015		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	163.167	7,54	25.048	170.044	8,88	32.880
11 a 60 maiores devedores	203.135	9,39	9.239	190.969	9,97	15.742
61 a 160 maiores devedores	82.445	3,81	5.921	77.176	4,03	5.123
Demais clientes	1.714.690	79,26	41.552	1.477.543	77,12	34.088
Total	**2.163.437**	**100**	**81.760**	**1.915.732**	**100,00**	**87.833**

	Banese Consolidado					
	30.06.2016			30.06.2015		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	163.167	7,36	25.048	170.044	8,32	32.880
11 a 60 maiores devedores	203.135	9,16	9.239	190.969	9,34	15.742
61 a 160 maiores devedores	82.445	3,72	5.921	77.176	3,78	5.123
Demais clientes	1.769.631	79,76	80.468	1.605.594	78,56	70.068
Total	**2.218.378**	**100**	**120.676**	**2.043.783**	**100,00**	**123.813**

h. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Saldo inicial da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	**78.500**	**82.102**	**115.976**	**117.848**
(+) Constituição de provisão líquida no período	36.582	8.503	52.572	27.777
(-) Baixas de operações de crédito no período	(33.345)	(2.772)	(49.083)	(22.579)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	**81.737**	**87.833**	**119.465**	**123.046**
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito	23	-	1.211	767
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa e outros créditos com característica de concessão	**81.760**	**87.833**	**120.676**	**123.813**
Ativo circulante	40.697	40.804	79.613	76.784
Ativo realizável a longo prazo	41.063	47.029	41.063	47.029

i. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Dívidas renegociadas	16.769	4.140
Recuperação de créditos	4.303	4.025
Total	**21.072**	**8.165**

j. Rendas de operações de crédito

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Empréstimos	212.442	174.616	194.729	149.855
Títulos descontados	1.339	356	1.339	356
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.303	4.025	6.434	6.311
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	20.918	15.758	20.918	15.758
Financiamentos rurais	3.234	4.141	3.234	4.141
Outros financiamentos	105	1.669	105	1.669
Total	**242.341**	**200.565**	**226.759**	**178.090**

9. OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Rendas a receber	**2.608**	**2.139**	**8.537**	**109.204**
Serviços prestados a receber	2.603	2.124	8.432	7.717
Encargos financeiros a receber	-	-	-	101.472
Outras rendas a receber	5	15	105	15
Diversos	**347.125**	**158.517**	**509.164**	**291.507**
Crédito tributário - diferenças temporárias (**Nota 22**)	84.836	59.549	136.602	107.981
Devedores por depósitos em garantia (**Nota 9.1**)	90.512	76.434	117.648	97.986
Impostos e contribuições a compensar (**Nota 9.2**)	7.940	11.996	36.495	31.997
Adiantamentos e antecipações	3.639	2.720	4.262	3.374
Pagamentos a ressarcir	2.196	1.896	2.196	1.896
Devedores diversos	2.669	714	2.693	732
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	14.264	5.208	14.446	5.357
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa com característica de concessão de crédito	(23)	-	(1.211)	(767)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito(**1**)	-	-	-	(85.100)
Títulos e créditos a receber (**Nota 8a**)	141.092	-	196.033	128.051
Total	**349.733**	**160.656**	**517.701**	**400.711**
Ativo circulante	180.378	20.180	296.580	211.804
Ativo realizável a longo prazo	169.355	140.476	221.121	188.907

(**1**) Provisão sobre títulos e créditos a receber do SEAC.

9.1 Devedores por depósito em garantia

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Interposição de recursos previdenciários	34.613	25.894	34.613	25.894
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal	27.832	29.479	54.465	50.858
Interposição de recursos municipais	5.124	2.207	5.124	2.207
Interposição de recursos trabalhistas	17.332	16.915	17.536	16.992
Interposição de recursos cíveis	5.611	1.939	5.910	2.035
Total	**90.512**	**76.434**	**117.648**	**97.986**

9.2 Impostos e contribuições a compensar

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
COFINS - Lei nº 9.718/1998 (**1**)	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989) (**2**)	8.779	8.779	8.779	8.779
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (**2**)	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS – Decretos / CSLL / COFINS (-) (**3**)	(17.909)	(13.070)	(17.909)	(13.070)
IRRF	-	4	1.018	700
IRPJ	538	-	19.005	9.928
CSLL	234	-	8.082	3.173
Outros impostos	15	-	1.237	6.204
Total	**7.940**	**11.996**	**36.495**	**31.997**

(**1**) COFINS - crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3º, parágrafo 1º, declarado inconstitucional pelo STF.
(**2**) CSLL e PIS - Processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.
(**3**) Provisão constituída para créditos fiscais do PIS – Decretos, CSLL e COFINS referente a parcelas em discussão sobre os cálculos periciais e julgamento de recurso de apelação em andamento.

10. OUTROS VALORES E BENS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Bens não de uso (**1**)	2.121	621	2.121	621
Material em estoque	1.300	930	1.558	1.356
Outros bens (**2**)	1.507	1.520	1.507	1.520
Despesas antecipadas	2.378	987	2.513	1.106
Provisão para desvalorização	(1.682)	(1.695)	(1.682)	(1.695)
Total	**5.624**	**2.363**	**6.017**	**2.908**
Ativo circulante	2.392	1.596	2.785	2.141
Ativo realizável a longo prazo	3.232	767	3.232	767

(**1**) Os bens não alienados no prazo regulamentar ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes e, no caso de existência de pendências judiciais, é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil do bem. Provisão para este grupo de contas no Banese Múltiplo e Consolidado em 30.06.2016 - R$ 225 (R$ 225 – 30.06.2015).
(**2**) Para os bens dados em comodato é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 30.06.2016 - R$ 1.457 (R$ 1.470 – 30.06.2015).

11. INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	331	331
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)
Títulos patrimoniais - Anbima	6	6
Outros investimentos	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)
Total	**5**	**5**

	Participação %	PL em 31.12.2015	Saldo do Investimento 30.06.2016	Lucro de 01.01.2016 a 30.06.2016	PL em 30.06.2016	Equivalência patrimonial 30.06.2016	Saldo do Investimento 30.06.2016
SEAC	5	(23.278)	-	9.072	(14.206)	-	-

Valor do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial referente à participação de 5% na empresa SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. A controlada apresentou, no exercício de 2015, um Patrimônio Líquido negativo, que foi reconhecido como provisão para perdas, no valor de R$ 23.278. O Banese decidiu manter o valor da provisão inicialmente constituída para junho/2016.

12. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Edificações e terrenos	9.159	9.607	15.287	14.433
Móveis, máquinas e equipamentos	20.541	14.908	30.701	25.003
Outras imobilizações (**1**)	26.649	31.406	27.736	34.786
Total	**56.349**	**55.921**	**73.724**	**74.222**

(**1**) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados e de segurança.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

			Valor líquido		
	Custo	Depreciação	30.06.2016	30.06.2015	Taxa anual
Imóveis de uso:					
- Imobilização em curso	195	-	195	10.050	-
- Terrenos	5.088	-	5.088	5.088	-
- Edificações	19.924	(15.853)	4.071	4.519	4%
- Instalação e adaptação de dependências	13.759	(4.011)	9.748	1.843	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.829	(8.966)	6.863	6.696	20%
Móveis e equipamentos em estoque	13.263	-	13.263	7.058	-
Móveis e equipamentos de uso	22.716	(15.438)	7.278	7.850	10%
Sistema de comunicação	1.329	(1.046)	283	302	20%
Sistema de processamento de dados	48.843	(40.690)	8.153	10.925	20%
Sistema de segurança	2.807	(1.400)	1.407	1.590	20%
Total	**143.753**	**(87.404)**	**56.349**	**55.921**	

Banese Consolidado

			Valor líquido		
	Custo	Depreciação	30.06.2016	30.06.2015	Taxa anual
Imóveis de uso:					
- Imobilização em curso	195	-	195	10.050	-
- Terrenos	9.914	-	9.914	9.914	-
- Edificações	27.576	(22.203)	5.373	4.519	4%
- Instalação e adaptação de dependências	13.759	(4.010)	9.749	1.843	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.829	(8.966)	6.863	8.499	20%
Móveis e equipamentos em estoque	13.263	-	13.263	7.058	-
Móveis e equipamentos de uso	41.129	(23.799)	17.330	17.945	10%
Móveis e equipamentos de uso em comodato	142	(34)	108	-	10%
Sistema de comunicação	1.329	(1.046)	283	302	20%
Sistema de processamento de dados	56.503	(47.395)	9.108	12.320	20%
Sistema de segurança	3.360	(1.835)	1.525	1.748	20%
Veículos	85	(72)	13	24	20%
Total	**183.084**	**(109.360)**	**73.724**	**74.222**	

13. INTANGÍVEL

a. Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Outros ativos intangíveis (**1**)	54.844	52.624	58.140	55.540
Amortização acumulada	(31.284)	(26.514)	(34.196)	(29.418)
Total	**23.560**	**26.110**	**23.944**	**26.122**

(**1**) São compostos por *softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

b. Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

			Valor residual		
	Custo	Amortização	30.06.2016	30.06.2015	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	54.844	(31.284)	23.560	26.110	20%
Total	**54.844**	**(31.284)**	**23.560**	**26.110**	

Banese Consolidado

			Valor residual		
	Custo	Amortização	30.06.2016	30.06.2015	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	58.140	(34.196)	23.944	26.122	20%
Total	**58.140**	**(34.196)**	**23.944**	**26.122**	

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a. Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Depósitos à vista (Nota 14b)	**512.120**	**586.582**	**511.532**	**569.498**
Depósitos pessoas físicas	249.630	334.755	249.630	334.755
Depósitos pessoas jurídicas	160.499	172.054	159.911	154.970
Depósitos de governos	96.979	76.566	96.979	76.566
Depósitos vinculados	2.411	1.329	2.411	1.329
Outros valores	2.601	1.878	2.601	1.878
Depósitos de poupança (Nota 14b)	**1.060.776**	**1.098.027**	**1.060.776**	**1.098.027**
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.006.349	1.046.638	1.006.349	1.046.638
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	53.973	51.000	53.973	51.000
Depósitos de poupança de ligadas	454	389	454	389
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	**80.520**	**80.686**	**80.520**	**80.686**
Depósitos judiciais (Nota 14b)	**399.793**	**540.576**	**399.793**	**540.576**
Depósitos à prazo (Nota 14b)	**880.984**	**743.568**	**769.616**	**726.895**
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	**427**	**367**	**427**	**367**
Outros depósitos	**-**	**-**	**785**	**-**
Captações no mercado aberto	**46.941**	**26.972**	**46.941**	**26.972**
Recursos de aceites e emissão de títulos	**162.832**	**134.882**	**162.832**	**134.882**
Letras financeiras (**Nota 14 a.1**)	147.451	130.520	147.451	130.520
Letras de crédito imobiliário	15.381	4.362	15.381	4.362
Obrigações por repasses do país – BNDES (Nota 14c)	**17.784**	**17.278**	**17.784**	**17.278**
Obrigações por repasses do país – FINAME (Nota 14c)	**14.935**	**20.013**	**14.935**	**20.013**
Obrigações por repasses do país – BNB (Nota 14c)	**57.901**	**55.450**	**57.901**	**55.450**
Total	**3.235.013**	**3.304.401**	**3.123.842**	**3.270.645**
Passivo circulante	2.295.878	2.408.671	2.296.075	2.374.915
Passivo exigível a longo prazo	939.135	895.730	827.767	895.730

a.1) Letras Financeiras

	Banese Múltiplo e Consolidado				
		Valor Atual em			
Papel	Valor de Emissão	30.06.2016	30.06.2015	Data de Emissão	Data de Vencimento
Letra Financeira	100.000	125.414	108.487	05.11.2014	07.11.2016
Letra Financeira	21.900	22.037	22.033	15.06.2015	16.06.2017
Total	**121.900**	**147.451**	**130.520**		

b. Composição de depósitos por prazos

Banese Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2016	30.06.2015
Depósitos à vista	512.120	-	-	-	512.120	586.582
Depósitos de poupança	1.060.776	-	-	-	1.060.776	1.098.027
Depósitos interfinanceiros	-	80.520	-	-	80.520	80.686
Depósitos judiciais	399.793	-	-	-	399.793	540.576
Depósitos a prazo (**1**)	-	37.616	35.913	807.455	880.984	743.568
Depósitos especiais com remuneração	427	-	-	-	427	367
Total	**1.973.116**	**118.136**	**35.913**	**807.455**	**2.934.620**	**3.049.806**

(**1**) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2016	30.06.2015
Depósitos à vista	511.532	-	-	-	511.532	569.498
Depósitos de poupança	1.060.776	-	-	-	1.060.776	1.098.027
Depósitos interfinanceiros	-	80.520	-	-	80.520	80.686
Depósitos judiciais	399.793	-	-	-	399.793	540.576
Depósitos a prazo (**1**)	-	38.401	35.913	696.087	770.401	726.895
Depósitos especiais com remuneração	427	-	-	-	427	367
Total	**1.972.528**	**118.921**	**35.913**	**696.087**	**2.823.449**	**3.016.049**

(**1**) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c) Composição de obrigações por repasses por prazos

Banese Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2016	30.06.2015
BNDES	17	2.163	15.604	17.784	17.278
FINAME	663	3.562	10.710	14.935	20.013
BNB	1.432	7.641	48.828	57.901	55.450
Total	**2.112**	**13.366**	**75.142**	**90.620**	**92.741**

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados que correspondem a 99,83% e 0,17% do total da carteira, respectivamente.
A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 94,97% (96,70% - 30.06.2015) da variação do CDI e os pré-fixados 100,17% (6,76% ao semestre).
As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,13% da variação do CDI.
Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES/FINAME e BNB). Essas obrigações têm vencimentos mensais até dezembro de 2027. Os encargos financeiros para as operações pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 30.06.2016 variam de 5,30% a 11,18% (30.06.2015 – 5,30% a 11,18%) ao ano. Os encargos financeiros para as operações pré-fixadas com recursos oriundos do BNDES/FINAME até 30.06.2016 variam de 6,5% a 16,71% (30.06.2015 – 6,5% a 18,39%) ao ano. Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES-Automático (PROGEREN) até 30.06.2016 é uma composição de encargos pós-fixados (TJLP OU Selic) e pré-fixados variando de 3,5% a 5,5% (30.06.2015 – 3,5% a 5,5%) ao ano.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Depósitos judiciais	(15.789)	(18.452)	(15.789)	(18.452)
Depósitos de poupança	(41.187)	(38.883)	(41.187)	(38.883)
Depósitos a prazo	(50.857)	(43.263)	(47.093)	(41.468)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(3.171)	(1.459)	(3.171)	(1.459)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(1.818)	(13.342)	(1.818)	(13.342)
Letras financeiras subordinadas - LFS	(14.738)	(8.034)	(14.738)	(8.034)
Letras financeiras - LF	(10.253)	(213)	(10.253)	(213)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(515)	(1.819)	(515)	(1.819)
Depósitos interfinanceiros	(5.835)	(5.297)	(5.835)	(5.297)
Depósitos especiais com remuneração	(16)	(13)	(16)	(13)
Despesas com captações no mercado	**(144.179)**	**(130.775)**	**(140.415)**	**(128.980)**
Despesas de repasses BNDES	(391)	(806)	(391)	(806)
Despesas de repasses FINAME	(268)	(522)	(268)	(522)
Despesas de repasses BNB	(1.731)	(1.950)	(1.731)	(1.950)
Despesas com empréstimos e repasses	**(2.390)**	**(3.278)**	**(2.390)**	**(3.278)**
Total das despesas de captação	**(146.569)**	**(134.053)**	**(142.805)**	**(132.258)**

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	**20.216**	**19.771**	**20.216**	**19.771**
Recebimento de tributos federais	16.720	16.320	16.720	16.320
Outros tributos e assemelhados	3.496	3.451	3.496	3.451
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	**5.498**	**8.155**	**5.498**	**8.155**
Provisão para riscos fiscais (Nota 16 b)	**19.875**	**18.425**	**19.875**	**18.425**
Causas fiscais – previdenciária	12.192	11.135	12.192	11.135
Perda contingente – PIS	1.899	1.899	1.899	1.899
Perda contingente – COFINS	5.784	5.391	5.784	5.391
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	**6.008**	**2.906**	**12.638**	**7.892**
Impostos e contribuições a recolher	**55.570**	**48.433**	**78.393**	**72.527**
Negociação e intermediação de valores	**130**	**-**	**130**	**-**
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	**180.806**	**164.978**	**180.806**	**164.978**
Diversas	**112.089**	**76.825**	**333.129**	**332.950**
Provisão para passivos - Causas trabalhistas (**Nota 16 b**)	14.324	17.567	15.261	17.990
Provisão para passivos - Causas cíveis (**Nota 16 b**)	4.623	5.744	5.102	6.081
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	34.859	33.513	37.649	36.484
Provisão para pagamentos - Fornecedores	11.545	7.260	251.050	258.685
Passivo Atuarial (**Nota 25**)	11.578	-	11.578	-
Credores diversos – País	3.749	7.902	4.356	8.871
Recursos do FGTS para Amortizações	522	448	522	448
Credores por recursos a liberar	3.876	2.452	3.876	2.452
Obrigações por convênios oficiais	1.705	1.902	1.705	1.902
Outros valores	2.030	37	2.030	37
Valores a pagar sociedade ligadas – SEAC	23.278	-	-	-
Total	**400.192**	**339.493**	**650.685**	**624.698**
Passivo circulante	229.188	132.778	478.265	417.223
Passivo exigível a longo prazo	171.004	206.715	172.420	207.475

a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 3.444/2007, são as seguintes:

Papel	Valor de Emissão	Banese Múltiplo e Consolidado Valor Atual em 30.06.2016	Valor Atual em 30.06.2015	Data de Emissão	Data de Vencimento
Letras Financeiras Subordinadas Sergus (1)	46.997	55.225	46.414	24.07.2015	24.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas Casse (1)	15.445	16.568	15.234	30.07.2015	31.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas	10.000	10.168	10.156	24.11.2010	24.11.2016
Letras Financeiras Subordinadas	30.000	30.368	30.339	03.12.2010	03.12.2016
Letras Financeiras Subordinadas	8.000	8.088	8.080	07.12.2010	07.12.2016
Letras Financeiras Subordinadas	20.000	21.601	21.441	07.01.2013	07.01.2019
Letras Financeiras Subordinadas	7.000	10.884	9.348	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	3.000	4.665	4.006	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	10.000	15.548	13.354	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	5.000	7.691	6.606	28.05.2013	28.05.2019
Total	**155.442**	**180.806**	**164.978**		

(1) Em julho/2015, foi realizada uma operação de troca de letras financeiras subordinadas do Sergus e da Casse, sem movimentação financeira. Foram alteradas as datas de emissão, de vencimento, assim como as taxas praticadas. Para o Sergus era praticada a taxa de juros de 7%, foi alterada para 8,45%. Para a Casse a taxa era de 100% DI mais 3% de juros, alterada para 130% DI.

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado em suas demonstrações semestrais contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e suas controladas figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 30 de junho de 2016, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R$ 14.324 (R$ 17.567 – 30.06.2015) no Banese Múltiplo e R$ 15.261 (R$ 17.990 – 30.06.2015) no Banese Consolidado.
- Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R$ 1.974, e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R$ 2.649 sendo o montante provisionado em 30 de junho de 2016 de R$ 4.623 (R$ 5.744 – 30.06.2015) no Banese Múltiplo e R$ 5.102 (R$ 6.081 – 30.06.2015) no Banese Consolidado.
- Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo judicialmente, tais como INSS - R$ 12.192 (R$ 11.135 – 30.06.2015) e deduções consideradas indevidas pelo fisco - R$ 7.683 (R$ 7.290 – 30.06.2015) totalizando, em 30 de junho de 2016, no Banese Múltiplo e no Banese Consolidado o montante de R$ 19.875 (R$ 18.425 – 30.06.2015).

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, somente são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável.
A movimentação da provisão está assim demonstrada:

BANESE MÚLTIPLO

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 30.06.2016	Total 30.06.2015
Saldo início do período	**16.678**	**6.398**	**19.183**	**42.259**	**41.821**
Atualização monetária	-	83	746	829	975
Constituição líquida de reversões e baixas	1.500	515	-	2.015	1.639
Pagamentos	(3.854)	(2.373)	(54)	(6.281)	(2.699)
Saldo final do período	**14.324**	**4.623**	**19.875**	**38.822**	**41.736**

BANESE CONSOLIDADO

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 30.06.2016	Total 30.06.2015
Saldo início do período	**17.161**	**6.753**	**19.183**	**43.097**	**42.494**
Atualização monetária	-	83	746	829	975
Constituição líquida de reversões e baixas	1.954	1.112	-	3.066	2.190
Pagamentos	(3.854)	(2.846)	(54)	(6.754)	(3.163)
Saldo final do período	**15.261**	**5.102**	**19.875**	**40.238**	**42.496**

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, exceto os fiscais, montam os seguintes valores em 30 de junho de 2016: trabalhista - R$ 26.906 (R$ 6.704 – 30.06.2015) e cíveis - R$ 11.055 (R$ 5.514 - 30.06.2015). Neste grupo encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER e outros.
Os processos de natureza fiscal cuja probabilidade de perda é classificada como possível, referem-se a processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência do estágio em que se encontram, não foi possível estimar o montante de perda.

17. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	30.06.2016	30.06.2015
Participação de 5% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-
Provisão para Perda de Investimento	23.278	
Patrimônio Líquido da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(14.207)	(27.745)
Total de participação de não controladores	**9.071**	**(27.745)**

Apesar da participação de 5% em sua controlada, o Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo. A controlada apresentou, em 2015, um Patrimônio Líquido negativo, que está reconhecido como provisão para perdas nas demonstrações semestrais do Banco.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das ações preferenciais.

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei n° 6.404/76, terá as seguintes destinações:
b.1 Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
b.2 Reservas Estatutárias – são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
- **Reserva estatutária para equalização de dividendos** – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos – o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.
c.2 Juros sobre o capital próprio – conforme facultado pela Lei nº 9.249/1995, a Administração do Banese provisionou, durante o período JCP no montante de R$ 5.312 (R$ 7.853 – 30.06.2015), o JCP reduziu o impacto tributário no período na ordem de R$ 2.390 (R$ 3.141 – 30.06.2015), imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro.
c.3 Dividendos obrigatórios – de acordo com o estatuto social do Banco, art. 55, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Rendas de serviços prestados a correntistas	18.019	12.769	44.148	34.675
Administração de fundos de investimento	33	88	33	88
Convênios de arrecadação/pagamento	16.464	14.266	16.464	14.266
Cobrança	2.096	1.763	2.096	1.763
Rendas de garantias prestadas	43	29	43	29
Total	**36.655**	**28.915**	**62.784**	**50.821**

b. Receitas de Tarifas Bancárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Devoluções de cheques	409	430	409	430
Transações com cheques	967	901	967	901
Saques	542	501	542	501
Tarifas bancárias de conta corrente	6.307	4.996	6.307	4.996
Convênio – pagamento de salário	655	655	655	655
Confecção de cartões	91	115	91	115
Outras tarifas bancárias	2.218	50	2.218	50
Total	**11.189**	**7.648**	**11.189**	**7.648**

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias	**47.844**	**36.563**	**73.973**	**58.469**

c. Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Salários	(47.952)	(48.385)	(56.511)	(56.922)
Encargos sociais	(8.274)	(6.759)	(9.181)	(7.347)
INSS sobre salários	(11.985)	(12.219)	(14.198)	(14.706)
Remuneração dos Administradores	(961)	(998)	(1.462)	(1.609)
Benefícios	(9.441)	(8.383)	(12.006)	(11.097)
Treinamento	(543)	(378)	(563)	(419)
Estagiários	(666)	(729)	(716)	(787)
Total	**(79.822)**	**(77.851)**	**(94.637)**	**(92.887)**

d. Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Processamento de dados	(9.009)	(6.436)	(9.548)	(6.778)
Serviços do sistema financeiro	(1.722)	(2.476)	(1.722)	(2.476)
Depreciações e amortizações	(7.185)	(7.499)	(8.645)	(9.204)
Comunicação	(4.139)	(3.791)	(7.036)	(6.669)
Serviços de vigilância e segurança	(5.312)	(4.514)	(6.416)	(5.978)
Serviços técnicos especializados	(5.770)	(3.961)	(11.793)	(10.278)
Aluguéis	(1.636)	(1.317)	(2.133)	(1.728)
Manutenção e conservação de bens	(3.120)	(2.748)	(3.506)	(3.169)
Propaganda e publicidade	(1.323)	(1.574)	(1.960)	(2.147)
Material	(932)	(901)	(1.583)	(1.634)
Serviços de terceiros	(8.119)	(5.682)	(9.130)	(6.564)
Água, energia e gás	(2.602)	(2.281)	(2.983)	(2.632)
Transporte	(2.891)	(2.423)	(3.332)	(2.825)
Promoções e relações públicas	(75)	(85)	(112)	(110)
Doações	-	-	(600)	(901)
Outras	(3.847)	(2.378)	(4.553)	(3.223)
Total	**(57.682)**	**(48.066)**	**(75.052)**	**(66.316)**

e. Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Contribuição ao Cofins	(9.258)	(7.529)	(14.925)	(12.698)
Contribuição ao PIS - Pasep	(1.522)	(1.239)	(2.739)	(2.361)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(3.835)	(2.945)	(5.238)	(4.193)
Tributos federais	(171)	(79)	(171)	(79)
Tributos estaduais	(11)	(37)	(12)	(37)
Tributos municipais	(123)	(96)	(316)	(249)
Outras	(318)	(269)	(781)	(469)
Total	**(15.238)**	**(12.194)**	**(24.182)**	**(20.086)**

f. Outras Receitas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Recuperação de encargos e despesas	222	242	222	242
Reversão de provisões operacionais	2.110	618	2.775	1.234
Atualização monetária de tributos	3.295	1.512	3.295	1.512
Juros, multas e descontos obtidos	-	-	71.572	72.930
Cessão de crédito – SEAC	2.789	-	-	-
Outras	3	3	3	3
Total	**8.419**	**2.375**	**77.867**	**75.921**

g. Outras Despesas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Contribuição ao SFH	(170)	(115)	(170)	(115)
Operações de crédito - descontos concedidos	(135)	(156)	(5.841)	(2.752)
Variação Monetária INSS	(127)	(72)	(127)	(72)
Despesas Financeiras (1)	-	-	(4.217)	(4.410)
Despesas provisão processos cíveis	(674)	-	(674)	-
Despesa Convênio TJ	(958)	-	(958)	-
Outras despesas operacionais	(1.004)	(1.779)	(1.349)	(2.171)
Total	**(3.068)**	**(2.122)**	**(13.336)**	**(9.520)**

(1) Referem-se despesas da empresa de cartão de crédito SEAC com tarifas bancárias, juros do Empréstimos Rotativo Cartão de Crédito (ERCC) e IOF.

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Receitas não operacionais	**2.742**	**2.358**	**5.879**	**5.736**
Lucro na alienação de valores, bens e investimentos	-	-	-	-
Ganhos de capital	159	225	159	225
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	1	150	1	150
Atualização monetária	2.582	1.983	4.424	5.232
Outras receitas operacionais	-	-	1.295	129
Despesas não operacionais	**(2.376)**	**(1.854)**	**(4.111)**	**(3.540)**
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(27)	-	(108)	(251)
Perdas de capital	(392)	(339)	(1.449)	(1.261)
Provisões não operacionais	(1.957)	(1.515)	(2.554)	(2.028)
Total	**366**	**504**	**1.768**	**2.196**

21. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

As Resoluções CMN 4.192/2013 e 4.278/2013 dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal e a Resolução CMN 4.193/2013 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos da Circulares BACEN 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito, das Circulares BACEN 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, e das Cartas-Circulares BACEN 3.499/2011e 3.498/2011 para risco de mercado, e das Circulares BACEN 3.640/2013 e 3.675/2013 e da Carta-Circular BACEN 3.625/2013 para risco operacional.
Para a parcela de risco operacional, o BANESE utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999, **o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 26,35%**, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN que é de 50%. Destaca-se que a partir de janeiro de 2015, as Instituições Financeiras passaram a enviar também informações do Conglomerado Prudencial, com base na Resolução CMN 4.192/2013. O Consolidado Econômico Financeiro deixou de ser apurado para efeitos de capital de acordo com as normas atualmen-

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



te vigentes. Em dezembro de 2015 o Bacen publicou a Carta Circular 3.748 instituindo a obrigatoriedade de envio do demonstrativo de limites operacionais das instituições individuais até dezembro de 2015, que anteriormente era até 2017.O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 30/06/2016, estão demonstrados abaixo:

	Banese Consolidado 30.06.2016
Patrimônio de Referência	**354.456**
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	**258.506**
Capital Principal – CP	**258.506**
Capital Social	256.700
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	57.756
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial E TVM	6.368
Contas de Resultado Credoras	-
Contas de Resultado Devedoras	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	22.890
Depósito Para Suficiência de Capital	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	-
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	26.691
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	3.508
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangiveis	-
Ajuste prudencial VII antes da Glosa de 15% - Crédito Tributário de Diferença temporária	-
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	18.654
Ajuste Prudencial X - Investimento em outras entidades	-
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos	-
Ajustes Prudenciais V E VII - Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores em assemelhadas	4.528
Capital Complementar	
Patrimônio de referência nível II	**95.949**
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	95.949
Autorizados com Base em Normas Anteriores a resolução 4.192 - Com redutor	34.649
Redutor 0%	71.794
Redutor 20%	-
Redutor 40%	-
Redutor 60%	24.155
Redutor 80%	-
Redutor 100%	48.624
Autorizados com Base em Normas Anteriores a resolução 4.192 - Com Limitador 70%	34.649
Ativos Ponderados de Risco:	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	**2.313.039**
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	-
FPR de 20%	56.943
FPR de 35%	70.251
FPR de 50%	59.469
FPR de 75%	1.000.417
FPR de 85%	4.116
FPR de 100%	968.947
FPR de 150%	-
FPR de 250%	65.759
FPR de 300%	34.224
FPR de 909,09%	-
FPR de 1.250%	52.913
b) Por Tipo:	
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)	**58.434**
Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1)	9.956
Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2)	14.210
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	10.369
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	7.681
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	3.840
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	3.844
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	8.534
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	**326.739**
RWA	**2.698.212**
Fator Mínimo Requerido em 2015	**11%**
Fator Mínimo Requerido em 2016	**9,87%**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**266.449**
Mínimo Capital Principal + ACP/ RWA em 2015	**121.419**
Mínimo Capital Principal + ACP / RWA em 2016	**138.283**
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	138.283
Rban	16.873
Fator F	**13,14%**
Sobra FATOR	**3,26%**
Fator Amplo	**12,37%**
Sobra FATOR Amplo	**2,50%**
Nível I / RWA	**9,58%**
Mínimo Nível I + ACP / RWA	**6,63%**
Folga de Mínimo Nível I / RWA	**2,96%**
Capital Principal / RWA	**11,18%**
Mínimo Capital Principal / RWA em 2016	**5,13%**
Folga Capital Principal / RWA em 2016	**6,05%**

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 30 de junho de 2016 foi de R$ 10.268 (R$ 9.971 – 30.06.2015) e no Consolidado foi de R$ 15.097 (R$ 13.369 – 30.06.2015), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R$ 8.930 (R$ 6.168 – 30.06.2015) e no Consolidado R$ 12.804 (R$ 8.172 - 30.06.2015), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Resultado antes da tributação e participações	**44.983**	**44.333**	**62.757**	**52.947**	**44.983**	**44.333**	**62.757**	**52.947**
Participações estatutárias	(3.334)	(3.695)	(3.334)	(3.695)	(3.334)	(3.695)	(3.334)	(3.695)
Juros sobre o capital próprio	(5.312)	(7.853)	(5.312)	(7.853)	(5.312)	(7.853)	(5.312)	(7.853)
Adições líquidas de caráter permanente	2.247	4.923	2.950	5.849	2.418	5.085	3.121	6.011
Adições líquidas de caráter temporário	26.797	(3.247)	29.407	(474)	26.797	(3.247)	29.407	(474)
Lucro tributável antes das compensações	**65.381**	**34.461**	**86.468**	**46.774**	**65.552**	**34.623**	**86.639**	**46.936**
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-	(6.326)	-	-	-	(6.326)	-
Lucro tributável após compensações	**65.381**	**34.461**	**80.142**	**46.774**	**65.552**	**34.623**	**80.313**	**46.936**
Valores devidos pela alíquota normal	(9.807)	(5.169)	(12.021)	(7.089)	(13.111)	(5.193)	(16.063)	(7.041)
Adicional de imposto de renda (10%)	(6.526)	(3.434)	(7.990)	(4.653)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	840	258	840	258	-	-	-	-
Tributos devidos	**(15.493)**	**(8.345)**	**(19.171)**	**(11.484)**	**(13.111)**	**(5.193)**	**(16.063)**	**(7.041)**
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	5.225	(1.626)	5.655	(1.885)	4.181	(975)	4.524	(1.131)
Crédito tributário prejuízo fiscal/ base negativa CSLL	-	-	(1.581)	-	-	-	(1.265)	-
Valor registrado efetivamente no resultado	**(10.268)**	**(9.971)**	**(15.097)**	**(13.369)**	**(8.930)**	**(6.168)**	**(12.804)**	**(8.172)**
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	22,83%	22,49%	24,06%	25,25%	19,85%	13,91%	20,40%	15,43%

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Lei nº 9.430/1996, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. As provisões para créditos são registradas de acordo com as disposições da Resolução do CMN nº 2.682/1999. Dessa forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias ou regulatórias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Diante da temporariedade da adição das provisões para devedores duvidosos e conforme disposição da Circular BACEN nº 3.171/2002, Deliberação CVM nº 273/1998, o Banco registra crédito tributário correspondente ao imposto de renda e contribuição social sobre provisões para operações de crédito e passivos contingentes e outras provisões. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias
Saldo em 31.12.2015	**39.011**	**31.209**	**68.922**	**55.137**
(+) Constituição de Créditos Adições Temporárias	10.344	8.275	15.135	12.109
(-) Realização de Créditos Adições Temporárias	(2.224)	(1.779)	(6.586)	(5.269)
(-) Realização de Créditos de Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	-	-	(1.581)	(1.265)
Saldo em 30.06.2016	**47.131**	**37.705**	**75.890**	**60.712**

O saldo da provisão ativa de imposto de renda e contribuição social, registrado em "Outros créditos-diversos", apresenta a seguinte composição:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1.Adições Temporárias - base de cálculo	**188.524**	**148.748**	**188.524**	**149.080**	**236.756**	**269.828**	**236.755**	**270.160**
- Créditos Tributários adições temporárias	47.131	37.187	37.705	22.362	59.189	67.457	47.351	40.524
-Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	**-**	**-**	**-**	**-**	**66.804**	**-**	**66.806**	**-**
-Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal CSLL	-	-	-	-	16.701	-	13.361	-
Total de Créditos Tributários Ativados	**47.131**	**37.187**	**37.705**	**22.362**	**75.890**	**67.457**	**60.712**	**40.524**
Créditos Tributários Não Ativados	**4.205**	**4.444**	**3.364**	**2.667**	**4.205**	**4.444**	**3.364**	**2.667**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os créditos não ativados são provenientes das provisões para cobertura de perdas no recebimento do FCVS, considerando a falta de definição de prazo tanto para a homologação pela Caixa Econômica Federal, como para emissão dos títulos pelo Tesouro Nacional.

O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 30 de junho de 2016, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Banese Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2016	6.342	5.564	3.665	3.215	10.007	8.779
2017	9.515	7.398	6.180	4.805	15.695	12.203
2018	9.373	6.492	6.130	4.246	15.503	10.738
2019	11.021	6.808	14.346	8.862	25.367	15.670
2020	10.880	5.999	7.384	4.071	18.264	10.070
Total – 30.06.2016	**47.131**	**32.261**	**37.705**	**25.199**	**84.836**	**57.460**
Total – 30.06.2015	**37.187**	**25.293**	**22.362**	**15.191**	**59.549**	**40.484**

Banese Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2016	9.896	8.682	6.508	5.709	16.404	14.391
2017	14.775	11.488	10.388	8.077	25.163	19.565
2018	14.491	10.037	10.224	7.082	24.715	17.119
2019	16.314	10.078	20.487	12.656	36.801	22.734
2020	16.241	8.955	10.601	5.845	26.842	14.800
Acima de 5 anos	4.173	1.980	2.504	1.231	6.677	3.211
Total – 30.06.2016	**75.890**	**51.220**	**60.712**	**40.600**	**136.602**	**91.820**
Total – 30.06.2015	**67.457**	**45.952**	**40.524**	**27.614**	**107.981**	**73.566**

O valor presente total dos créditos tributários em 30 de junho de 2016, para Banese Múltiplo, é de R$ 57.460 (R$ 40.484 – 30.06.2015), e para Banese Consolidado R$ 91.820 (R$ 73.566 – 30.06.2015), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da SEAC, no montante de R$ 51.766, está baseada em projeções de resultados positivos futuros decorrentes, principalmente das ações que estão sendo implementadas, conforme comentado na nota 2.1.

23. GERENCIAMENTO DE RISCO

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição, desenvolvendo assim suas atividades de gestão de riscos e de capital de acordo com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e em consonância com as melhores práticas de mercado.

Com o mesmo propósito, o Banco possui uma superintendência de controladoria, vinculada a Diretoria de Gestão Estratégica e Controladoria com unidades específicas para gestão e avaliação dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e Socio-ambiental, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. A estrutura de gerenciamento de riscos conta ainda com comitês específicos que analisam e deliberam acerca de assuntos ligados aos temas, sendo realizados reportes mensais em reuniões com a Diretoria Executiva. Informações detalhadas sobre a gestão desses riscos podem ser consultadas nos relatórios de gerenciamento de riscos disponíveis no site www.banese.com.br em Relações com Investidores > Gestão de Riscos > Relatórios.

a) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem negativamente no desenvolvimento das atividades do Banco. O Risco Operacional inclui o risco legal e de reputação. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes Internas e Externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Aqueles que acarretam a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Visando propiciar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, o Banese dispõe de uma Política de Risco Operacional, aprovada e revisada no mínimo anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, onde estão delineados os papéis e responsabilidades de cada empregado e unidades na gestão do risco operacional. Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.019/2011 e nos princípios do Acordo de Basileia III, representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delineia o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação.

Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela do Patrimônio de Referência Exigido para Riscos Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é decorrente da possibilidade de perdas advindas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro que não cumpra suas obrigações contratuais, bem como da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese estabeleceu metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e do risco da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também, visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, objetivando separá-los em "bons" e "maus", minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em nota de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999. De acordo com os procedimentos do Banco, os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na Resolução CMN nº 2.682/1999, entretanto a instituição utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1° do art. 4° da resolução mencionada retro, que permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses.

Além das medidas prudenciais retro mencionadas, que minimizam o risco de *default* das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese que são incorridas ao risco de crédito são minimizadas devido ao fato de serem realizadas com servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento e de financiamento ao cartão de crédito, correspondendo a cerca de 59% da carteira de crédito comercial, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 75% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito haja vista que se trata de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo.

	Banese Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Operações de crédito	1.902.880	1.792.686
TVM	700.906	637.632
Depósitos Interfinanceiros	209.008	207.720

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a medida de descasamento de estrutura e prazo de vencimento entre ativos e passivos que possa dificultar a capacidade de pagamento de uma instituição financeira. Nesse sentido, o Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos.

O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.090/2013. Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado de nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.
A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros:

BANESE MÚLTIPLO

Título	S/ Vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
LFTs e LFT-A	-	-	-	493.628	-	**493.628**
Operações Compromissadas TPF	-	404.996	-	-	-	**404.996**
CVSA/CVSC	-	-	-	-	31.447	**31.447**
Fundos de Investimentos	23.707	-	-	-	-	**23.707**
CDB	-	38.640	-	-	-	**38.640**
Depósitos Interfinanceiros	-	88.645	41.137	-	-	**129.782**
DIs Vinculados ao Crédito Rural	-	79.226	-	-	-	**79.226**
LCI	-	57.955	55.529	-	-	**113.484**
Operações de crédito	-	993.641	234.238	794.466	-	**2.022.345**
Total de Ativos	**23.707**	**1.663.103**	**330.904**	**1.288.094**	**31.447**	**3.337.255**
Depósito à vista	512.120	-	-	-	-	**512.120**
Depósito à prazo	-	37.616	35.913	807.455	-	**880.984**
Depósito de poupança	1.060.776	-	-	-	-	**1.060.776**
Depósito Judicial	399.793	-	-	-	-	**399.793**
Depósito Interfinanceiro	-	80.520	-	-	-	**80.520**
Depósitos especiais com remuneração	427	-	-	-	-	**427**
Letra Financeira	-	-	125.414	22.037	-	**147.451**
LFT – Operações compromissadas	-	-	-	46.941	-	**46.941**
Obrigações por Repasse FNE	-	1.432	7.641	48.828	-	**57.901**
Obrigações por Repasse FINAME	-	663	3.562	10.710	-	**14.935**
Obrigações por Repasse BNDES	-	17	2.163	15.604	-	**17.784**
Total de Passivos	**1.973.116**	**120.248**	**174.693**	**951.575**	**-**	**3.219.632**

BANESE CONSOLIDADO

Título	S/ Vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
LFTs e LFT-A	-	-	-	493.628	-	**493.628**
Operações Compromissadas TPF	-	404.996	-	-	-	**404.996**
CVSA/CVSC	-	-	-	-	31.447	**31.447**
Fundos de Investimentos	23.707	-	-	-	-	**23.707**
CDB	-	38.640	-	-	-	**38.640**
Depósitos Interfinanceiros	-	88.645	41.137	-	-	**129.782**
DIs Vinculados ao Crédito Rural	-	79.226	-	-	-	**79.226**
LCI	-	57.955	55.529	-	-	**113.484**
Operações de crédito	-	993.641	234.238	794.466	-	**2.022.345**
Total de Ativos	**23.707**	**1.663.103**	**330.904**	**1.288.094**	**31.447**	**3.337.255**
Depósito à vista	511.532	-	-	-	-	**511.532**
Depósito à prazo	-	38.401	35.913	696.087	-	**770.401**
Depósito de poupança	1.060.776	-	-	-	-	**1.060.776**
Depósito Judicial	399.793	-	-	-	-	**399.793**
Depósito Interfinanceiro	-	80.520	-	-	-	**80.520**
Depósitos especiais com remuneração	427	-	-	-	-	**427**
Letra Financeira	-	-	125.414	22.037	-	**147.451**
LFT – Operações compromissadas	-	-	-	46.941	-	**46.941**
Obrigações por Repasse FNE	-	1.432	7.641	48.828	-	**57.901**
Obrigações por Repasse FINAME	-	663	3.562	10.710	-	**14.935**
Obrigações por Repasse BNDES	-	17	2.163	15.604	-	**17.784**
Total de Passivos	**1.972.528**	**121.033**	**174.693**	**840.207**	**-**	**3.108.461**

d) Risco de mercado

O risco de mercado é advindo da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Essas perdas podem ser decorrentes de alterações no comportamento das taxas de juros, do preço das ações, do câmbio e das commodities, bem como da interação entre eles e suas respectivas volatilidades. Nesse sentido, o Banese Múltiplo e o Conglomerado Prudencial utilizam um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos, em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa.
Como forma de acompanhar a exposição do Banese Múltiplo e o Conglomerado Prudencial às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente realiza-se análises de sensibilidade, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. Em atendimento à Instrução Normativa CVM 475/2008, o Banese Múltiplo e o Conglomerado Prudencial realizaram análise de sensibilidade por fator de risco de mercado considerado relevante aos quais a instituição estava exposta. Nessa análise, o fator Pré, CDI e Cupom de TR representam 97,48% do total de exposições ativas e 82,78% passivas sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.
A Carteira Trading consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
A Carteira Banking se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização.
O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking), e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Banese Consolidado – 30.06.2016					
Operação	Exposição	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	**1.977.352**	Variação das taxas (Alta da SELIC)	16.497	(70.520)	(133.547)
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas dos cupons de juros com lastro na taxa referencial (TR)	**(1.136.894)**	Variação das taxas (Âumento)	(5.319)	(41.283)	(73.009)
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	**(99.825)**	Variação das taxas (Alta)	(1.733)	(11.018)	(17.130)

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, num cenário de aumento das taxas de juros pré-fixadas, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na BM&F e nas taxas médias de *swap* DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial) utilizou-se as cotações médias de *swap* ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela BM&F para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários I, II e III, aplicaram-se choques paralelos em todas as curvas de juros de 2%, 4% e 6% em pontos bases, e todas correlações adotadas causaram resultados contrários, buscando retratar as piores perdas dentro dos cenários adotados.

24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R$	Administradores (2) R$
Máxima	13.981,30	30.395,97
Média	5.287,68	28.304,49
Mínima	1.976,10	27.632,70

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.
(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 30 de junho de 2016, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 1.041, (1.068 – 30.06.2015), registrando-se, no período, um decréscimo de 2,5% no quadro de pessoal do Banco.
O Banco custeia plano de previdência complementar de benefício definida (BD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 30 de junho de 2016 e 2015 das contribuições está demonstrada a seguir:

	30.06.2016	30.06.2015
Plano de Previdência Complementar de Contribuição Definida (BD)	3.467	2.290
Plano de Assistência à Saúde	1.034	968

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695/2012, e Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sobre a contabilização de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banese, no reconhecimento de suas obrigações:
Política contábil adotada pelo Banco no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
Os ganhos e perdas atuariais são imediatamente reconhecidos no exercício em que são originados, conforme estabelece o CPC 33(R1).
Para fins de atendimento da supracitada Deliberação, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de maio de 2016 conforme relatório técnico de 13 de julho de 2016, apresentou déficit atuarial no montante de R$23.156 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e sete mil). Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e/ou nas mudanças de premissas atuariais são registradas, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido. O efeito da aplicação dessa norma no Banese impactou negativamente o patrimônio líquido no valor de R$ 6.368, líquido dos créditos tributários no montante de R$ 5.210.
Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido
O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.
Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe
O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.
Relações de contribuições (Participantes/patrocinadora)
A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes ativos do Plano e o Banco do Estado de Sergipe atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20/1998, registrando, ao final do período, a relação contributiva de 1:1 (em 30.06.2015 - 1:1). Os assistidos do Plano pagam contribuição de 15% (quinze por cento) sobre o valor do benefício, à exceção de quem recebe benefício pelo valor mínimo, porém sem haver contrapartida do Banco.
Premissas atuariais
Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral de válidos: AT-2000 (por sexo), suavizada em 10%; tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nenhuma.
Premissas Econômicas:
Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 7,34 %; taxa de inflação futura 5,53% a.a.; índice de aumento salarial real estimado 2,60% a.a.; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da entidade: 98%; taxa de custeio administrativo: 15% incidentes sobre o custo anual do plano; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.
Os resultados da avaliação atuarial CVM 695 são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Valor presente das obrigações com cobertura	666.471	581.711
Valor justo dos ativos do plano	(643.314)	(578.948)
(Superávit)/Deficit	(23.157)	2.763
Efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	-
(Ativo)/Passivo Atuarial	23.157	2.763

As movimentações do saldo do Passivo/Ativo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Passivo/(ativo) atuarial líquido do exercício anterior (1)	-	-
Despesa do exercício (2)	3.865	6.874
Contribuições pagas	(2.369)	(6.580)
Variação do efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	(22.661)	2.469
Passivo (ativo) atuarial líquido integral	23.157	2.763

(1) Após a aplicação do limitador de ativo.
(2) Rateio de despesas previstas pelo atuário para o exercício de 2016.

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	545.527	551.501
Custo dos juros	35.077	33.255
Custo do serviço corrente	6.491	6.873
Benefícios pagos pelo fundo	(10.022)	(9.806)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	89.398	(112)
(Ganhos)/perdas decorrente de alteração de premissa biométrica	-	-
(Ganhos)/perdas decorrente de alteração de premissa econômica	82.018	708
(Ganhos)/perdas do exercício decorrente de experiência	7.380	(820)
Valor presente da obrigação	**666.471**	**581.711**

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	586.778	552.173
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	37.730	33.296
Contribuições recebidas pelo fundo	4.995	6.580
Benefícios pagos pelo fundo	(10.023)	(9.806)
Ganhos/(perdas) atuariais sobre o valor justo dos ativos	23.834	(3.295)
Valor justo dos ativos do plano	**643.314**	**578.948**

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Custo do serviço corrente	3.685	6.873
Juros sobre a obrigação atuarial	35.077	33.255
Rendimento esperado dos ativos do plano	(37.730)	(33.296)
Contribuições efetuadas pela patrocinadora	(4.995)	(6.580)
Juros sobre o efeito do teto de ativo (asset Ceiling)	2.652	42
Despesa líquida do exercício	**(1.311)**	**294**

O Reconhecimento de Outros Resultados Abrangentes do exercício é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Outros Resultados Abrangentes – saldo inicial	-	-
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	65.564	3.183
Variação no teto de reconhecimento do ativo	(46.555)	(714)
Efeito em outro resultados abrangentes	19.009	(2.469)

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2016	30.06.2015
Títulos de renda fixa	89 %	78 %
Investimentos estruturados	3 %	7 %
Títulos de renda variável	2 %	8 %
Imóveis	5 %	6 %
Empréstimos	1 %	1 %

O montante das contribuições do Banese no período totalizou R$ 3.467 (R$ 2.290 – 30.06.2015), e foi imputado às despesas operacionais.
O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros de 6,18%a.a	Taxa de Juros de 5,18%a.a	Taxa de Juros de 7,18%a.a
Valor presente da obrigação em 30.06.2016	666.471	754.310	590.704

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	30.06.2016
Lucro Líquido do Semestre	22.451
Passivo Atuarial	(11.578)
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	5.210
Total do Resultado Abrangente	**16.083**

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência a Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1:1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.
As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Empresa consolidada				
Depósitos à vista (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(588)	(17.085)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(111.368)	(16.672)	(3.764)	(1.794)
Outras obrigações (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(24.700)	(2.788)	-	-
Provisão para perda em controlada				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(23.278)	-	-	-
Outras despesas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(19.135)	(27.549)
Outras receitas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(2.789)	-
Controladores e pessoal chave da administração				
Depósitos à vista				
Controladores e pessoal chave da administração	(76.763)	(39.483)	-	-
Depósitos à prazo				
Controladores e pessoal chave da administração	(106.159)	(164.646)	(27)	(4.513)

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;
Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.
(2) Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Banese e sua empresa controlada, e foram eliminados nas demonstrações consolidadas

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.
Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.
A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br



I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	30.06.2016	30.06.2015
Benefícios de Curto Prazo		
Proventos	1.200	898
Gratificações	132	119
Encargos Sociais	461	393
Total	**1.793**	**1.410**

O Banese possui benefício de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração, em 30/06/2016 está provisionado o valor de R$ 77, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banese empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 30 de junho de 2016 era de R$ 2.320 (R$ 5 – 30.06.2015).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 30 de junho de 2016 o montante de R$ 9.530 (R$ 409 – 30.06.2015).

c) Fundos de investimento

O Banese é distribuidor de Fundos de Investimento via sua rede de agências cujo patrimônio em 30 de junho de 2016 era de R$ 16.832 (R$ 16.810 – 30.06.2015), sendo R$ 1.149 do Fator Banese Strategy Ficfi Multimercado (R$ 2.109 – 30.06.2015) e R$ 15.683 do Fator Banese Expert Fundo de Investimento Referenciado DI (R$ 14.701 – 30.06.2015).

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES SEMESTRAIS

A diretoria do Banese autorizou a conclusão das presentes demonstrações semestrais em 25 de agosto de 2016, as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações semestrais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Estado de Sergipe S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado de Sergipe S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado de Sergipe S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado de Sergipe S.A. e empresa controlada em 30 de junho de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Realização do crédito tributário na controlada

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.1 e 22, a controlada Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. possui créditos tributários diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social no montante total de R$ 51.766 mil, cuja realização está baseada em estudo de projeção de lucros tributáveis futuros aprovado pela Administração. A realização desses créditos tributários diferidos ativos no período estimado depende da materialização das projeções e do plano de negócios aprovado pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre findo em 30 de junho de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de agosto de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

CONSELHO FISCAL

Demonstrações Financeiras sujeitas a análise pelo Conselho Fiscal da Companhia, cujos membros, eleitos na AGO realizada em 28.04.2016, aguardam homologação pelo Banco Central do Brasil, condição essa indispensável ao funcionamento do referido colegiado.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Jackson Barreto de Lima
Governador

Jeferson Dantas Passos
Secretário de Estado da Fazenda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jeferson Dantas Passos
Presidente
Fernando Soares da Mota
Vice - Presidente
José de Oliveira Júnior
Conselheiro
Moacir Rezende
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários
Danilo Almeida Tavares de Lima
Conselheiro Independente
Luiz Alves dos Santos Filho
Conselheiro Representante dos Empregados

DIRETORIA EXECUTIVA
Fernando Soares da Mota
Presidente
Helom Oliveira da Silva
Diretor de Gestão Estratégica e Controladoria
Diretor de Crédito e Serviços - Interino
Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia
José Marcelino Andrade
DIretor Administrativo
José Anderson Santos de Jesus
Contador - CRC-SE - 4458/0

Banese

OF nº 039/2016

CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

O Banco do Estado de Sergipe S.A., por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Credenciamento acima referenciado, que tem por objeto o credenciamento de empresas de engenharia para prestação de serviços técnicos profissionais na área de avaliação de imóveis, em caráter temporário, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no edital, foi HOMOLOGADO pela autoridade superior desta Instituição Financeira na data de 04.08.2016.

Área de Licitações

Banese

OF nº 040/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

OBJETO: Contratação de serviços de Gerenciamento de Projetos, Modelagem de Processo e Arquitetura de Negócio, consoante edital e seus anexos.
DATA DA ABERTURA:12.09.2016
HORA: 09 horas.
LOCAL: Rua Olímpio de Souza C. Júnior, nº 31, D.I.A Aracaju/SE
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço
FONTE DE RECURSOS: Próprios
REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal n° 8.666/93, revisadas e atualizadas.
INFORMAÇÕES: Telefone (79) 3218-1589, no horário das 08 às 18 horas, nos dias de expediente no BANESE. Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no sítio www.banese.com.br.
Republicado por alterações editalícias.
Área de Licitações

Banese

RESUMO DE PEDIDO – 4500021360

NÚMERO DO CONTRATO E PROCESSO: PG028/2012;
CONTRATADA: INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA LTDA;
CNPJ nº: 61.418.141/0001-13;
OBJETO: Aquisição de 10.000 (dez mil) centos do item “Envelope Caixa Rápido para depósito”;
VALOR: R$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais);
DATA DO PEDIDO: 26.08.2016

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS FISCAIS DA EMPRESA SERRALHERIA FELIX LTDA ME

Publicar o extravio das notas fiscais MD-1 de 0001 a 0700, livros fiscais reg de apuração de icms nº de ordem 01, de entrada mod 1 nº de ordem 01, livro de inventario nº de ordem 01, reg de saídas mod 2 nº de ordem 01, Livro registro de apuração do IPI nº de ordem 01 e Registro de termo de ocorrência nº de ordem 01, registro de cont. da prod. e estoque, notas fiscais de entradas do ano de 01/11/2007 a 17/08/2016.

EDVALDO SANTOS ROCHA – ME CACESSE 27.111.577-7, SITUADA À RUA CAMPO DO BRITO, 784, SÃO JOSÉ ARACAJU/SE, FOI EXTRAVIDO O LIVRO REGISTRO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE Nº. 01

EXTRAVIO: A empresa Globo Comercial EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.334.217/0001-09 e I.E. nº. 27.092.144-3, comunica o extravio dos livros de Reg. De Apuração do ICMS nº02, Reg. De Entrada nº03 e Reg. De Saída nº02.

OAB SERGIPE

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

De ordem do Sr. Presidente da OAB/SE, **Henri Clay Santos Andrade**, faço público que o advogado **KLAUS EDUARDO RODRIGUES MARQUES** requereu Inscrição Suplementar juntando os documentos exigidos em Lei.
Aracaju (SE), 25 de agosto de 2016.

AURÉLIO BELÉM DO ESPÍRITO SANTO
Secretário-Geral – OAB/SE

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.
13.009.717/0001-46
COMPANHIA ABERTA
FATO RELEVANTE
PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Comunicamos aos Senhores Acionistas que o Conselho de Administração do BANESE, aprovou em **25/08/2016** "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária de 2017, a proposta da Diretoria da Instituição para **pagamento de Juros sobre Capital Próprio relativo ao primeiro semestre de 2016, no montante de R$ 5.311.828,78** (cinco milhões, trezentos e onze mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos)**,** sendo **R$ 3.567.065,44** (três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) com retenção de **18%** de imposto de renda conforme determinou a **Medida Provisória 694/2015** e **R$ 1.744.763,34** (um milhão, setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos) com retenção de **15%** de imposto de renda, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995. Os Juros Sobre Capital Próprio serão pagos de maneira individualizada no dia **09/09/2016**, da seguinte forma:

1. Os acionistas correntistas do Banese terão seus créditos disponíveis na data do pagamento, de acordo com a sua conta corrente e domicílio fornecido ao Banese;
2. Os acionistas não correntistas receberão o pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio em qualquer agência da rede BANESE mediante apresentação de documento de identificação e CPF ou CNPJ.
3. Os acionistas de outros Estados receberão seus créditos via documento de crédito (DOC) ou transferência eletrônica disponível (TED), conforme informações cadastrais;
4. Os juros relativos às ações custodiadas na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros serão pagos à referida BM&FBovespa S.A., que os repassará aos acionistas titulares por intermédio das Corretoras depositantes;
5. Os Acionistas com Cadastro Desatualizado, sem o número do CPF/CNPJ ou indicação do Banco/Agência e Conta Corrente, os juros serão pagos através de aviso de crédito no momento que os interessados providenciarem a regularização de seu cadastro, pessoalmente, em uma das agências, munidos de cópia da Carteira de Identidade e Comprovante de Residência, e no caso de pessoa jurídica, cópia do Contrato Social.

Para o montante de **R$ 3.567.065,44** (três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) o pagamento de Juros sobre Capital Próprio relativo ao primeiro semestre de 2016 será no valor bruto de **R$ 0,222256145** por ação para as ações ordinárias nominativas e **R$ 0,244481760** por ação para as ações preferenciais nominativas, com retenção de **18%** de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, resultando em **juros líquidos de R$ 0,188917723** por ação para as ações ordinárias nominativas e **R$ 0,207809496** para as ações preferenciais nominativas, com base na posição acionária de **30 de agosto de 2016,** passando as ações, a partir de **31 de agosto de 2016**, a serem negociadas nas Bolsas de Valores "ex" esses juros sobre o capital próprio, imputados aos valores a serem pagos aos dividendos mínimos obrigatórios.

Para o montante de **R$ 1.744.763,34** (um milhão, setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos) o pagamento de Juros sobre Capital Próprio relativo ao primeiro semestre de 2016 será no valor bruto de **R$ 0,108712436** por ação para as ações ordinárias nominativas e **R$ 0,119583680** por ação para as ações preferenciais nominativas, com retenção de **15%** de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, resultando em **juros líquidos de R$ 0,092405571** por ação para as ações ordinárias nominativas e **R$ 0,101646128** para as ações preferenciais nominativas, com base na posição acionária de **30 de agosto de 2016,** passando as ações, a partir de **31 de agosto de 2016**, a serem negociadas nas Bolsas de Valores "ex" esses juros sobre o capital próprio, imputados aos valores a serem pagos aos dividendos mínimos obrigatórios.

Aracaju (SE), 25 de agosto de 2016.

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Gestão Estratégica e Controladoria

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013

INFORME DE CONVOCAÇÃO

A Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, ratifica a convocação dos candidatos classificados no Concurso Público nr. 01/2013, para o cargo abaixo relacionado, a comparecer à sede da DESO, na Rua Campo do Brito nr. 331, no horário de 8h às 12h, munidos dos documentos necessários para sua contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da CONVOCAÇÃO que foi enviada através dos Correios, conforme previsto no Edital do Concurso.

CARGO: ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA II - ARACAJU

NOME	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
DANIELLA HORA GOUVÊA FREITAS	36249624	19º PPD

CARGO: ADVOGADO - ARACAJU

NOME	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
GABRIEL SALVINO CHAGAS DO NASCIMENTO	39802020	13º AMPLO

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL - ARACAJU

NOME	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
RODRIGO DE SANTANA TELES	0650164	25º AMPLO

CARGO: ASSISTENTE DE GESTÃO OPERACIONAL II - ARACAJU

NOME	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
CARLOS ANDRÉ SACRAMENTO RAMOS	36873059	60º AMPLO

CASO O(A) CANDIDATO(A) NÃO COMPAREÇA NO PRAZO ACIMA DEFINIDO, SERÁ CONSIDERADO(A) **DESCLASSIFICADO(A)** DO CONCURSO.

Aracaju, 29 de agosto de 2016

CARLOS FERNANDES DE MELO NETO
Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013

2ª CONVOCAÇÃO

A Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, ratifica a convocação dos candidatos classificados no Concurso Público nr. 01/2013, para o cargo abaixo relacionado, a comparecer à sede da DESO, na Rua Campo do Brito nr. 331, no horário de 8h às 12h, munidos dos documentos necessários para sua contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da CONVOCAÇÃO que foi enviada através dos Correios, conforme previsto no Edital do Concurso.

CARGO: ASSISTENTE DE GESTÃO OPERACIONAL II - ARACAJU

NOME	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
GIDAZIO MOTA SANTOS	36881373	59º AMPLO

CARGO: ASSISTENTE DE GESTÃO OPERACIONAL I - ARACAJU

NOME	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
JOSE GILVAN CLARINDO TAVARES	34678835	42º AMPLO

CASO O(A) CANDIDATO(A) NÃO COMPAREÇA NO PRAZO ACIMA DEFINIDO, SERÁ CONSIDERADO(A) **DESCLASSIFICADO(A)** DO CONCURSO.

Aracaju, 29 de agosto de 2016

CARLOS FERNANDES DE MELO NETO
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2016

Objeto: **AQUISIÇÃO DE 04(QUATRO) CONJUNTOS DE MOTOBOMBAS CENTRÍFUGAS PARA MONTAGEM HORIZONTAL, 02(DOIS) CONJUNTOS DE MOTOBOMBAS TIPO VERTICAL E 02 (DOIS) REGISTROS DE GAVETA PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO.** Início do acolhimento das propostas: **08:00 horas do dia 30/08/2016.** Encerramento do recebimento e abertura das propostas: **dia 12/09/2016 às 08:15 horas.** Início da sessão de disputa de preços: **dia 12/09/2016 às 08:30 horas.** Referência de tempo: Para todas as referências de tempo será observado o **Horário de Brasília/DF.** Local: **www.licitacoes-e.com.br.** Base legal: **Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 que instituiu a modalidade Pregão e o Decreto nº 5.450 de maio de 2005, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alteração da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, bem como a Lei Estadual nº 5.280 de 29 de novembro de2004 e os Decretos Estaduais nºs 22.619 e 22.620, de 18 de dezembro de 2003 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores. LICITAÇÃO COM COTA DE ATÉ 25% DO OBJETO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterado pelo art. 48 da Lei Complementar n.º 147/2014).** Fonte de recursos: **Receita Própria da DESO – Rubrica 10.** Parecer Jurídico: **nº 390/2016.** FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: **www.licitacoes-e.com.br, www.deso-se.com.br ou no endereço da DESO abaixo citado. Rua: Campo do Brito n° 331 – Bairro 13 de Julho – CEP: 49.020-380 – Aracaju/SE – Sala de Pregão Eletrônico - ASLC/DESO, TEL.: (0xx79)3226-1138. WAGNEVALTER TELES BARRETO –** Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2016

Objeto: **FORNECIMENTO DE TUBOS DE PRFV COM LINER TERMOPLÁSTICO DE PVC OU TERMOFIXO, TUBOS PVC PBA E TUBOS PVC DEFOFO, PARA APLICAÇÃO NA ADUTORA E NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO POVOADO CAMPO DO CRIOULO, NO MUNICÍPIO DE LAGARTO, SERGIPE.** Início do acolhimento das propostas: **08:00 horas do dia 30/08/2016.** Encerramento do recebimento e abertura das propostas: **dia 12/09/2016 às 08:15 horas.** Início da sessão de disputa de preços: **dia 12/09/2016 às 08:30 horas.** Referência de tempo: Para todas as referências de tempo será observado o **Horário de Brasília/DF.** Local: www.licitacoes-e.com.br**.** Base legal: **Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 que instituiu a modalidade Pregão e o Decreto nº 5.450 de maio de 2005, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alteração da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, bem como a Lei Estadual nº 5.280 de 29 de novembro de2004 e os Decretos Estaduais nºs 22.619 e 22.620, de 18 de dezembro de 2003 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores. LICITAÇÃO COM COTA DE ATÉ 25% DO OBJETO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterado pelo art. 48 da Lei Complementar n.º 147/2014).** Fonte de recursos: **Receita Própria da DESO – Rubrica 10.** Parecer Jurídico: **nº 387/2016.** FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.licitacoes-e.com.br, www.deso-se.com.br **ou no endereço da DESO abaixo citado. Rua: Campo do Brito n° 331 – Bairro 13 de Julho – CEP: 49.020-380 – Aracaju/SE – Sala de Pregão Eletrônico - ASLC/DESO, TEL.: (0xx79)3226-1138. PEDRO GILMAR DE GOIS –** Pregoeiro.

Extrato nº 127/2016
Extrato do **Termo Aditivo nº 03 ao Contrato Administrativo**

nº 129/2013 //Contratante: Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO //Contratado: **Hitech Informática e Telecomunicações Ltda - ME** //Objeto: Prorrogar o Prazo acordado na Cláusula II do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 129/2013. //Prazo: 12 (doze) meses
Extrato do **1º Termo Aditivo Contrato nº 126/2015 //**Contratante: Companhia de Saneamento de Sergipe-DESO //Contratado: **Fábio Menezes de Araújo/** //Objeto: Prorrogar o Prazo de locação do imóvel comercial, acordado na Cláusula I do Contrato nº 126/2015 //Prazo: 12 (doze) meses
Extrato do **Contrato nº 135/2016 //** Pregão Eletrônico nº 043/2016 //Base Legal: Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 /Contratante: Companhia de Saneamento de Sergipe -DESO //Contratado: **ZDOC – Tecnologia em Documentos e Sistemas Ltda – EPP //**Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços Técnicos na Área de Informática para Customização da Ferramenta GED/ECM de Propriedade desta Companhia, Licanças de Uso do Módulo de Indexação e Busca e digitalização e indexação de documentos na Plataforma LigthBase (GOLDENIDEX, GOLDENTRACK e GOLDENDOC). //Preço: R$ 160.000,00 //Prazo: 03 (três) meses //Recursos: 10 – DESO

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

MUNICÍPIOS

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPARATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP n° 06/2016 - FMS

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio da Prefeitura de Japaratuba, em atendimento às disposições legais e à Resolução n° 257/2010, do Tribunal de Contas do Estado - TCE, torna público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, tipo menor preço por item e mediante informações a seguir:
OBJETO: Aquisição futura e parcelada de Medicamentos, para atender as necessidades do FMS.
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 12 de setembro de 2016 as 09h00min, na sala de reuniões da prefeitura municipal de Japaratuba/SE.
NUMERO DO PARECER: 072/2016.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e a Lei Complementar 123/06, alterada pela lei complementar 147/2014, Decreto Municipal nº 400/2014, Decreto Municipal nº 098/2013. O Edital, e informações complementares, encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Padre Caio, nº 86, Bairro Centro, Japaratuba/SE, ou via e-mail licitacaoecontratos@japaratuba.se.gov.br, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 07h00minh às 13h00min. Japaratuba/SE, 25 de agosto de 2016.

Antonio Augusto Aragão Dantas
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO
SECREATRIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO TRABALHO
FUNDO MUNICPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2016

O MUNICIPIO DE LAGARTO através da sua Prefeitura, por meio de seu Pregoeiro comunica a **REPUBLICAÇÃO** por adequação no Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial acima identificado, que tem por objeto a **contratação de profissionais para ministrar aulas relacionadas à dança contemporânea e ballet Clássico, confecção de artesanatos em Biscuit e pintura em tecido, bem como, ações esportivas e de lazer tais como psicomotricidade e hidroginástica, em atendimento as necessidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lagarto (APAE/SE), em suas ações socioassistenciais, conforme Convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, sob o nº 784569/2013.**
Data de recebimento dos envelopes, abertura e lances dia **14/09/2016 às 9 horas.**
Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Lagarto, localizada na Praça Nossa Senhora da Piedade, nº 13, Bairro Centro, Lagarto/SE, Estado de Sergipe.
Dotação Orçamentária: Unidades: 13.02 Projetos/Atividades: 2.178; Função Programa: 08.244.0006; Elemento de Despesa: 3390.36.00 e Fontes de Recursos: 025/ **Convênio 784569/2013.**
Base Legal: Lei n° 10.520/02, Decreto Municipal n° 051/2009 e Lei n° 8.666/93.
Parecer Jurídico Nº: 060/2016.
Edital a disposição dos interessados no site do Município: www.lagarto.se.gov.br, no link "Licitações" ou no Setor de Licitações no endereço acima, no horário das 08:00h às 12:00h.
Outras informações: Fone/fax (79) 3631-9602 ou e-mail: licitacao@lagarto.se.gov.br.
Lagarto/SE, 26 de agosto de 2016.

Ilton Antonio de Farias.
Pregoeiro

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAMBIRA

AVISO DE RESULTADO DA
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Macambira, Estado de Sergipe, através do seu representante legal, torna público que homologou a Chamada Pública nº 002/2016, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural conforme § 1º do art. 14 da Lei Nº 11.947 de 16/07/2009 e na Resolução/CD/FNDE N° 26 de 17/06/2013, art. 20 § 1º e 2º, alterada pela Resolução N° 04 de 02/04/2015, tendo se sagrado vencedoras: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LAGARTO LTDA-COOPERLAGARTO vencedora nos itens nº 02, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 14, 15 e 16 totalizando R$ 8.744,30 (oito mil setecentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos) e a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECON. SOLID. DO MUNICIPIO DE MOITA BONITA-COOPERAFES MOITA BONITA vencedora nos itens n° 01, 03, 04, 05, 11 e 13 totalizando R$ 28.894,45 (vinte e oito mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos) perfazendo um total de R$ 37.638,75 (trinta e sete mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Macambira/Se, 22 de agosto de 2016

Alex Cruz Batista
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO/
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 004/2016

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Rosário do Catete/SE, em atendimento às disposições legais, torna público, para conhecimento de todos a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras de implantação do sistema de segurança contra incêndio da Praça Pedro Pantaleão de Souza, conforme projeto e especificações constantes no edital e anexos.
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**:** 29 de setembro de 2016 as 09h00min, no Paço Municipal localizado na Rua Padre Rocha Vilar, s/n, Centro, Rosário do Catete, Estado de Sergipe.
TIPO**:** Menor Preço.
PRAZO**:** DE EXECUÇÃO**:** 02 (dois) meses.
REGIME DE EXECUÇÃO: Execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global**.**
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1201 – Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo – SECTUR
1080 – Construção, Ampliação e/ou Restauração de Clubes Sociais e Praças e Eventos
4490.51.00 – Obras e Instalações;
FR 0100.000 – Ordinários não vinculado
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93; LC 123/2006 e posteriores alterações.
PARECER JURÍDICO: Nº 136/2016
VALOR MÁXIMO: R$ 37.005,79, (trinta e sete mil cinco reais e setenta e nove centavos),
O edital encontra-se disponível no Site Oficial do Município www.rosariodocatete.se.gov.br na opção acesso a informação/licitação e contratos, e encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Clodoaldo Passos, 38. Bairro: Centro, de Segunda à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08h00min às 13h00min. Maiores informações pelo telefone: (79)3274-1468. Os demais atos resultantes desta licitação serão publicados nos Diário Oficial do Município de Rosário do Catete. Rosário do Catete-SE, 26 de agosto de 2016.

Marcone de Jesus Aragão
Presidente da CPL

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIRIRI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL n° 01/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Siriri, Estado de Sergipe, em atendimento às disposições legais, torna público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir:
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo, tipo Ambulância Simples Remoção, para o Fundo Municipal de Saúde de Siriri, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do Edital.
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES: 12/09/2016 (doze de setembro de dois mil e dezesseis), às 08:00h (oito horas).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
15031 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2051 - DEMAIS PROGRAMAS DO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL
CLASSIFICAÇÃO: 4490.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO: 0193.006 e 0193.027 FMS/SUS
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02; Dec. Mun. n° 136/09; Lei nº 8.666/93 e Lei Comp. nº 123/06 atualizadas.
PARECER JURÍDICO: 01/2016
O Edital, e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Dr. Mário Pinotti Nº 306, centro, CEP 49.630-000, Siriri/SE, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 07:00h às 13:00h, pelo telefone: (79) 3297-1232.
Siriri, 29 de agosto de 2016.

ADENILSON DO ESPÍRITO SANTO
Pregoeiro

Diário Oficial Online



Tecnologia e informação

SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE
Segrase

Rua Propriá, 227, Centro
Aracaju/Sergipe
Telefone: (79) 3205-7400
email:
segrase@segrase.se.gov.br



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 28 de Agosto de 2016 às 20:58:57

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br